**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA – PDTSA**

JOSÉ BATISTA GONÇALVES AFONSO

# O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS E A LUTA DO MOVIMENTO CAMPONÊS PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ.

MARABÁ-PA
2016

**JOSÉ BATISTA GONÇALVES AFONSO**

# O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará.

Dissertação de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Linha de pesquisa: Estado, Território e Dinâmicas Socioambientais na Amazônia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, pelo discente **JOSÉ BATISTA GONÇALVES AFONSO**, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. William Santos de Assis

Marabá – Pará

2016

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

**Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA**

Afonso, José Batista Gonçalves

O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará / José Batista Gonçalves Afonso ; orientador, William Santos de Assis. — Marabá : [s. n.], 2016.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2016.

1. Crime rural – Eldorado dos Carajás (PA). 2. Violência – Eldorado dos Carajás (PA). 3. Trabalhadores rurais – Eldorado dos Carajás (PA) – Atividades políticas. 4. Trabalhadores rurais – Eldorado dos Carajás (PA) – Condições sociais. 5. Posse da terra – Eldorado dos Carajás (PA). 6. Reforma agrária. I. Assis, William Santos de, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 333.318115

Elaborado por Alessandra Helena da Mata Nunes
Bibliotecária-Documentalista CRB2/586

**JOSÉ BATISTA GONÇALVES AFONSO**

**O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará.**

Dissertação de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Linha de pesquisa: Estado, Território e Dinâmicas socioambientais na Amazônia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, pelo discente **José Batista Gonçalves Afonso**, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Aprovada em 30/09/2016

Banca Examinadora:

Prof. Dr. William Santos de Assis
Orientador/PDTSA

Prof. Dr. Airton dos Reis Pereira
Examinador externo/UEPA

Profa. Dra. Célia Regina Congilio
Examinadora Interna/PDTSA

Profa. Dra. Hildete Pereira dos Anjos
Examinadora Interna/PDTSA (suplente).

## DEDICATÓRIA

Aos 19 trabalhadores rurais sem-terra que tombaram na Curva do S em 17 de abril de 1996 e aos mais de 70 que foram gravemente feridos

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais:

Abel Afonso de Macedo e Cândida Gonçalves de Freitas

À minha esposa e filhas:

Cláudia de Souza Vieira, Alice Vieira Gonçalves e Ana Gabriela Pena Gonçalves

Aos professores:

Airton Pereira e Alex Vieira pelas contribuições no curso da pesquisa.

Ao colega:

Carlos Guedes do Amaral Junior pelas contribuições através de sua destacada atuação na ação penal que apurou as responsabilidades pelas mortes dos 19 sem terras na curva do S.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do sul e sudeste do Pará que, por sua luta e resistência, deixaram seus registros nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra ( CPT).

***NA CURVA DO "S"***[1]

*Eu vi a esperança do povo, ferida na estrada,*
*na curva do "S", sem-terra, sem vida e sem paz,*
*as armas pesadas, falaram pela insensatez,*
*roubaram a voz e tiraram a vez,*
*ferindo Eldorado dos Carajás.*

*Assim Eldorado expôs-se aos olhos do mundo,*
*palavras de quem conheceu a tortura e a dor,*
*de quem procurava um espaço pra sobreviver,*
*crianças que nem entenderam o porque,*
*a voz da violência venceu o amor.*

*Fizeram da culpa uma bola, jogando de um para o outro,*
*e a culpa esbarrou sobre corpos caídos no chão,*
*embora sabendo que houve um lutar infeliz,*
*pedaços de paus enfrentando fuzis,*
*poder opressor massacrando a razão.*

*BRASIL, ESTE TRISTE CAPÍTULO,*
*NINGUÉM VAI PODER ESQUECER,*
*ALGUÉM QUE PREFERE MATAR,*
*PARA NÃO PARTILHAR,*
*CONDIÇÕES DE VIVER.*

[1] Canto popular de autoria de José Maria, liderança das Comunidades Eclesiais de Base de Eldorado.

## RESUMO

Essa dissertação tem como principal objetivo analisar o massacre de Eldorado dos Carajás e sua influência no processo de luta e resistência na terra por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais das regiões sul e sudeste do Pará. Para isso, analisamos as principais características dessa luta no período anterior e posterior ao Massacre, dando destaque para as transformações ocorridas: na expansão do capital através da implantação dos grandes projetos nessa região da Amazônia; na organização dos principais movimentos que atuam no sul e sudeste do Pará; nos processos de ocupação de terras, criação de assentamentos e implementação de políticas públicas de reforma agrária; na reação violenta do latifúndio e do Estado contra os camponeses. Vimos que o processo de luta pela terra, promovido pelos movimentos de representação dos trabalhadores rurais, tem sido o principal responsável pelos avanços das ações de reforma agrária nessas regiões. Constatamos também que a violência da polícia militar empregada contra as famílias sem-terra na curva do S em 17 de abril de 1996, não conseguiu impor um retrocesso à luta camponesa no sul e sudeste do Pará; ao contrário, a ato violento provocou um processo de lutas crescentes, unindo diferentes segmentos da sociedade, em nível nacional e até internacional em defesa da reforma agrária. Na região onde ocorreu o massacre, esses avanços foram ainda mais perceptíveis. As principais informações, utilizadas para construir essa análise foram extraídas do banco de dados da CPT que, há 40 anos, apoia e mantêm em seus arquivos os registros das lutas camponesas travadas nessa região do estado do Pará.



**Palavras-chave:** Massacre de Eldorado, Movimentos Sociais do campo, Conflitos Agrários e reforma agrária.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the Eldorado dos Carajás massacre and its influence in the process of fight and resistance on the land by the rural workers of the south and southeast of Pará State. For this, we analyze the main features of this fight in period before and after the massacre, highlighting the changes that have occurred. The expansion of capital through the implementation of major projects in the Amazon region; the organization of the main movements that operate in these regions; the land occupation processes, creation of settlements and implementation of public policies of agrarian reform, the violent reaction of landlordism and State against the peasants. We have seen that the process of fight for land, promoted by the representation of movements of rural workers has been primarily responsible for the progress of land reform actions in these regions. We also saw that the violence employed military police against landless families in the S curve on April 17, 1996, failed to impose a return to peasant fight in the south and southeast of Pará. On the contrary, the violent act caused a process of growing fight, uniting different segments of society at the national and even international in defense of Agrarian Reform. In the region where the massacre occurred these advances were even more noticeable. The main information used to construct this analysis were extracted from the CPT database that for 40 years supports keep in their files records of peasant struggles in this region of Pará State.



**Keywords**: Massacre the Eldorado, Social land Movements, Agrarian Conflicts and Agrarian Reform.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Conflitos no Baixo Araguaia ..... 41
Tabela 02: Ocupações de terras no sul e sudeste do Pará ..... 90
Tabela 03: Áreas ocupadas no sudeste de 1980 a 1997 ..... 95
Tabela 04: Assentamentos criados pelo INCRA de Marabá ..... 99
Tabela 05: Famílias assentadas com acesso aos benefícios da reforma agrária, até 1999 99
Tabela 06: Nº de associações nos Projetos de Assentamento. ..... 108
Tabela 07: Assentamentos criados pelo INCRA de Marabá. ..... 111
Tabela 08: Famílias assentadas no sul e sudeste do Pará nos três primeiros anos do governo Lula ..... 112
Tabela 09: Desapropriações nos governos do PSDB e do PT ..... 114
Tabela 10: Assentamentos e ocupações na área da SR27 de 2003 a 2014 ..... 116
Tabela 11: Chacinas de trabalhadores rurais no sul e sudeste do Pará (1980-2014) ..... 169
Tabela 12: Principais lideranças assassinadas no sul e sudeste do Pará (1980-2014) ..... 170
Tabela 13: Lista de mandantes e pistoleiros com prisões preventivas decretadas e não capturados pela polícia ..... 171

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Assassinatos no campo no Pará e regiões sul e sudeste entre 1975 a 2015 ... 48
Gráfico 02: Ocupação de terras no Pará e regiões sul e sudeste de 1990 a 2015..... 53
Gráfico 03: Assentamentos criados pela superintendência do INCRA Marabá. ..... 88
Gráfico 04: Ocupações de terra no Brasil de 1988 a 2015. ..... 101
Gráfico 05: Acampamentos de 2001 a 2015. Brasil. ..... 107
Gráfico 06: Assassinatos no campo no Pará e regiões sul e sudeste de 1995 a 2015..... 132
Gráfico 07: Total de famílias assentadas pelo INCRA Marabá até 2015 ..... 172
Gráfico 08: Número de famílias em ocupações entre 1998 até 2015 no Brasil. ..... 173
Gráfico 09: Número de famílias em ocupações no Pará e regiões sul e sudeste. ..... 173

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BASA - Banco da Amazônia S/A
CAT - Centro Agroambiental do Tocantins
CEB - Comunidade Eclesial de Base
CEPASP - Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CNA - Confederação Nacional de Agricultura
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COFAPAC - Centro de Formação e Orientação Agropastoril de Curionópolis
CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CP - Código Penal
CPP - Código de Processo Penal
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
DNPM - Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
FAEPA - Federação da Agricultura do Estado do Pará
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FATA - Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FBC - Fundação Brasil Central
FERA - Fórum de Entidades pela Reforma Agrária
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Pará
FETRAF - Federações de Agricultores Familiares
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAR - Instituto Pastoral Regional
ITERPA - Instituto de Terras do Pará
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPF - Ministério Público Federal
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ONG - Organização Não Governamental
PGC - Programa Grande Carajás
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SR27E - Superintendência Regional 27 E
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UDR - União Democrática Ruralista
UFPA - Universidade Federal do Pará
UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

**SUMÁRIO**

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS** ..... 12
1 - A vida de migrante ..... 13
2 - A trajetória pessoal ..... 13
3 - A realidade do sul e sudeste do Pará ..... 15
4 - Elementos teóricos ..... 18
4.1 - O Campesinato, a violência e a luta pela terra..... 22
5 - Procedimentos metodológicos ..... 25

**CAPÍTULO I - A luta dos camponeses pela terra no sul e sudeste do Pará no período anterior ao Massacre de Eldorado** ..... 28
I.1 - A migração e o extrativismo ..... 28
I.2 - A expansão do capital e a concentração da terra ..... 32
I.3 - A guerrilha, os camponeses e a repressão ..... 38
I.4 - O Carajás, o garimpo e a migração ..... 44
I.5 - A Nova República e os conflitos pela posse da terra ..... 46

**CAPÍTULO II - O Massacre de Eldorado dos Carajás**..... 50
II.1 - A chegado do MST no Pará e a escolha de Conceição do Araguaia ..... 49
II.2 - De Conceição para Marabá ..... 52
II.3 - De Marabá para Parauapebas ..... 57
II.4 - O INCRA, o Governo do Estado e complexo Macaxeira ..... 61
II.5 - A Polícia Militar, a CVRD e os Fazendeiros ..... 65
II.6 - O Massacre passo a passo 70
II.7 - "Missão cumprida, ninguém viu nada" ..... 83

**CAPÍTULO III - As novas configurações da luta camponesa no período pós Massacre de Eldorado**..... 87
III.1 - A luta coletiva via acampamento e a articulação do MST com a FETAGRI ..... 88
III.2 - A questão agrária no governo do PT e a atuação dos Movimentos de luta pela terra. 107

**CAPÍTULO IV: Velhas e novas formas de violência no campo**..... 120
IV. 1 - A concentração da terra e a violência ..... 121
IV.2 - A impunidade ..... 134
IV.3 - O Poder Judiciário ..... 139
IV.4 - A segurança pública ..... 144
IV.5 - A criminalização ..... 146

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 152

**BIBLIOGRAFIA** ..... 161

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escolha desse tema de pesquisa não se deu por acaso. Duas razões principais foram responsáveis por essa decisão. A primeira delas foi a minha trajetória familiar e a segunda, o trabalho desenvolvido por este pesquisador, como profissional de Direito junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais das regiões sul e sudeste do Pará.

### 1 - A vida de migrante.

Eu nasci em uma pequena cidade de nome Turmalina, localizada no norte de Minas Gerais, no Vale de Jequitinhonha. A região é conhecida pelo alto índice de pobreza da maior parte de sua população, especialmente aqueles que habitam nas áreas rurais e nas periferias das cidades. Todos os meus antepassados nasceram ali e viveram do cultivo da terra para garantir o seu sustento. Os tempos eram difíceis, os sucessivos períodos de secas e o descaso do poder público tornava a sobrevivência no campo cada dia mais penosa. Para garantir o sustento da família, os homens, periodicamente, tinham que se aventurarem nos trabalhos de corte de cana, colheita de algodão e café nos estados de São Paulo e Paraná, enquanto as mulheres tinham que *arriscar a vida*[2] no trabalho de empregada doméstica na capital Belo Horizonte. Meu pai e minha mãe enfrentaram essa realidade para manter seus quatro filhos vivos.

Essa situação piorou ainda mais no início da década de 1970, quando as empresas de celulose passaram a comprar a maior parte das terras dos proprietários rurais para a plantação de eucalipto. Em pleno regime militar, estava em curso também a propaganda oficial com o objetivo de deslocar famílias pobres de outros estados brasileiros para a Amazônia sob a promessa de terra para todos e de integração da Amazônia. A propaganda do governo militar, abria caminho para a expansão das empresas de celulose na região do Vale, na medida em que, com a migração, a capacidade de resistência dos camponeses ficava comprometida. No início da década de 1970, centenas de famílias do Vale do Jequitinhonha, embarcaram em caminhões paus de arara com destino ao norte de Goiás (hoje Tocantins) e sul do Pará, em busca da terra e de melhores condições de vida. Minha família e inúmeros outros parentes fizeram parte dessa comitiva de retirantes.

[2] Expressão local usada para identificar trabalho de risco.

A tentativa de se estabelecer no norte de Goiás no ano de 1973 não deu certo. Sem acesso à terra e tendo que trabalhar como arrendatários na formação de fazendas para os grandes proprietários, a situação de pobreza pouco mudou. No ano de 1977, meu pai e demais parentes migraram para o município de Conceição do Araguaia, sul do Pará. Em Conceição, os primeiros anos foram difíceis. A busca de trabalho nas fazendas levou os dois irmãos mais velhos juntamente com outros parentes, a serem vítimas do trabalho escravo contemporâneo[3]. O fazendeiro se negou a pagá-los após mais de 200 dias trabalhados na derrubada de floresta para a implantação do capim para o gado.

Após as frustradas tentativas de obter um pedaço de terra via cadastramento no Grupo Executivo de Terras da Araguaia Tocantins (GETAT), meus irmãos se juntaram a outros posseiros e, no ano de 1985, ocuparam a fazenda São Domingos, um latifúndio improdutivo de 2.470 ha, localizado nas proximidades da sede do município. Após anos de luta e resistência, o imóvel foi desapropriado em 23 de novembro de 1995 e transformado em um assentamento de reforma agrária (PA São Domingos). 64 famílias foram ali assentadas, entre elas meus três irmãos e vários parentes (INCRA, 2015).

**2 - A trajetória pessoal.**

Meu pai e minha mãe não foram alfabetizados. Entre todos os familiares das gerações que me antecederam, eu fui o único que tive a oportunidade de fazer um curso superior. Essa oportunidade surgiu a partir da luta de minha mãe e do interesse de um padre de Conceição do Araguaia (Monsenhor Augusto Dias de Brito) que decidiu investir nos meus estudos, devido acreditar que eu poderia me tornar um padre da diocese de Conceição[4].

Nos tempos de seminário menor na diocese de Conceição do Araguaia, o aprendizado da fé se deu a partir da convivência com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Já no seminário maior em Belém, no final de década de 1980, a formação filosófica e teológica recebida era na linha da Teologia da Libertação, motivada pela opção preferencial pelos pobres, surgida a partir do Concílio Vaticano II da Igreja Católica. Nesse período, os estágios na diocese de Conceição eram voltados para o meio rural onde a luta

[3] Reduzir alguém à condição análoga a de escravo é crime previsto no art. 149 de CP brasileiro.
[4] Abrange os município do extremo sul do Pará.

pela fé e pela terra estavam sempre imbricadas. Os dois últimos estágios feitos enquanto estudante de teologia da diocese foram nas paróquias de Rio Maria e Xinguara nos anos de 1989 a 1993. Nesses municípios a luta pela terra era intensa e as ações de pistoleiros a mando do latifúndio eram frequentes. No período em que fiz os estágios nessas duas paróquias, foram assassinados Braz e Ronan (1990), José e Paulo, filhos de João Canuto (1990) Expedito Ribeiro (1991) e muitos outros.

Os retrocessos impostos à igreja pelo papado de João Paulo II, ao perseguir impiedosamente a ala considerada mais progressista da Igreja Católica e decretar o fim da Teologia da Libertação no processo de formação dos novos padres, me fez desistir da vida presbiteral. A opção foi continuar na igreja, mas não em sua hierarquia eclesiástica e sim nas suas pastorais sociais.

No ano de 1996, acompanhei de perto o triste e violento episódio do massacre de Eldorado. Ao lado de Frei Henri des Rosiers, padre e advogado da CPT de Xinguara, chegamos à curva do S no dia 18 de abril. Os rastros da violência estavam por toda parte. Marcas de balas por todo lado, barracos destruídos, manchas de sangue sobre a estrada e pessoas andando de um lado para o outro à procura de parentes e tentando entender o que tinha acontecido ali no dia anterior. Da curva do S acompanhamos o caminhão com os 19 corpos vindos do centro de perícias de Marabá. No salão da igreja católica de Curionópolis os 19 caixões foram enfileirados. Durante grande parte da noite parentes e amigos procuravam reconhecer os mortos, muitos desfigurados pela violência dos golpes e dos tiros. No dia seguinte, sob uma chuva que caia calma, uma grande procissão seguiu em direção ao cemitério local para fazer o sepultamento.

Dias após o episódio do massacre de Eldorado dos Carajás, fui convidado a me integrar à equipe da CPT de Marabá, numa diocese marcada pela violência contra os camponeses desde os tempos da Guerrilha do Araguaia. A opção de fazer um curso de Direito com a finalidade de exercer a advocacia, veio em função da difícil realidade enfrentada pelos trabalhadores rurais da região na luta pela terra e pelos seus direitos. Desde o ano de 2001, tenho atuado como advogado da CPT a serviço dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do sul e sudeste do Pará, especialmente, àqueles ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aos Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRs) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do

estado do Pará (FETAGRI). Desde o ano de 1996, tenho acompanhado mais de perto o intenso processo de luta dos camponeses dessa região do Pará, marcada por tantos conflitos pela posse da terra e atuado como advogado em processos que apuram assassinados de centenas de trabalhadores rurais, entre eles, lideranças muito conhecidas como os sindicalistas Arnaldo Delcídio, José Dutra da Costa, José Pinheiro Lima, Pedro Laurindo da Silva; as religiosas Adelaide Molinari, Dorothy Stang; o advogado Gabriel Sales Pimenta e os ambientalistas José Claudio e Maria do Espírito Santo.

**3 - A realidade do sul e sudeste do Pará: elementos da empiria**.

O estado do Pará, principalmente as suas regiões sul e sudeste, tem sido marcado e conhecido nacional e internacionalmente pelos graves e violentos conflitos pela posse da terra, os quais, nas últimas décadas, vitimaram centenas de trabalhadores rurais, dirigentes sindicais, religiosos, advogados, parlamentares e diversos outros ativistas pela reforma agrária. Essa constatação foi feita, inclusive, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos:

> Continua a ser motivo de especial preocupação a situação no sul do Pará, com respeito a qual a Comissão já se pronunciou em diferentes ocasiões, de que, apesar de algumas ações do Governo Federal, continua a ser uma área de graves violações aos direitos humanos, com a cumplicidade policial e a impunidade judicial. Um relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados Federais sustenta que as vítimas são, em geral, pessoas pobres, trabalhadores e líderes rurais e que a maioria das violações são consequências de conflitos agrários (CIDH/OEA, 1997, p.123).

A violência, sofrida pelos camponeses que habitavam a região na condição de posseiros e pelos que migraram posteriormente motivados pelas políticas governamentais, é consequência do processo de expansão do capital para a Amazônia na busca da apropriação das riquezas aqui existentes. Uma expansão planejada e subsidiada pelo Estado. Como afirma Picoli (2006)

> O Estado brasileiro facilitou a expansão capitalista na região, tendo como estratégia os incentivos fiscais e o crédito. [...] Na última fronteira de ocupação brasileira, desde que foi instalada a ditadura militar, a penetração de forma capitalista foi intensificada com ampla organização do poder do Estado (PICOLI, 2006, p.45).

Esse modelo de desenvolvimento provocou a concentração das riquezas pelos grupos capitalistas que se deslocaram para o sul e sudeste do Pará e, consequentemente, intensificou a violência contra os camponeses.

Embora a situação de violência tenha sido constante ao longo dos anos, em alguns momentos dessa história, ela agravou-se ainda mais em consequência de fatores conjunturais que influenciaram diretamente a luta no campo. Entre esses fatores estão: o golpe militar e as políticas de desenvolvimento impostas para a região a partir 1964; a ação do governo militar contra guerrilheiros e trabalhadores em função da Guerrilha do Araguaia, no início da década de 1970; a implantação do Programa Grande Carajás no início da década de 1980; a política da Nova República, em meados dos anos 1980; o massacre de Eldorado dos Carajás, em meados da década de 1990 e os primeiros anos do governo LULA.

A repressão do regime militar ao movimento guerrilheiro no final da década de 1960 representou um marco na escalada da violência contra os camponeses que lutavam pela posse da terra nos municípios de influência da guerrilha, principalmente Marabá e São Geraldo do Araguaia[5]. O movimento guerrilheiro se instalou em uma região onde as disputas pela posse da terra entre trabalhadores e latifundiários já eram intensas e a repressão militar atingiu os militantes, os trabalhadores e seus apoiadores.

A política de desenvolvimento do regime militar tinha em seu cerne a implantação de grandes projetos, o apoio ao deslocamento de grupos e empresas capitalistas para a região através de incentivos fiscais e creditícios. Por meio de uma intensa propaganda incentivava também o deslocamento de famílias sem-terra de outros estados para o sul e sudeste do Pará. O incentivo à migração tinha entre seus objetivos garantir mão de obra para esses empreendimentos. Milhares de famílias migraram para a região em busca de terra para morar e produzir, no entanto, a colonização planejada pelos militares não atendeu à maioria absoluta dos migrantes. A ocupação de terras passou a ser então uma das alternativas para essas famílias de migrantes sem-terra.

[5] Até 1988, quando foi emancipado, São Geraldo do Araguaia pertencia ao município de Conceição do Araguaia.

O fim da ditadura militar veio acompanhado da propaganda massiva da Nova República, e com ela, a promessa do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). As ocupações de terra realizadas pelos milhares de famílias que migravam para o sul e sudeste do Pará se intensificaram. A reação dos ruralistas, forçou o governo a recuar nas propostas de mexer na estrutura agrária brasileira e o que se seguiu foi uma violência crescente contra os trabalhadores rurais. Polícia e pistoleiros passaram a usar a mesma farda. A mando de grandes proprietários e, muitas vezes, amparados pelas decisões do Judiciário, esses grupos armados espalhavam o terror e o sangue por onde passavam. Centenas de trabalhadores foram mortos, presos e despejados das terras que ocupavam. A violência contra trabalhadores rurais, advogados e religiosos nessa parte do território amazônico superou todos os recordes nesse período (veja gráfico na p. 48). De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, foram 314 assassinatos nos anos de 1984 a 1987.

No início da década de 1990, outro ator social do campo chega à região, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa organização trouxe consigo outra estratégia de luta pela terra: a ocupação dos imóveis através de acampamento e o enfrentamento em campo aberto contra os latifundiários e os aparelhos do Estado. A tática do *atrás do toco*[6], usada pelos posseiros ligados ao movimento sindical, aos poucos foi sendo substituída pela estratégia do acampamento trazida pelo MST. As ocupações de terra ganharam fôlego, mas, os ruralistas e suas forças não tardaram a reagir.

A interdição da PA 150, na altura da curva do "S", pelo MST em 17 e abril de 1996, provocou uma reação do setor ruralista, do Governo do Estado e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Nas semanas que antecederam ao massacre, várias reuniões ocorreram entre esses setores para discutirem medidas a serem adotadas contra ações do MST. O Governo do Estado escolheu então os comandantes da polícia militar da região de Marabá e Carajás (Coronel Mário Colares Pantoja e Major José Maria de Oliveira), para fazerem a interlocução com o Movimento e darem respostas às suas reivindicações.

[6] Expressão usada pelos posseiros para explicar a luta contra os pistoleiros e fazendeiros no interior da floresta no processo de disputa pela posse da terra.

Mantida a interdição da rodovia pelo MST, a interlocução foi cortada, e a ordem foi dada para a polícia fazer a desobstrução da rodovia "a qualquer custo"[7]. Essa ação provocou o maior massacre da história do sul e do sudeste do Pará: 19 trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados e quase 100 saíram gravemente feridos. Conforme veremos adiante, a violência extrema empregada contra as famílias e as lideranças ligadas ao MST, tinha como objetivo impedir o processo de territorialização do movimento do sul e sudeste do Pará.

A partir de meados da década de 1990, quando ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, se intensificou o processo de luta dos movimentos de representação dos trabalhadores rurais na região na forma de acampamentos e ocupações de fazendas. A repercussão nacional e internacional e a pressão dos movimentos, forçou o Governo Federal a ampliar sua presença no sul e sudeste do Pará, através de órgãos da administração e da Justiça.

A violência empregada no massacre contra o MST e outros movimentos sociais locais, não arrefeceu a luta dos camponeses pela terra, ao contrário, os anos posteriores ao massacre de Eldorado dos Carajás foram marcados por dezenas de ocupações de terras. No entanto, em relação à criação massiva de Projetos de Assentamento, isso só ocorreu nos primeiros anos pós massacre (confira gráficos 02 e 03, nas páginas 53 e 88).

Os avanços na conquista da terra que marcou o período pós massacre foram também acompanhados pela prática da violência contra os trabalhadores. De acordo com dados da CPT (2015), no período posterior ao Massacre, 191 pessoas foram assassinadas no sul de sudeste do Estado (confira gráfico 06 na p.132).

Considerando esse contexto, o objetivo principal dessa dissertação é analisar quais as consequências e os impactos que o Massacre de Eldorado dos Carajás provocou em relação ao processo de luta pela terra por parte do movimento camponês[8] no sul e sudeste do Pará. Para

[7] Depoimento do Coronel Pantoja na Ação Penal que apurou a responsabilidade pelas mortes no Massacre.

[8] O movimento sindical rural que predominou na região antes da chegada do MST no final da década de 1980, sempre utilizou o termo "trabalhador rural" para identificar essa categoria. Com a chegada do MST o termo "camponês" começou a ser usado, no entanto, foi com articulação da Via Campesina no final de década de 1990 que o uso do termo passou a ser difundido com maior força. Conforme esclarece Medeiros (2009) "[...]o MST também reativou a categoria "camponês", remetendo a um modo de vida, a um conjunto de valores a ser resgatado/preservado. Se o termo camponês muitas vezes aparece na literatura como expressão do atraso e de um modo de vida superado pela modernização, ele agora passa a ser reafirmado como expressão de valores ligados à

isso, foi necessário analisar as políticas públicas voltadas para a questão agrária, que impactaram direta ou indiretamente o movimento camponês da região no período anterior e posterior ao Massacre de Eldorado, pesquisar as causas e a ação dos atores envolvidos no conflito que resultou no Massacre de Eldorado dos Carajás e refletir sobre a questão da violência e da impunidade que prevalece na região.

## 4 - Elementos teóricos: A expansão do capital na Amazônia e os conflitos pela posse da terra.

Os conflitos no campo no Brasil estão diretamente relacionados com o processo histórico de concentração da propriedade da terra. A má distribuição tem sido a marca da estrutura agrária brasileira, ou seja, pouca gente com muita terra e muita gente com pouca terra ou sem-terra para trabalhar e produzir.

O último censo agropecuário (IBGE,2006), registrou bem essas disparidades no campo. Os dados mostraram que: em relação a área agricultável, os 4.448.648 estabelecimentos (propriedades) com área menor que 100 hectares ocupam um total de 70.691.698 hectares. Por outro lado, os 46.911 estabelecimentos (propriedades) com área maior que 1000 hectares, ocupam uma área de 146.553.218 hectares. Ou seja, um pequeno grupo de grandes proprietários ocupa mais que o dobro da área das pequenas propriedades, onde milhões de famílias de agricultores familiares vivem e produzem. As grandes propriedades representam menos de 1% dos estabelecimentos, mas controlam 46% de todas as terras, de acordo com as informações do último Censo.

Para Martins (1991), trata-se de um processo histórico de "expropriação" dos camponeses por parte das grandes empresas capitalistas, que passaram a vislumbrar a propriedade da terra como um grande negócio. O Estado participa desse complexo arranjo por meio de políticas públicas de incentivos fiscais, créditos e infraestrutura. Esse processo de acumulação tem

preservação ambiental e da biodiversidade, à produção de alimentos, em especial para mercados locais, à soberania alimentar, à diversidade cultural e, principalmente, à crítica a um modelo de agricultura baseado no agronegócio [...]. Para o MST, o termo "camponês" remete à utopia de uma sociedade mais igualitária e solidária (MEDEIROS, 2009, p.06).

expulsado do campo milhares de famílias a cada ano[9]. Ainda segundo Martins, a expansão do capital no campo também se dá através da "exploração", ou seja, através da compra da força de trabalho daqueles que foram expropriados.

> A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do trabalhador que já foi expropriado (MARTINS, 1991, p.52).

Nas últimas décadas, com a evolução da tecnologia no processo produtivo, ganhou força outra forma de expansão do capital no campo. Trata-se da subordinação da produção dos camponeses ao capital. Sem controlar os meio de produção e de comercialização dos seus produtos, os trabalhadores se submetem à aqueles que detêm esse controle: as empresas e grupos capitalistas. Como afirma Oliveira (2007):

> É o processo de sujeição do campesinato ao capital que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. [....] Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa (OLIVEIRA, 2007, p.12).

Essa forma de sujeição do campesinato ao capital, conforme explica Oliveira, é uma realidade mais presente nas regiões do centro sul brasileiro, onde a expansão da tecnologia capitalista no campo está em estágio mais avançado. No entanto, no estado do Pará e, especificamente nas regiões sul e sudeste, esse processo, embora em menor escala, também é percebido. O cultivo da monocultura do Dendê por agricultores familiares no município de Moju é um exemplo. No sul e sudeste do Pará, a expansão da pecuária de corte nas áreas de assentamento da reforma agrária e da produção de leite para os laticínios, são exemplos de sujeição da produção camponesa ao capital. Ou seja, os camponeses, por meio do processo de ocupação das grandes propriedades, conseguiram expandir seu território, mas, não avançaram da mesma forma no processo de implantação de culturas típicas da agricultura familiar,

[9] Os dados do último Censo do IBGE (2010) mostraram que nos últimos 10 anos, 4 milhões de pessoas saíram do campo no Brasil. Hoje, apenas 18% da população brasileira vive na área rural.

permanecendo, em sua grande maioria, dependentes das grandes propriedades de criação extensiva do gado.

Essas diferentes formas de expansão do capital, não só consolidou no campo um modelo de propriedade capitalista da terra, mas também, uma burguesia agrária, como uma fração da classe dominante nacional, cuja especificidade é o controle da propriedade da terra, dos recursos públicos, da tecnologia e da pauta política para o campo. A bancada ruralista tem tido um aumento expressivo de parlamentares a cada eleição.[10]

Essa estrutura fundiária e esse modelo de propriedade foram impostos para a Amazônia no processo de expansão do capital para a região. Para Picoli (2006), Estado e capital passaram a atuar de forma articulada visando regular as ações de dominação e favorecer grupos econômicos e políticos. Essa ação conjunta cria as condições para a expansão e concentração do capital na região. Segundo Picoli (2006), "nessa estratégia, utilizam a superexploração e colocam a natureza a serviço de grandes conglomerados econômicos. A exploração do homem e do seu ambiente passa a ser a regra" (p.17). O golpe militar de 1964, aprofundou e consolidou esse modelo. Ainda segundo o autor:

> O projeto implantado na Amazônia brasileira, com auxílio dos incentivos fiscais, consegue implantar com sucesso o modelo de expansão capitalista em detrimento das massas. As estratégias e as formas utilizadas na expansão consolidam os objetivos propostos pela lógica sistêmica e tornam a região área de livre acesso ao capital mundial e, consequentemente, aberta a esse mercado (PICOLI, 2006, p.43).

Para Hébette (2004a), esse processo se deu de forma extremamente rápida e violenta, monopolizando o controle das terras, expulsando os camponeses e explorando sua força de trabalho. O autor afirma, "Como se estivesse excitado por uma longa espera, o capital financeiro se jogou em cima do solo amazônico que nem um bando de gaviões sobre sua presa" (p.127). O aprofundamento desse modelo, que privilegiou os interesses do capital e ignorou os direitos dos camponeses, se intensificou ainda mais no período do governo militar. Segundo Costa (2013) "o projeto da ditadura para Amazônia não atribuía ao campesinato qualquer papel estratégico. Tal

[10] Dados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), indicam que o grupo de Deputados e Senadores, que fazem parte da Bancada Ruralista, deve chegar a 273 parlamentares a partir de 2015.

postura rompia assim com a perspectiva de desenvolvimento regional baseada na agricultura camponesa que orientara muitas outras ações do Governo Federal na Amazônia" (p.186). Ainda de acordo com o mesmo autor, "a evolução da intervenção estratégica do Estado na fronteira agrícola amazônica demonstra claramente a preferência pelas empresas capitalistas. Mais ainda: pelas maiores entre estas" (p.185).

O governo militar promoveu a expansão capitalista na região através de uma política de distribuição de terras, incentivos fiscais, disponibilização de crédito e implantação de obras de infraestrutura. Dessa forma, a penetração do capital em busca das riquezas naturais e minerais se intensificou. Através das facilidades oferecidas pelo Estado inúmeras empresas nacionais e internacionais se instalaram na região com o objetivo de promover a exploração madeireira, a criação extensiva de gado de corte, a especulação imobiliária da terra e a extração mineral. As ações do Estado nesse período não considerou a população local (indígenas, posseiros, pescadores, extrativistas e garimpeiros) que já habitavam a região e, também, os milhares de migrantes pobres que se deslocaram a partir da propaganda oficial da integração nacional, das políticas públicas e principalmente da distribuição de terras para assentamentos rurais. O sul e o sudeste do Pará foram fortemente impactados por esse modelo de desenvolvimento.

A política de favorecimento da expansão capitalista na Amazônia promoveu a invasão das terras de indígenas, de comunidades remanescentes de quilombos, de posseiros ribeirinhos, de extrativistas, etc., através do uso da violência. Para Fernandes (1999), "Em seu pacto tácito, os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa" (p.31).

### 4.1 - O Campesinato, a violência e a luta pela terra.

Não há dúvida que o primeiro passo para a afirmação camponesa é a conquista da terra. As formas distintas de trabalho na terra, o papel da família no processo de produção e na definição dos modos de vida, são outros elementos definidores do campesinato. No entendimento de Marques (2008), o campesinato constitui uma classe social que, dependendo do

contexto social, pode num determinado momento, estar subordinado aos interesses do capital ou pode representar sua própria contradição. Para a autora,

> [...] enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições (MARQUES, 2008, p.58).

Ao longo da história do Brasil, diferentes segmentos do campesinato (trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, indígenas, quilombolas, etc.), têm travado uma verdadeira guerra no meio rural, através da luta pela conquista e permanência na terra, como forma de enfrentamento à expansão do capital e de garantia de sua sobrevivência enquanto classe social no campo.

Para Martins (1991), "o próprio capital impôs, no Brasil moderno, a luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a **"terra de trabalho contra a terra de negócio"**[11] (p.56). Essa luta se dá em dois níveis: dos camponeses que possuem a posse ou a propriedade da terra e lutam contra a expansão do capital sob suas áreas e daqueles que já foram vítimas da expulsão (expropriação) de suas terras e são submetidos a um processo de exploração através da venda de sua força de trabalho. Assim, conforme nos explica Oliveira (2007) a luta dos sem-terra pelo acesso à terra, é uma das formas de recriação do campesinato. No processo de exclusão promovido pelo capital, esse não consegue assalariar a todos, pois não recria na mesma intensidade que exclui. Por sua vez, os camponeses enfrentam o poder do capital organizando ocupações de grandes propriedades, por meio da luta pela terra. É esse também o entendimento de Fernandes (1999):

> A ocupação da terra é uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação. Nas duas últimas décadas, as ocupações tornaram-se, ainda mais, um processo importante de recriação do campesinato e não podem ser ignoradas (FERNANDES,1999, p.269).

A luta pela terra, através do processo de ocupação e resistência, é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária no Brasil e a formação do campesinato. É por essa lógica que podemos compreender, nas últimas décadas, a formação do Movimento dos

[11] Grifo meu.

Trabalhadores Rurais Sem Terra e de outros movimentos de luta no campo. Dessa forma a luta pela terra, via ocupação de propriedades, é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, contra a exclusão causada pelo capital e ou pelos proprietários de terra. Para Fernandes (1999), a ocupação é, portanto, uma forma de se fazer a luta de classe no campo e de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra.

O processo desigual de desenvolvimento capitalista resulta na expropriação dos camponeses de suas terras. Os sem-terra são trabalhadores que lutam, através da ocupação da terra, para serem reinseridos nas condições de trabalho e de reprodução social das quais foram excluídos.

O uso da violência por parte do Estado e da classe burguesa que monopoliza a propriedade da terra no Brasil, tem se constituído num método para barrar os processos emergentes de organização camponesa. Quando os camponeses se organizam em movimentos que questionam a estrutura fundiária e o próprio Estado, a repressão tem sido usada, historicamente, de forma mais violenta com o objetivo de desarticular essas organizações e movimentos. Nessas ações repressivas, forças do Estado (polícia) agem em conjunto com as forças privadas (pistoleiros, jagunços, milícias). O que aconteceu em Canudos, Contestado, Ligas Camponesas, Massacres de Corumbiara e Eldorado é exemplo dessas ações conjuntas e dessa modalidade de violência.

Para Medeiros (1996) e Tavares dos Santos (1993), trata-se de uma violência política que sempre fez parte do padrão tradicional de dominação no campo brasileiro que busca liquidar os opositores nos conflitos fundiários, usando da forma mais cruel quando se trata das situações de resistência coletiva.

A violência empregada contra os camponeses ligados ao MST que resultou no Massacre de Eldorado dos Carajás teve essas características. O MST não fazia o enfrentamento apenas com os proprietários de terra da região, também questionava a estrutura agrária brasileira, o papel do Estado e defendia outro modelo de sociedade. A violência extrema, empregada pelo

Estado, de comum acordo com elite agrária da região de Carajás, tentava impor uma derrota ao MST e impedir sua territorialização no estado do Pará. Para Barreira (1999),

> No meio rural, os genocídios, os assassinatos e as humilhações, tendo como contrapartida o medo, a precaução e a submissão é que dão sentido à desordenada monopolização da violência. [...] O massacre de Eldorado dos Carajás, desnudando o lado arcaico e tradicional das relações políticas e econômicas do campo, é o outro lado da moeda do capitalismo moderno – o que mostra não só a necessidade de uma mudança na estrutura agrária, mas também o poder do atraso, da onipotência e impunidade dos grandes proprietários de terra que ainda continuam ditando as regras do jogo no meio rural brasileiro (BARREIRA, 1999, p.136 e 143).

A impunidade é o outro lado dessa moeda da violência. Tendo agentes do Estado como autores ao lado da elite proprietária que tem alto poder econômico e forte influência política junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, punir os responsáveis pela violência, nunca foi prioridade. No caso do Massacre de Eldorado, frente à forte pressão da sociedade nacional e internacional, apenas dois comandantes da operação (Coronel Mário Colares Pantoja e Major José Maria de Oliveira) foram julgados e condenados.

Mesmo frente às situações de violência e impunidade, nas últimas décadas, ocupar grandes propriedades privadas tem sido a principal ação dos Movimentos de luta pela terra. Por meio das ocupações, os sem-terra especializaram a luta, conquistaram a terra, territorializaram o Movimento Camponês e impulsionaram a expansão de uma cultura de resistência no campo.

## 6 - Procedimentos metodológicos.

Consideramos que essa pesquisa se inscreve no âmbito da abordagem qualitativa compreendendo que nesse tipo de abordagem “os fenômenos são descritos antes de teorizados, compreendidos antes de explicados” (SOUZA, s/d). O fato de assumir a pesquisa como qualitativa não implica em negação da pesquisa quantitativa. Apenas queremos dar ênfase ao fato de que as estratégias aqui utilizadas, se basearam nos seguintes princípios: a) fonte de dados – provenientes da análise de textos de pesquisas realizadas na região, documentos de arquivos de instituições e de entrevistas; b) análise – se baseou em interpretação e não em procedimentos

estatísticos (BAUER e GASKELL, 2002, p.23). Podemos ainda avançar concordando com Bauer e Gaskell (2002, p.24) que “não há quantificação sem qualificação e que não há análise estatística sem interpretação”.

Nesse sentido, adotamos alguns procedimentos metodológicos visando reunir o máximo possível de informações que permitam uma leitura multidimensional da problemática em tela, relacionando os procedimentos aos diferentes segmentos da estrutura da dissertação para facilitar a compreensão.

No primeiro capítulo, analisamos o processo de ocupação da região e a dinâmica da luta pela terra no período anterior ao Massacre de Eldorado. Nesse sentido, a leitura das obras de inúmeros autores que pesquisaram esse período histórico foi de fundamental importância. Entre as principais estão as de: Ianni (1978), Martins (1991), Emmi (1999), Treccani (2001), Guerra (2001), Petit (2003), Carter (2008), Hébette (2014), Assis (2014), Pereira (2013) e outras.

No segundo capítulo, para compreender as causas e consequências do Massacre especial atenção foi dada ao conjunto de documentos juntados no processo criminal que apurou a responsabilidade pelas mortes dos trabalhadores. São depoimentos de testemunhas e de acusados, registros de acontecimentos, perícias, peças elaboradas por advogados das partes e pelos representantes do Ministério Público, decisões dos juízes de primeiro grau, do Tribunal de Justiça do Pará, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, matérias de jornal, gravações e demais documentos produzidos no período, que fazem parte do arquivo da CPT de Marabá.

No terceiro capítulo, foi analisada a dinâmica do movimento camponês no período posterior ao Massacre e a situação da luta pela terra na região nos últimos anos. A fonte principal de pesquisa para esse capítulo foi o banco de dados da CPT de Marabá. Informações sobre os conflitos, o processo de organização, as lutas e conquistas dos movimentos sociais nesse período. A revisão do livro do professor Assis (2014) contribuiu significativamente para uma melhor compreensão das lutas nesse período.

No quarto capítulo, foi feita uma análise da realidade do problema da violência de da impunidade em relação aos assassinatos no campo, em especial nas regiões sul e sudeste do Estado. A fonte principal da pesquisa foi o banco de dados da CPT nacional e da CPT de Marabá.

Para o conjunto da pesquisa, o banco de dados do arquivo da CPT da Diocese de Marabá foi a principal fonte de consulta. Os documentos ali arquivados, na forma de cadernos de conflitos, cartilhas, relatos, depoimentos de trabalhadores, denúncias, notas, matérias de jornal de circulação regional e nacional, além de documentos como dossiês, processos, publicações, relatórios que tratam da problemática, deram consistência aos argumentos e as análises. O arquivo da CPT de Marabá concentra informações sobre os conflitos no campo desde meados da década de 1970, quando a entidade foi criada, bem como, o processo de organização dos movimentos sociais que, historicamente, fizeram a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Embora o banco de dados da CPT tenha sido a fonte principal da pesquisa, entrevistas com Emmanuel Wambergue e Jorge Nery também contribuíram para uma melhor compreensão desse contexto.

Uma das contribuições desse trabalho foi ajudar a preencher lacunas no estudo sobre o massacre de Eldorado e a atuação dos movimentos sociais no processo de luta pela terra no sul e sudeste do Pará e, com isso, ser um material para as organizações dos trabalhadores e entidades de assessoria e de direitos humanos que atuam na região, além de possibilitar outros estudos e reflexões sobre essa realidade.

## CAPÍTULO I: A luta dos camponeses pela terra no sul e sudeste do Pará no período anterior ao Massacre de Eldorado.

Nesse capítulo, analisaremos os principais aspectos do processo de luta dos camponeses pela terra no sul e sudeste do Pará, desde a chegada dos primeiros migrantes até o final da década de 1980, quando da instalação do MST no sul do estado. No período daremos destaque: para o processo de apropriação das terras no polígono dos castanhais; a formação das grandes propriedades a partir do golpe militar e dos incentivos governamentais direcionados para os grandes projetos de interesse do capital na região; o processo de luta pela terra dos posseiros já instalados nessas regiões e dos trabalhadores migrantes vindos de diferentes estados em busca de um pedaço de terra; e a violência sofrida pelos camponeses com destaque para o período da Guerrilha do Araguaia e a implantação da Nova República.

### I. 1 - A migração e o extrativismo.

No sul e sudeste do Pará, a ocupação da terra, seja ela privada, pública ou devoluta[12], sempre constituiu a forma principal de acesso à terra por famílias de trabalhadores rurais. O protagonismo nessas ações sempre foi dos trabalhadores e de suas organizações, mas a intensidade dessas lutas e os conflitos resultantes dela, ao longo dos anos, sofreram influências de elementos da conjuntura regional e nacional. Por esta razão, em alguns momentos dessa história, as ocupações e os conflitos se tornaram mais intensos e com consequências mais graves, resultando em altos índices de violência contra os trabalhadores rurais e suas lideranças.

Até a década de 1950, diferentes situações decorrentes do contexto local e regional, influenciaram no processo de deslocamento populacional para o sul e sudeste do Pará. Para Ianni (1978), Emmi (1999) e Guerra (2001), entre esses elementos podem-se destacar: questões religiosas ligadas ao interesse da Igreja Católica em catequizar os índios; conflitos políticos que provocavam a divisão de famílias e grupos em municípios dos estados vizinhos; a procura de terras livres para agricultura e criação de animais; a extração do caucho; a coleta da castanha do Pará e a garimpagem. Essas motivações e atividades econômicas foram as razões principais dos deslocamentos que resultaram na formação dos primeiros núcleos urbanos localizados às

[12] Terra pública não arrecadada pelo Estado para uma destinação específica.

margens dos rios que cortam o sul e o sudeste do estado: o Tocantins e o Araguaia. Um grande número de famílias pobres, em sua maioria camponeses, se deslocaram para essa região em busca de alternativas de sobrevivência. Aqui construíram suas moradias e posses a partir das margens dos rios.

A violência física e os conflitos pela terra nesse período eram direcionados aos grupos indígenas. De acordo com Guerra (2001), famílias que monopolizavam tanto a extração do látex como a coleta da castanha, usavam da violência através dos "jagunços" para "limpar" as áreas da presença indígena e assim monopolizarem a coleta desses produtos. A expulsão violenta dos indígenas dessas áreas resultou no assassinato de centenas de índios e na diminuição de território controlado pelos diferentes grupos.

Com a crise no processo de produção e comercialização da borracha, a extração e comercialização da castanha se expandiu na região. A exportação do produto, não só concentrou o lucro nas mãos das poucas famílias que monopolizavam o comércio da castanha, mas, provocou também uma corrida pelo controle das terras onde estavam localizados os castanhais.

Devido ao grande número de famílias pobres que habitavam a região e viviam do extrativismo da castanha, o estado do Pará, através de legislação específica, criou as serventias públicas para a coleta livre da castanha. Essa prática, vigorou na região no período de 1920 a 1960 e favorecia às famílias mais pobres. Conforme explica a professora Emmi (2002):

> Concomitantemente a essa forma, permanecia, garantida por lei a “extração livre” nos chamados castanhais de servidão pública ou “castanhais do povo”. Nesses castanhais, os pequenos coletores, mediante o pagamento de uma taxa de inscrição às prefeituras locais, podiam coletar castanha desde que não ultrapassassem o limite estabelecido. De forma totalmente livre da coleta no início do século, essa apropriação coletiva do recurso de algumas áreas passou a ser disciplinada pelo Estado. [...] em Marabá esses “castanhais do povo” são referência obrigatória na memória social. Eles foram concedidos de 1920 a 1960, compreendendo uma área total de 29.890 hectares que correspondem às serventias do Landy, Geladinho, Jenipapo, Alto Bonito. A essas serventias podem-se acrescentar ainda os 4.356 hectares da légua patrimonial de Marabá, nos quais os castanhais eram livres. Este dado permite ter uma ideia da extensão da terra de uso comum que foi apropriada por grupos locais (EMMI, 2002, p.166).

As famílias mais ricas, que controlavam as atividades comerciais e mantinham relações políticas com as autoridades do governo do Pará, aos poucos foram adquirindo o controle das terras onde predominavam os castanhais. Esse controle começou com o processo de arrendamento de castanhais pelo período da safra da castanha, mas, aos poucos o Estado passou a expedir títulos de aforamento em favor dessas famílias, obedecendo a interesses políticos. Esse processo deu origem à chamada "oligarquia dos castanhais", ou seja, um pequeno grupo de famílias mais ricas passou a controlar as terras e as riquezas oriundas da comercialização da castanha. Essa oligarquia, aos poucos, passou a exercer o controle econômico e político de Marabá e região onde predominavam os castanhais.

Essa ofensiva das oligarquias locais pelo controle das terras dos castanhais, aos poucos foi atingindo as áreas das serventias públicas (castanhais do povo) de exploração livre da castanha. As famílias de castanheiros pobres que sobreviviam dessa atividade nessas serventias, foram sendo expulsas através de ações violentas de pistoleiros a mando das famílias ricas de Marabá. A respeito veja as notícias da época levantadas por Barata (1995):

> Cerca de 200 famílias de posseiros foram ameaçadas de expulsão, em mais um conflito de terra no sul do Pará. A denúncia foi feita, no dia 15.8.84, em Belém, por Gerson Rodrigues da Silva (posseiro), Jurandy de Moraes Francisco (lavrador e vice-presidente do diretório do PMDB, em São João do Araguaia) e Almir Ferreira Barros (delegado do STR de São João). Eles procuraram o governador Jáder Barbalho para cobrar a promessa de que o governo através do Iterpa faria um convênio com o Getat visando solucionar o conflito. Gerson Rodrigues disse que o conflito teve sua origem a partir da ocupação de uma gleba de terra, medindo 900 alqueires, que se encontrava abandonada desde 1961, ano em que os posseiros que a ocupavam foram expulsos pelo fazendeiro Josico Vergolino, que se utilizou de serviços de pistoleiros (BARATA, 1995. p.271).

Entre as famílias que passaram a concentrar as terras dos castanhais, se destacou a família Mutran. Segundo Emmi (1999), em 1980, esse grupo familiar concentrava uma área de 131.332 ha na região de Marabá. Os Mutran expandiram rapidamente seu domínio na região devido ao seu poder econômico, suas relações políticas com os governantes do Estado e a violência que empregavam para adquirir e controlar suas propriedades (PETIT, 2003).

Esse monopólio das terras na região conhecida como polígono dos castanhais, se consolidou com a publicação da Lei 913/54, pelo governo do estado do Pará, que criou o

Instituto dos Aforamentos, através do qual era cedido aos beneficiários, o domínio útil das terras (a posse), mantendo o domínio pleno (propriedade) com o estado do Pará. De acordo com Emmi (1999), entre 1955 a 1966, foram concedidos 252 aforamentos em todo o estado do Pará, desse total, 168 para o município de Marabá, totalizando uma área de 613.721 ha. Dos 168 lotes, 62 deles pertenciam à família Mutran. Isso mostra o poder da nova oligarquia sobre as terras dos castanhais, principalmente, os Mutran.

O governo não exigia a medição e demarcação dos imóveis onde foram expedidos os Títulos de Aforamento; dessa forma, os detentores desses documentos, acabavam anexando às suas propriedades áreas públicas igual ou maior à aquela que constava no documento. Essas áreas eram chamadas de *sobra*. O Decreto Lei Estadual nº 9.203/75 permitiu que os donos dos castanhais anexassem ao aforamento, as áreas consideradas como "sobras" ou "excessos", até o limite de 50% da área aforada.

Com as mudanças na legislação fundiária do estado[13], os castanhais públicos deixaram de existir. Dessa forma se consolidou o domínio da oligarquia local sobre as terras dos castanhais. Como o critério de distribuição das propriedades era político e econômico, os trabalhadores castanheiros, foram excluídos do acesso à terra, e aqueles que habitavam os castanhais públicos foram expulsos por pistoleiros em ações violentas a mando dos que se diziam donos. O que lhes restou foi continuarem sendo mão de obra explorada pelos donos dos castanhais nos imóveis privados. Com tanta terra nas mãos de tão pouca gente, os problemas sociais e os conflitos fundiários não tardariam a aparecer.

Na região onde se localizava o polígono dos castanhais, no período anterior à abertura da rodovia Belém-Brasília, o controle da terra ocorria mais em função da presença da castanha do Pará na área do que pelo valor de mercado da terra. Mas essa realidade logo iria mudar.

No extremo sul do estado, onde não existiam castanhais, com o fim da extração da borracha extraída do caucho[14], a economia regional girava em torno da agricultura de

[13] A edição da Lei Estadual 913/1954 instituindo o Instituto do Aforamento atendeu aos interesses das oligarquias que controlavam as áreas de exploração da castanha.
[14] Espécie da qual se extraia o látex para a fabricação da borracha, no entanto, precisava derrubar a árvore para fazer a extração, como isso, em poucos anos a espécie quase foi extinta.

subsistência, do extrativismo de produtos da floresta e da criação de animais. Segundo Ianni (1978), embora existissem algumas fazendas, predominavam a economia camponesa e o regime de posses. "Em 1960, entre os 982 estabelecimentos rurais registrados pelo recenseamento, 968 estabelecimentos estavam sob a responsabilidade dos ocupantes, isto é, posseiros" (p.76). Mas, a abertura da rodovia Belém-Brasília iria provocar mudanças profundas nesse cenário.

**I.2 - A expansão do capital e a concentração da terra.**

A abertura da rodovia Belém-Brasília, representou um marco decisivo no processo de expansão do capital para a Amazônia. O final da década de 1950, foi marcado por um aprofundamento das articulações do Estado brasileiro com os interesses do capital nacional e internacional. O avanço do processo de industrialização impulsionado pelo aumento do consumo mundial, provocou uma corrida em busca de novos mercados e de matéria primas. Nesse contexto, a Amazônia tornou-se uma região prioritária para a ampliação do processo de exploração capitalista, em razão de suas riquezas naturais e minerais. A Amazônia era vista também, pelos capitalistas nacionais como um espaço de expansão do mercado interno.

Para Emmi (1999), coube ao Estado, proporcionar ao capital as condições favoráveis para essa expansão. A abertura das estradas no final da década de 1950, ligando o centro sul à Amazônia, marcou o início da consolidação da ocupação capitalista da região. Em relação ao sul e sudeste do Pará, essa expansão provocou profundas mudanças em relação à floresta, ao uso da terra, ao processo de produção e às relações de trabalho. Na opinião de Ianni (1978), em relação ao uso da terra, em pouco tempo, ela passou a ser inserida nas relações capitalistas de produção, deixando de ser um espaço de produção e de moradia, para se transformar em uma mercadoria. "Não era mais a ocupação, a posse, a moradia, a roça, a criação, o conhecimento do lugar, a vizinhança que garantiam a 'propriedade'. Havia que ter papel, documento, título, prova, escritura, para que propriedade fosse propriedade" (p. 154)

Segundo Hébette (2004b), os modos de vida e as relações com a terra, das populações dos municípios próximos do traçado da Belém-Brasília, iria sofrer drásticas mudanças a partir da década de 1950 quando começa a ser projetada a rodovia, "especuladores do sul do país passaram a negociar terras com o Governo do Pará" (p.37). Muito rapidamente, os interesses das

empresas e de pecuaristas do centro sul não se limitavam apenas às terra situadas às margens da rodovia, mas se expandia para além dessas fronteiras.

> Uma das primeiras consequências da construção da Belém-Brasília foi o incremento do interesse pelas terras próximas à rodovia, a grande maioria delas definidas como terras devolutas, por parte de setores das elites locais e de outros estados do país (PETIT, 2003, p.73).

No entanto, os imóveis localizados a uma distância maior da rodovia, o interesse em adquiri-los, naquele momento, era mais especulativo, até porque, o Estado não tinha ainda oferecido as condições que interessavam a esses setores para implantarem seus negócios nessas regiões.

Com a implantação da rodovia Belém-Brasília no início da década de 1960, a especulação imobiliária sobre as terras do sul e sudeste do Pará se intensificou. O governo do Pará, dividiu as terras dessa região, em lotes iguais de 4.356 ha (uma légua ao quadrado) e colocou à venda para grupos interessados do centro sul do Brasil.

> Somente no sul do estado, entre 1961 e 1964, foram emitidos, segundo Marcionila Fernandes,759 títulos definitivos, medindo 4.356 hectares cada um, totalizando 3.306.204 hectares. Só João Lanari do Val, por exemplo, adquiriu do Estado, em 1962, 80 lotes de 4.356 hectares cada, totalizando 348.480 hectares, formando, assim, a Companhia Mata Geral (PEREIRA, 2013, p.43).

A ausência de controle do Estado e a especulação imobiliária deu início ao maior processo de fraudes na venda de terras no Pará, através do mecanismo criminoso que ficou conhecido como Grilagem, ou seja, a falsificação de títulos de propriedades rurais, que envolvia escritórios de fabricação desses documentos e os cartórios de registro de imóveis de vários municípios. Milhões de hectares de terra foram negociados no estado com o uso de documentos falsos. Como afirma Treccani (2001):

> Técnicos do ITERPA acreditam que, no Pará, pelo menos mil títulos de terra falsos teriam sido forjados entre 1963 e 1967 envolvendo cerca de 3 milhões de hectares. Estes títulos encontraram boa aceitação no mercado, talvez por ser muito fácil registrá-los nos Cartórios de Registro de Imóveis (TRECCANI, 2001, p.201).

A abertura da Belém Brasília, também acelerou o processo migratório, principalmente, para os municípios localizados em suas margens. Segundo Hébette (2004a) uma grande corrente de lavradores que não conseguiam mais sobreviver no Nordeste e Sudeste alcançou o Pará em busca de terras. Muitas dessas famílias se estabeleceram em terras localizadas às proximidades dos rios que margeavam e cortavam as regiões sul e sudeste do Pará. Fixaram suas posses em terras devolutas, terras griladas ou em terras que o Estado já tinha negociado com grupos econômicos e pecuaristas, através do processo da venda. Muitas dessas famílias, que desciam os rios em busca de um espaço para morar e produzir na terra tinham sido expulsas pelas grandes empresas agropecuárias que se instalaram nos municípios localizados às margens da rodovia Belém Brasília. Os municípios de Santa Maria das Barreiras, Conceição do Araguaia, São João do Araguaia e Marabá eram os principais destinos desses migrantes.

> A Belém Brasília foi a precursora das primeiras mudanças que vieram afetar a Amazônia, chegando até a zona castanheira e também nos arredores de Conceição do Araguaia, dando início à indústria madeireira, assim como a implantação dos projetos agropecuários (BARROS, 1992, p.61).

A implantação da estrada abriu caminho para duas atividades econômicas que causaram fortes impactos e conflitos no sul e sudeste do Pará, a exploração madeireira e a expansão da atividade da pecuária extensiva.

Com o golpe de 1964, essa região da Amazônia passou a sofrer uma intervenção cada vez mais forte do Estado. Na opinião de Hall (1991) o golpe militar foi um divisor de águas na formulação de políticas para a Amazônia. De fato, com a ditadura, se intensificou a estratégia geopolítica e econômica para a região, a partir do conceito de integração nacional do governo militar. Um pacote de medidas, incluindo a pesquisa e mapeamento das riquezas minerais, promulgação da lei de incentivos fiscais (Lei 5.174/66), a criação de uma agência de financiamento para projeto agropecuários, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), abertura de estradas (Transamazônica), projeto de colonização (1970)[15], federalização das terras estaduais (DL 1.164/71)[16], etc., fizeram parte das principais ações do

[15] O Governo Militar decidiu implantar às margens da rodovia Transamazônica um projeto de colonização oficial destinado ao assentamento de famílias sem-terra.

[16] O Decreto transferiu para a jurisdição federal as terras públicas localizadas até 100km, dos lados direito e esquerdo das rodovias federais construídas e projetadas. Com esse Decreto, aproximadamente, 70% das terras públicas do estado do Pará, passaram para o controle federal.

governo entre meados da década de 1960 e início da década de 1970. Para Petit (2003), nesse período, o grau de intervenção da Administração Federal na região não tem paralelo com nenhum outro momento anterior.

A extensão dos incentivos fiscais aos projetos agropecuários, a criação do Banco da Amazônia (BASA) e da SUDAM, tinham como objetivo garantir os recursos necessários à implantação da pecuária extensiva na região. Esse conjunto de benefícios, associados à abertura de estradas, incentivou o deslocamento para o sul de sudeste do Pará de diferentes grupos econômicos interessados na implantação de fazendas e criação extensiva do gado. Os projetos financiados pela SUDAM foram decisivos no processo de expansão das grandes propriedades. Associada a essa atividade, expandiu-se também, a indústria madeireira. Centenas de serrarias foram instaladas às margens das estradas com o objetivo de explorar a madeira existente, principalmente, o mogno que passou a ser denominado "ouro verde da floresta"[17] em razão do seu alto valor no comércio de madeira. No entorno dessas serrarias, se aglomeravam as famílias de migrantes pobres e, assim, surgiam vilas que, mais tarde, se transformaram na maioria dos municípios existentes hoje no sul e sudeste do Pará (SILVA, 2011).

Sem qualquer controle do Estado, em um curto espaço de tempo, milhões de hectares de floresta, foram derrubados para dar lugar ao capim para pastagem do gado. A pecuária e a exploração madeireira passaram a ser as principais atividades econômicas da região a partir do início da década de 1970. Desenvolver o sul e sudeste "na pata do boi"[18] passou a ser o lema do setor pecuarista regional.

Com o pacote de medidas anunciados para a Amazônia, o Governo Militar visava dar respostas a outro problema que tencionava o campo: a questão da reforma agrária. A expansão dos monocultivos no centro-sul do Brasil provocava a expulsão crescente de famílias do campo, aumentando o número de trabalhadores rurais sem-terra. Nas regiões do Brasil onde os trabalhadores rurais estavam mais bem organizados no processo de enfrentamento com o latifúndio, os militares intensificavam a repressão, prendendo, torturando e assassinando os camponeses e principalmente suas lideranças. O caso mais conhecido do período foi o das Ligas Camponesas que tinham forte atuação em vários estados do Nordeste. A repressão violenta dos

[17] Expressão usada regionalmente devido ao alto valor dessa espécie no mercado da madeira.
[18] Frase escrita na porteira de entrada da fazenda Rio Vermelho, do Grupo Quagliato, no município de Sapucaia.

militares desarticulou o movimento, mas as tensões e os conflitos pela posse da terra eram permanentes nessa região.

> A ditadura, contudo, manipulou conjunturalmente fluxos migratórios como forma de amenizar tensões presentes nas áreas de colonização antiga do país, como válvula de escape ou como ações de contrarreforma-agrária (COSTA, 2013, p.187).

O Governo Militar, embora tivesse promulgado a Lei 4.504, de 30/11/1964, que criou o Estatuto da Terra, não tinha intenção de mexer na estrutura das grandes propriedades no campo e promover a reforma agrária. O setor ruralista compunha a base de sustentação política da ditadura e do modelo econômico em curso no período. A alternativa apresentada pelos militares para distensionar o campo e também dar respostas à situação de pobreza instalada no Nordeste, em razão das consequências das secas e do monopólio das terras pelos coronéis, foi propor um projeto de colonização nas margens da rodovia Transamazônica ao longo de quase 2.000 km de extensão. Como bem explica Hall (1991):

> O ano de 1970 presenciou o alvorecer de uma nova era na ocupação da Amazônia, caracterizada por um grande programa de construção de estradas, colonização dirigida para pequenos agricultores e preocupação com a exploração de recursos naturais além da continuação dos subsídios aos criadores (HALL, 1991, p.29).

Segundo Pereira (2013) a notícia da colonização ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230), anunciada pelo Governo Militar nos anos de 1970, através de uma intensa propaganda, estimulou a chegada de muitos trabalhadores rurais pobres em busca da terra e da sobrevivência de suas famílias no sul e sudeste do Pará. Fazia-se concretizar um dos feitos do Governo Militar após 1964, de orientar os fluxos migratórios para a Amazônia vista como um grande vazio demográfico.

> Visando diminuir as tensões sociais no campo nas regiões sul, sudeste e, sobretudo, nordeste, o Governo Militar resolveu promover a migração de milhares de camponeses para a Amazônia, oferecendo-lhes lotes de 100 hectares, por família, de terras situadas à margens dos 2.000 km de extensão da Transamazônica, sob o lema de Terra sem Homem para Homem sem-terra (PETIT, 2003, p.86).

O projeto de colonização dos militares, como modelo de assentamento rural fracassou; a meta de assentar 500 mil famílias no período de 10 anos não se concretizou; e o programa foi encerrado em 1974 (MAGALHÃES, 2003). No entanto, a propaganda oficial, motivou o deslocamento de milhares de famílias sem-terra de diferentes estados brasileiros para o sul e sudeste do Pará. Sem a terra prometida, sem poder voltar para seus estados de origem, grande parte dessas famílias passaram a ocupar os latifúndios já existentes nessa região, como forma de acesso à terra.

> Em meados dos anos 1970, o fracasso da colonização oficial era evidente. Enquanto a política de colonização declinava em suas estratégias, o fluxo de famílias camponesas para a região intensificava-se (ASSIS, 2014, p.60).

A violência no campo que se instalou no Araguaia paraense, resultante dos conflitos fundiários, teve sua origem na luta dos posseiros que migraram para a região em décadas anteriores e formaram suas posses às margens dos rios, em terras devolutas ou públicas do estado do Pará e da União. Vendo suas posses serem invadidas por grileiros ou pela expedição de títulos de propriedade pelo Estado do Pará e pelo Governo Federal em favor de grupos econômicos que se deslocavam para a região motivados pela política dos incentivos fiscais, os posseiros reagiam à bala na defesa de suas posses frente à ação violenta de pistoleiros e policiais a serviço desses novos latifundiários. Por outro lado, num movimento inverso, os milhares de camponeses sem terra que migravam para o sul e sudeste do Pará, motivados pela propaganda do governo, não encontravam aqui a tão sonhada reforma agrária. Sem a terra prometida, os trabalhadores migrantes, por iniciativa própria, deram início, a um dos maiores movimentos de ocupação de terras do Brasil. Dezenas de latifúndios, formados a partir de titulações expedidas pelos Governos Federal e Estadual ou a partir de ocupação ilegal de terras públicas, passaram a ser ocupados por esses grupos de famílias sem-terra. Esse conjunto de conflitos, tornou a região do Bico do Papagaio[19], uma das mais violentas do país (PEREIRA, 2013).

O modelo de desenvolvimento imposto pelos militares, centrado na abertura de estradas, na política de incentivos fiscais, no financiamento público, construção de hidrelétrica, além de outras ações do Estado, criou as condições necessárias para que os setores ligados ao capital

[19] Região de confluência dos estados do Pará, Tocantins e Maranhão.

nacional e internacional se deslocassem para a região, de forma mais acelerada em busca de controle e exploração das riquezas naturais e minerais aqui existente.

> A abertura oficial da Amazônia ao capital, nacional e estrangeiro, teve efeitos imediatos. Interessava a todos esse espaço relativamente protegido e preservado do planeta. Cada um vinha agora sem constrangimento, procurar ali o que lhes aprouvesse: terra, madeira, minério e recursos hídricos (HÉBETTE, 2004b, p.33).

Além dessas atividades econômicas absorverem um número muito baixo de trabalhadores, as condições de trabalho eram extremamente precárias e o nível de exploração da mão de obra era alto. Nas fazendas, a situação era ainda pior, os trabalhadores eram submetidos a um regime de trabalho escravo. Essa situação foi denunciada pela Igreja Católica, através do Bispo da Diocese de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, Dom Pedro Casaldáliga, no início da década de 1970. Dessa forma, lutar por um pedaço de terra com seu próprio esforço, tornou-se uma alternativa para os milhares de famílias pobres chegantes. Como refletia Martins a época (1989):

> A violência é muito maior do que nas velhas relações do aviamento nos seringais. São frequentes as denúncias de assassinatos impunes de trabalhadores, como frequentes são as referências ao tráfico de pessoas destinadas à escravidão do débito nas novas fazendas de empresários modernos. É nesse quadro que surgem notícias de uma nova Igreja atuando na Amazônia — uma Igreja que agrega ao seu serviço pastoral o de refúgio dos aflitos. Os primeiros sinais aparecem na carta pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix, no Mato Grosso, em 1971. Peões fugidos das novas fazendas vinham bater à porta da igreja em busca de remédio e de asilo. (MARTINS, 1989, p.86)

Com o passar dos anos o movimento de ocupação de terras na região vai se expandindo e se transformando em conflitos extremante violentos entre os posseiros e os latifundiários que tentavam manter suas propriedades adquiridas ou disputar com os posseiros áreas de terras públicas já arrecadadas ou ainda devolutas. Esse cenário transformou o sul e sudeste do Pará, nos anos seguintes, nas regiões de maior violência no país contra trabalhadores rurais que lutavam pelo acesso à terra.

**I.3 - A guerrilha, os camponeses e a repressão.**

A região foi despertar ainda mais a atenção do Governo Militar com a descoberta de um movimento guerrilheiro ligado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), entre Marabá e São Geraldo do Araguaia, no início da década de 1970. Conforme Morais e Taís (2005), o objetivo principal do movimento guerrilheiro não era fazer a luta contra as forças do latifúndio aqui estruturadas, mas derrotar a ditadura militar e conquistar o poder político via revolução. No entanto, a região escolhida para desencadear o movimento foi a do Araguaia, área rural onde as lutas entre trabalhadores rurais e latifundiários já era uma realidade. O relato feito por Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão[20], em entrevista dada à época do conflito, explicita bem as tensões já existentes na área de influência da guerrilha, em função da disputa pela posse da terra:

> Aqui os camponeses sofrem terrivelmente na mão de um punhado de poderosos. [...] Depois da implantação da estrada Transamazônica, toda a região transformou-se no alvo de cobiça dos grandes fazendeiros e capitalistas que manejam enormes somas de incentivos fiscais dados pelo governo. Em fins de 1970 começou uma ofensiva de grileiros. Todo o lado do Gameleira, desde a estrada de São Geraldo até a nascente do rio, incluindo dezenas e dezenas de lotes de terra, foi tomado pelo Sr Antônio, um antigo e odiado grileiro que é dono de uma serraria em São Geraldo, em frente a Xambioá. Como sempre os policiais foram colocados a serviço dos poderosos. Por ordem de Antônio os policiais utilizaram a violência para expulsar os que habitavam e trabalhavam naquela terra. João da Enedina, por exemplo, teve sua casa incendiada e sua pequena plantação destruída. Nunca pagaram um centavo sequer pelas prejuízos causados. Uma vasta zona desbravada pelos camponeses, onde a produção começava a se desenvolver passou para as mãos do grileiro e se tornou deserta. Mais tarde, apareceu na região um capitão da Aeronáutica que, apoiado pela SUDAM, se dizia dono de todo o lado esquerdo do Gameleira, incluindo as terras em que vivíamos. A revolta aumentou, o povo não aguentava mais. Nós não aceitamos abandonar as terras (LUÍS, 1996, p.15).

Nas palavras de Osvaldão, fica claro que, havia envolvimento de guerrilheiros com os camponeses que enfrentavam o conflito pela posse da terra no período. Os guerrilheiros José Carlos, Joca, Beto e Luís que residiam no sítio Faveira, no município de São João do Araguaia, através de carta escrita ao bispo de Marabá, em julho de 1972, também se mostram solidários aos camponeses que sofriam violência nos conflitos por terra na região. Dizia a carta:

[20] Entrevista dada por Osvaldão (um dos guerrilheiros mais conhecido e popular na região), ao jornalista Osmar Luiz no final de 1972, nas matas do Araguaia, in: Guerrilha do Araguaia, 1996.

> Ultimamente, com a construção da Transamazônica, apareceram vorazes grileiros que tentavam expulsar de seus locais, com a ajuda da polícia e de pistoleiros, velhos e novos moradores. Não podíamos deixar de ficar ao lado das vítimas e dos perseguidos. Condenamos com energia os ladrões de terra. Não concordamos com o esbulho de honestos lavradores que desbravam as matas e criam riquezas na região (MOURA et al. 1996, p.41).

Os conflitos pela posse da terra foi uma das formas que facilitou o contato dos guerrilheiros com os camponeses na região do Araguaia. Essa relação não só aproximou alguns camponeses do movimento guerrilheiro, como também, contribuiu com as formas de organização desses trabalhadores nos processos de luta pela conquista e defesa da terra na área de influência da guerrilha.

A repressão dos militares à guerrilha, tinha como objetivo principal derrotar o movimento guerrilheiro, mas também, reprimir os trabalhadores, suas organizações e entidades populares que, na avaliação dos militares apoiavam o movimento guerrilheiro. Ainda segundo Pereira (2013), "qualquer pessoa poderia ser suspeita de ligação com os guerrilheiros. Nem os padres e as freiras que desenvolviam naquelas comunidades rurais os trabalhos pastorais da Igreja Católica foram poupados do sistema de vigilância e repressão do Exército" (p.67).

Mesmo não fazendo parte diretamente da guerrilha, a estratégia de repressão dos militares colocou os camponeses e lideranças locais entre duas alternativas: colaborar com os militares indicando onde se encontravam os militantes dos PC do B no meio da floresta ou enfrentar a violência da repressão em caso de se negar a colaborar.

A violência praticada pelos militares deixou marcas profundas nos habitantes da região, principalmente, entre a população camponesa. Alguns foram assassinados, dezenas torturados e centenas de famílias foram expulsas de suas terras pelos militares para dar lugar aos latifundiários e demais aliados dos militares. Durante a guerrilha e nas décadas posteriores ao fim do movimento revolucionário, os trabalhadores rurais que faziam a luta pela terra na região, passaram a ser vigiados e vistos como aliados dos guerrilheiros ou que estivesse querendo ressuscitar a luta guerrilheira novamente.

> No sul e sudeste do Pará, as ações dos trabalhadores rurais pela posse da terra, com apoio e assessoria de membros da Igreja Católica, além de serem

> entendidas pelos proprietários rurais e pelas autoridades civis e militares como subversões e ações comunistas, eram percebidas como possível "volta da guerrilha no Araguaia". Tratou-se da produção de um discurso que associava os conflitos de terra às ações guerrilheiras no campo como estratégia de desmobilização política dos trabalhadores rurais que lutavam pela terra (PEREIRA, 2013, p.108).

O que os militares, certamente, não previam era que, com o fim do movimento guerrilheiro, as lutas pela acesso e defesa da terra explodissem, justamente, na região do baixo Araguaia. Registros feitos por Chinem (1983) e por Figueira (1986), mostram que foi na área de influência da Guerrilha que os conflitos pela posse da terra se tornaram mais intensos e graves. De acordo com levantamento feito pela CPT de Conceição do Araguaia, no ano de 1978, dos 37 conflitos levantados, 19 deles estavam localizados na região do baixo Araguaia e o números de posseiros passava de 500 famílias. O quadro abaixo mostra alguns desses conflitos.

**Tabela 01 - Conflitos no Baixo Araguaia**

| CONFLITO | ANO |
|---|---|
| Perdidos | 1970 |
| Pará de Lama | 1975 |
| Lote 07 | 1976 |
| Castanhal Axixá | 1976 |
| Castanhal Abóbora | 1976 |
| Castanhal Sampaio I e II | 1976 |
| Fazenda dos Cabral | 1977 |
| Fazenda dos Claros | 1978 |
| Caçador/Cigana | 1978 |
| Castanhal São Sebastião | 1978 |
| Cajueiro | 1978 |

Fonte: Chinem (1983). Organização: Autor

Sem ter a quem recorrer nas situações de repressão da polícia e de pistoleiros, os posseiros procuravam ajuda na Igreja Católica. Com a criação das equipes de CPT em Conceição do Araguaia e Marabá, a partir de 1977, esse apoio se tornou mais eficaz. Com as organizações dos camponeses sob intervenção, os partidos de esquerda na clandestinidade e as principais lideranças perseguidas, presas, exiladas ou assassinadas, o apoio da igreja era o que restava. Um problema para os militares, pois, não podiam intervir na estrutura eclesiástica e nem impedir seu funcionamento. Uma primeira estratégia dos militares foi tentar cooptar os bispos das dioceses/prelazias de Conceição e Marabá. Explica Figueira (1986) que Dom Estevão Cardoso de Avelar, Dom Alano Maria Pena, Dom Joseph Patríck Hanrahan foram chamados por generais

em Brasília e Belém e receberam muitas visitas de militares, entre eles, o Curió, com propostas de a igreja colaborar com o Exército na região.

Não conseguindo esse objetivo, os militares, através, principalmente, do Major Curió, tentaram intervir nos conflitos buscando uma solução para que os posseiros não procurassem os padres e a CPT. Ainda segundo Figueira (1986), no diálogo com os posseiros, Curió, sempre se referia aos padres como "subversivos" e "comunistas". Essa estratégia também não funcionou levando então os militares a direcionar a repressão para os membros da igreja. Vários padres, freiras e agentes de pastorais foram ameaçados, presos e torturados pelos militares entre eles: Padre Roberto, Padre Florêncio Maboni, Padre Aristides Camio, Padre Chico Glori, Padre Peter MacCarthy, Irmã Helena, o seminarista Hilário Lopes Costa e outros.

> A Guerrilha do Araguaia, com a repressão generalizada à população local dirigida pelo Major Curió, foi um momento decisivo para a ruptura, na região, aliança tradicional da igreja com o Estado, as Forças Armadas, o poder econômico e político local. Ao mesmo tempo em que se perde sua grande aliada, a oligarquia passa a enfrentar a contestação do seu poder tradicional, refletida em sucessivos conflitos pela posse e permanência nas áreas de castanhais que, tendo o seu início a partir da década de 70, se acentua ganhando novos contornos nos anos 80 (EMMI, 1999, p.123).

Mas a repressão não foi suficiente para sufocar a crescente luta dos camponeses pelo acesso e permanência na terra no sul e sudeste do Pará. Conforme os dados da CPT, foi justamente na região, onde a guerrilha tinha suas bases, que foram registrados os primeiros conflitos coletivos mais graves de posseiros tanto na luta pela conquista da terra quanto pela permanência na terra. Frente as iniciativas de organização coletiva dos posseiros que resultavam em enfrentamento com pistoleiros e policiais, os militares reagiam de forma extremamente violenta, empregando os mesmos métodos de prisão e tortura usados contra os guerrilheiros. O regime temia que novos focos da guerrilha pudessem surgir a partir da luta camponesa, influenciada pela linha pastoral da Igreja Católica.

Dois desses conflitos, onde houve a intervenção do Exército, se tornaram muito conhecidos devido à forte repressão usada pelos militares contra os trabalhadores, padres e agentes de pastoral, o conflito de Perdidos, ocorrido em outubro de 1976 e o do Cajueiro, entre os anos de 1979 a 1981, ambos na região de São Geraldo do Araguaia. O primeiro, explodiu

quando a Polícia Militar (PM) do Pará e o INCRA insistiam e demarcar uma área envolvendo os interesses da Fundação Brasil Central e de donos de castanhais de Marabá que incidia sobre as terras ocupadas tradicionalmente por posseiros da localidade. No conflito, morreram dois policiais militares, o Exército então interveio, prendeu e torturou barbaramente um grupos de posseiros, o Padre Florêncio Maboni e o seminarista Hilário Lopes Costa, ambos da Diocese de Conceição do Araguaia. O segundo, teve início no ano de 1979, quando o INCRA decidiu demarcar terras ocupadas por famílias de posseiros mas disputadas com grandes proprietários. Os posseiros que não aceitaram desocupar as terras passaram a ser perseguidos por pistoleiros com apoio do INCRA. No dia 13 de agosto de 1981, um grupo de posseiros reagiu a uma investida de policiais federais, pistoleiros e servidores do GETAT[21]. Um pistoleiro foi morto, um delegado e um policial federal saíram feridos, além de dois funcionários do GETAT. Treze posseiros e dois padres franceses (Francisco e Aristides) foram presos pelo Exército e Polícia Federal. Os posseiros foram torturados pelo Exército, e todos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e condenados a vários anos de prisão.

Um forte sistema de ameaças e espionagem foi implantado pelo exército na área de influência da guerrilha para impedir o avanço das lutas e da organização dos trabalhadores rurais. Mas, os camponeses não se intimidaram com a repressão. No final da década de 1970, os conflitos pela terra explodiram no Baixo Araguaia, principalmente na região de São Geraldo. Os assassinatos de posseiros eram frequentes. Em maio de 1980, foi assassinado o primeiro sindicalista que atuava na região de São Geraldo do Araguaia, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo. Gringo encabeçava a chapa de oposição que disputaria, naquele ano, a eleição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Conceição do Araguaia, controlado pelos militares.

Foi nesse contexto de luta e resistência que surgiu na região o conceito de "posseiro" para designar aqueles que faziam a luta pela terra e contra o latifúndio. Conforme explica Guerra (2001), o termo posseiro já era usado para designar aqueles que ocupavam pequenas porções de terras devolutas, terras públicas arrecadadas ou privadas, localizadas às margens dos rios ou regiões de campos e cerrados. Outros termos, como "ocupantes", e "sitiantes" também eram utilizados, dependendo da origem dos migrantes, para definir essas famílias ou grupos que tinham a posse mas não a propriedade das terras onde moravam. Ainda segundo o autor, os

[21] Em 1980 foi criado o GETAT que substituiu o INCRA nas ações na região do Bico do Papagaio (região de divisa do Pará, Maranhão e Tocantins).

conflitos pela posse da terra trouxeram novos significados para o termo posseiro e ajudaram a construir uma nova identidade para aqueles que passaram a fazer a luta pela defesa e conquista da terra. Como bem explica Pereira (2013):

> A categoria *posseiro* foi apropriada e ressignificada pelos trabalhadores rurais, principalmente migrantes de diversas regiões do Brasil, transformando-se em uma "nova" categoria. Assim, uma palavra "antiga" até então empregada para nomear os ocupantes de terras devolutas na Amazônia foi recriada com outros significados, outros sentidos, segundo os objetivos da luta pela terra naquele momento (PEREIRA, 2013, p.50).

Com a explosão dos conflitos coletivos no processo de disputa pela terra, o termo posseiro passa a ser utilizado para identificar os grupos de famílias que estavam na terra mas que se juntavam para a defender de invasões de grileiros e latifundiários e também para identificar os grupos de famílias sem-terra, geralmente de migrantes, que se juntavam para ocupar os latifúndios para conquistar um pedaço de terra. Como bem explica Pereira (2013), "os novos usos do conceito *posseiro* foram forjados na luta e no conflito" (p. 51).

Outro aspecto que contribuiu para a ressignificação do termo, foram os embates jurídicos. A legislação civil brasileira da época, proibia a expedição de liminares de despejo para as áreas de posse que tinham mais de ano e dia, era a proteção à posse velha. Os advogados populares que faziam a defesa dos direitos dos posseiros se utilizam muito desse argumento previsto na lei. Isso contribuía para popularizar o termo posseiro. Esse conceito vai prevalecer até a estruturação do MST na região no início da década de 1990, quando o termo "sem-terra" passa a predominar entre os diferentes movimentos de representação dos trabalhadores rurais. Os impactos do massacre de Eldorado, contribuíram decisivamente, para essa mudança.

### I.4 - O Carajás, o garimpo e a migração.

Para estruturar e ampliar a presença do capital na Amazônia Oriental, região onde está inserido o sul e sudeste do Pará, o governo militar, lançou em 1980 o Programa Grande Carajás. O programa mantinha apoio à atividade da pecuária, mas, centrava seus investimentos na área da mineração. Para Hall (1991), na concepção dos militares, tratava-se de uma fase mais recente de desenvolvimento da Amazônia, tendo a mineração como setor principal nos planos oficiais.

O programa visava também regularizar as terras ocupadas por pecuaristas e grandes grupos econômicos e administrar os conflitos crescentes pela posse da terra na área conhecida por Bico do Papagaio e dar segurança jurídica para os investimentos do grande capital. Para essa finalidade foi criado o GETAT através do Decreto Lei 1.767/80. Para Hall (1991) esse programa produziu um substancial e dramático impacto sobre a população e o meio ambiente da região sul e sudeste do Pará.

O pacote de obras anunciado através do Programa Grande Carajás (PGC), visava consolidar as intervenções políticas e econômicas já feitas pelos militares na região nos anos anteriores. A abertura de estradas, as políticas de incentivos fiscais, as políticas de créditos, a federalização das terras estaduais, etc., tinha como primeiros beneficiários as empresas madeireiras e empresas agropecuária. Já o pacote de obras previstas no PGC (Hidrelétrica, ferrovia, mina de Carajás, siderurgia, portos), tinha como objetivo principal, viabilizar a exploração e exportação de minérios da província mineral de Carajás. Esses investimentos favoreciam setores ligados ao grande capital, principalmente, o internacional.

> O Governo criou pelo Decreto Lei 1.825/80, um sistema de incentivos fiscais que concediam isenção total do pagamento de imposto de renda a investidores que canalizassem seus recursos para projetos de infraestrutura ou diretamente produtivos, aprovados pelo conselho do PGC. [...] Isenções de pagamento de imposto sobre bens manufaturados e impostos sobre importação de maquinaria e equipamentos estrangeiros, prioridade na alocação de créditos bancários, preços subsidiados de eletricidade, melhoramentos infra estruturais financiados pelo governo e fornecimento garantido de minerais, tal como minério de ferro, a preços inferiores a do mercado mundial (HALL, 1991, p.66).

A notícia do início das obras visando a exploração do minério de ferro em Carajás intensificou ainda mais os movimentos migratórios para a região sudeste. Em especial, mexeu com os ânimos de muitos garimpeiros da região e de fora dela. Centenas deles se deslocaram para os municípios impactados por estes grandes projetos, na tentativa de descobrir novas áreas de mineração. A descoberta da mina de ouro de Serra Pelada no início da década de 1980 e de dezenas de garimpos de menor porte espalhados por vários municípios do sul e sudeste, transformou a região em destino de milhares de garimpeiros em busca do ouro e de superação da pobreza.

O enfraquecimento do regime militar, em consequência das crescentes lutas pela redemocratização do país a partir do início dos anos 80, não comprometeu o ritmo das obras previstas no PGC e nem diminuiu a presença militar na região. Trabalhadores na área da guerrilha, lideranças dos movimentos sociais, religiosos (as) da Igreja Católica e políticos dos partidos de esquerda continuavam sendo monitorados por agentes infiltrados, escritórios clandestinos e, muitas vezes reprimidos por ações do exército.

**I.5 - A Nova República e os conflitos pela posse da terra.**

O fim da ditadura e o início da Nova República, encheram de esperanças todo o povo brasileiro. Para os trabalhadores rurais, excluídos do acesso à terra, as expectativas foram ainda maiores. A estruturação do Partido dos Trabalhadores (PT), a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do MST e a retomada do movimento sindical rural do controle dos militares, impulsionou as lutas no campo contra o latifúndio e em defesa da reforma agrária no início da década de 1980. A campanha das Diretas Já, e a eleição indireta de Tancredo Neves foram vistas como possibilidades de ampliação das lutas no campo.

A morte de Tancredo Neves, antes de assumir a presidência, frustrou as expectativas e trouxe desconfiança sobre o então vice presidente que assumiu o governo. José Sarney era visto como aliado tradicional do setor ruralista, principalmente, dos coronéis nordestinos. Seu discurso como presidente, perante mais de cinco mil trabalhadores rurais que participavam do IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 26 de maio de 1985, prometendo reforma agrária, reascendeu os ânimos dos movimentos sociais do campo. O anúncio do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) reforçou a possibilidade de mexer no velho problema da concentração da terra no Brasil. O Plano previa assentar 300 mil famílias sem-terra nos dez anos seguintes.

No sul e sudeste do Pará, a migração de camponeses sem-terra era crescente e o processo de ocupações de latifúndios por iniciativa dos grupos de posseiros já ocorria em quase todos os municípios. O anúncio do PNRA e a escolha de um paraense (Nelson Ribeiro) para ministro da reforma agrária, fez com que as ocupações de terras explodissem nos anos de 1984 a 1986. De

acordo com os dados da CPT, triplicaram as ocupações de latifúndios improdutivos e de castanhais ilegalmente apropriados por grandes fazendeiros (PEREIRA, 2013).

O PNRA não previa ações radicais para o campo, conforme Assis (2014), em grande parte se baseava no Estatuto da Terra, de 1964, se propunha a fazer uma redistribuição de terras públicas e privadas subutilizadas, a posseiros e pequenos agricultores nas áreas onde os conflitos eram mais intensos. Na medida em que as pressões dos setores contrários à reforma agrária foram aumentando, o governo foi recuando e, após sucessivas modificações, o plano foi lançado em 19 de outubro de 1985, com metas muito aquém daquelas anunciadas antes.

O avanço das lutas no campo, provocou uma reação imediata dos ruralistas para protegerem seus latifúndios. A criação da União Democrática Ruralista (UDR) em agosto de 1985, foi a forma que os ruralistas encontraram para unificar a classe e definir as ações contra os movimentos sociais do campo e a reforma agrária. Tendo o apoio dos principais meios de comunicação e dos partidos de direita no Congresso, aos poucos foram ganhando terreno e se espacializando em todo o Brasil, espalhando um discurso de classe, se autodenominando de produtores rurais e não latifundiários. Por outro lado, tentava de todos os modos deslegitimar e desqualificar a luta pela reforma agrária.

> Uma das maiores façanhas que a UDR conseguiu, foi aquela de transformar a questão da reforma agrária num embate ideológico, onde existiam duas posições: de um lado *os comunistas*, que defendiam a coletivização ou socialização da propriedade e do outro os *liberais* que defendiam o *sagrado* princípio da propriedade privada (TRECCANI, 2001, p.141).

Frente a reação dos ruralistas, o governo recuou. Para Treccani (2001) "Apesar das promessas e dos discursos, foi evidente que para a Nova República a reforma agrária não era prioritária, e que o governo Sarney não tinha nenhuma intenção de mudar a estrutura agrária brasileira" (p 142).

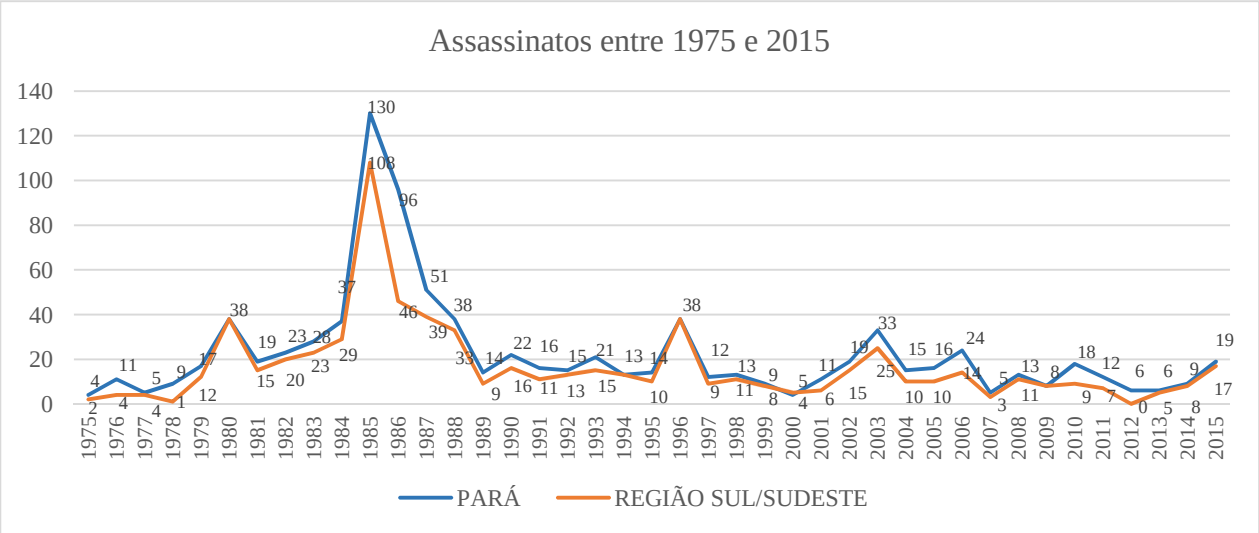
A UDR não era apenas uma organização de defesa dos interesses ruralistas, era também, uma organização para captação de recursos dos proprietários de terras, através dos leilões de gado. Os recursos além de garantir o funcionamento da entidade, eram usados para contratação

de jagunços ou pistoleiros e compra de armas para fazerem a defesa de suas terras contra ocupações por parte de famílias sem-terra.

No sul e sudeste do Pará, a economia girava em torno da pecuária extensiva e da exploração de madeira. Fazendas e serrarias se espalhavam na região dando início a novos vilarejos que aos poucos foram se transformando em municípios. Fazendeiros e madeireiros tinham grande poder econômico e, em consequência disso, controlavam o poder político e mantinham fortes influência no poder judiciário. A massificação das ocupações de terras, provocou uma reação extremamente violenta por parte dos latifundiários. Pistoleiros e policiais passaram a atuar em conjunto na prática dos crimes, acobertados pela impunidade da Justiça.

Sem a reforma agrária prometida e sem o apoio do Estado nas disputas pela terra, os posseiros passaram a ser alvos constantes de ações de pistoleiros. De acordo com dados da CPT, foram 360 assassinatos no sul e sudeste do Pará apenas na década de 1980. Desse total, 108 assassinatos ocorreram no ano de 1985, quando se fazia a transição da ditadura para a Nova República e se discutia a implementação da reforma agrária no campo. Dos 460 assassinatos registrados pela CPT no período de 1975 até 1995, ano anterior ao massacre de Eldorado (17/04/1996), o total de 222, quase 50% das mortes, ocorreram em apenas quatro anos, de 1984 a 1987. Veja o gráfico.

**Gráfico 01. Assassinatos no campo no Pará e regiões sul e sudeste entre 1975 a 2015.**




Fonte: CPT. Organização: autor. 2015.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, que escreveu a Constituição de 1988, os movimentos sociais e os partidos de esquerda se articularam no sentido de assegurar na nova Constituição, medidas que alterassem a estrutura fundiária brasileira e acelerassem a reforma agrária. No entanto, congressistas ligados aos ruralistas, formaram um bloco (Centrão) e impediram que a principais mudanças sobre a questão da propriedade da terra e da reforma agrária, propostas pelos setores de esquerda, fossem aprovadas. A mudança mais significativa que foi incorporada à nova Constituição foi a exigência do cumprimento da Função Social da Propriedade Rural, inserida no Artigo 186 da nova Carta.

A Nova República com uma nova Constituição, não trouxe mudanças que pudessem alterar a estrutura agrária brasileira, acabar com os latifúndios e implantar uma efetiva política de reforma agrária, mas, abriu caminho para o fortalecimento dos movimentos sociais do campo, especialmente o MST, que passaram a impor aos sucessivos governantes, a pauta da reforma agrária a partir das ocupações de latifúndios e de mobilizações sociais de pressão. O processo de lutas conseguiu assegurar muitos avanços, no entanto, centenas de camponeses e lideranças foram vítimas da violência armada do latifúndio e da polícia. O Massacre de Eldorado foi o acontecimento mais violento e mais triste dessa história (NEPOMUCENO,2007), conforme veremos no capítulo II.

## CAPÍTULO II: O Massacre de Eldorado dos Carajás.

Este capítulo é dedicado a entender o processo de inserção do MST no Pará e suas estratégias para se estruturar no sul e sudeste do estado. Analisaremos também o passo a passo do Massacre de Eldorado, a ação mais violenta já praticada contra trabalhadores rurais no Pará. Mostraremos como a articulação entre o governo do estado, o INCRA, os fazendeiros e a VALE, foi responsável por esse ato criminoso e tinha como objetivo impedir a territorialização do MST na região.

### II. 1 - A chegada do MST no Pará e a escolha de Conceição do Araguaia.

Em meados da década de 1980 a direção nacional do MST decidiu abrir uma frente de atuação no sul do Pará, mais precisamente, no município de Conceição do Araguaia. A decisão foi tomada no contexto de expansão territorial do movimento e devido as relações estabelecidas com o movimento sindical do Pará e com a CPT da diocese local. Conforme Fernandes (1999), um grupo de sindicalistas ligados aos STR de Conceição do Araguaia, participou de encontros nacionais do MST, nos anos de 1984 e 1985, onde se comprometeram em articular o novo movimento no sul do Pará.

O município escolhido, estava localizado na região conhecida como "Araguaia paraense", e inserida no "Bico do Papagaio"[22], onde a luta pela terra era intensa desde o início da década de 1970. Os posseiros[23], formados por migrantes que se estabeleceram na região em décadas anteriores e por outros milhares que chegavam a cada ano motivados pela propaganda governamental de implantação de novos projetos, desenvolveram táticas de luta pela terra a partir de iniciativas próprias que se tornaram referência na região e fora dela. Durante anos, esses grupos já se envolviam em batalhas de vida ou morte contra grileiros, fazendeiros e grupos

[22] Região localizada na confluência dos rios Tocantins e Araguaia, divisa dos Estados do Maranhão, Tocantins e Pará que se tornou conhecida em nível nacional pelos intenso e violentos conflitos pela posse da terra. Padre. Josimo Morais, foi assassinado nessa região em meados da década de 1980,

[23] Como já explicado no Capítulo I, o conceito de posseiro era utilizado, tanto pelos grupos de trabalhadores que se organizavam para fazer a defesa das terras por eles ocupadas contra ações de grileiros, quanto por grupos de trabalhadores sem-terra que se organizavam para ocupar latifúndios em poder de grandes fazendeiros ou grupos econômicos.

econômicos que monopolizavam o controle das terras na região. Além de desenvolverem sua própria metodologia de luta, os posseiros contavam com uma rede de apoio, coordenada pela CPT e pela Igreja Católica. (ONDETTI, et al., 2010).

O MST chegou no sul do Pará no auge da luta dos posseiros. As lideranças escolhidas para organizarem o novo movimento na região eram lideranças sindicais que ajudavam o coordenar a luta pela terra via Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, conquistado das mãos de aliados do regime militar no ano de 1985. Essas lideranças, que também participavam da construção política do PT no município, viam o MST como um meio de enfrentamento mais coletivo contra o latifúndio, e também, como um espaço de formação política dos trabalhadores. No entanto, por continuarem ainda ligadas ao sindicalismo, tinham dificuldades em implementar a estratégia de ocupação de terra, na forma coletiva, via acampamento, orientada pelo MST.

As três experiências de ocupação realizadas pelo MST no sul do Pará - duas no município de Conceição e uma em Xinguara - não foram bem sucedidas. Alguns fatores, ajudam a entender o porquê da dificuldade do movimento deslanchar naquela região:

a) o movimento sindical, e a própria CPT, divergiam sobre apoiar ou não o MST, considerando seus métodos "estranhos" de organização e mobilização, centrados na forma de cadastramento de famílias, acampamentos, produção coletiva, formação política e ideológica intensa;

b) os camponeses sem-terra da região, estavam adaptados à forma tradicional de ocupação das terras e resistiam à nova metodologia proposta pelo MST. Devido à urgência de ter um pedaço de terra para morar o produzir, os posseiros, tão logo ocupavam as propriedades, dividiam os lotes entre si e iniciavam os plantios. As estratégias coletivas, existiam mas, em alguns momentos da luta: no início da ocupação, na preparação das roças, no enfrentamento com pistoleiros e nas mobilizações perante o INCRA (PEREIRA 2013);

c) Os migrantes sem-terra que chegavam à região, vinham de inúmeros estados do Brasil, com diferentes formas de lidar e cultivar a terra e sem muitas experiências de luta e trabalho coletivo. Permanecer em um acampamento por um período longo e assimilar as práticas do coletivismo e do ativismo político não era uma tarefa fácil e de curto prazo.

Por fim, as propriedades almejadas para ocupação pelo MST eram diferentes. Enquanto as ações dos posseiros, em geral, visavam às terras relativamente marginais, o MST se concentrava de forma mais ousada em fazendas mais valorizadas, localizadas perto de áreas urbanas e que, muitas vezes, possuíam boa infraestrutura. Em alguns casos, o MST sabia que as propriedades almejadas eram produtivas de acordo com os baixos padrões do INCRA, mas o Movimento buscava desgastar tanto o proprietário rural quanto as autoridades para forçar o governo a comprar a propriedade. Isso levou a elite agrária da região a encarar o MST como a maior ameaça aos seus interesses. (ONDETTI, et al., 2010).

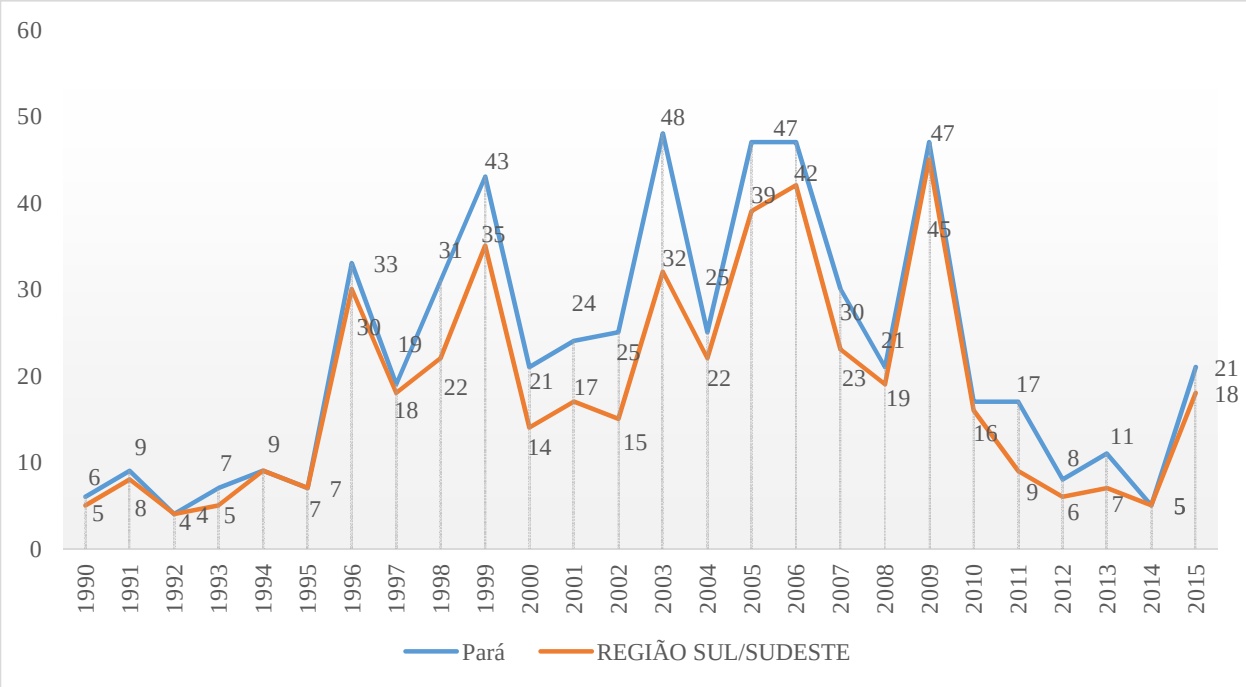
### II.2 - De Conceição para Marabá.

Frente às dificuldades de se territorializar no extremo sul do estado, no início de 1991, a direção do MST decide transferir a secretaria do Movimento para Marabá. Razões de natureza estratégicas e conjunturais levaram o movimento a tomar essa decisão. Conceição do Araguaia, nos anos de 1970 e início da década de 1980 era o município polo e porta de entrada de migrantes que chegavam de outros estados via rodovia Belém-Brasília. A abertura de estradas, a implantação de projetos governamentais e as correntes migratórias, aceleraram o desmatamento e a implantação das fazendas de criação de gado, formando novas cidades e, com isso, Conceição do Araguaia, aos poucos, foi perdendo o posto de município polo. Quando o MST se instalou no município no final da década de 1980 já não havia ali grande massa de migrantes à procura de terra. Como a estratégia do MST era fazer a luta coletiva através de acampamentos massivos que pudessem repercutir perante a sociedade, Conceição já não reunia mais essas condições. Ademais, além do isolamento dos principais meios de comunicação, não havia também no município uma elite agrária que concentrasse grandes latifúndios que pudesse ser alvo das ações do MST.

Há ainda outro fator que precisa ser considerado. Com a criação da UDR em meados da década de 1980, a violência empregada contra os trabalhadores teve crescimento acentuado. Multiplicaram-se os assassinatos, as chacinas, as expulsões violentas, etc. No entanto, um aspecto dessa violência começou a chamar a atenção: a seletividades das mortes. As lideranças dos trabalhadores e seus apoiadores passaram a ser caçados por pistoleiros contratados pelos

ruralistas. Lideranças como: João Canuto (1985), Irmã Adelaide (1985) Paulo Fonteles (1987), José e Paulo Canuto (1990), Braz Antônio (1990), Expedito Ribeiro (1991), Antônio Teles (1992), Arnaldo Delcídio (1993)[24], foram assassinadas a mando de latifundiários com o objetivo de desarticular a luta dos trabalhadores rurais pela terra. De fato, o uso da violência, associada com a pressão política dos ruralistas sobre o governo, impôs um retrocesso na luta pela reforma agrária no final dos anos de 1980, até meados da década de 1990. O gráfico abaixo expressa bem essa realidade.

**Gráfico 02: Ocupações de terra no Pará e regiões sul e sudeste de 1990 a 2015.**




Fonte: Arquivo da CPT. Organização: autor.

Essa realidade era bem compreendida pelas principais lideranças do MST no período que apontavam outra estratégia de luta como forma de enfrentamento a essa ofensiva. Assim explicava Jorge Neri:

> Acontece que o latifúndio, que antes matava indiscriminadamente todo mundo, começa a selecionar quem vai matar. Então, principalmente na década de 80, mataram lideranças sindicais. [...] assim no final da década de 80 há uma ligeira baixa nos conflitos pela posse da terra. O objetivo do latifúndio de exterminar

[24] Veja no anexo 02 mais informações sobres essas lideranças assassinadas.

> lideranças acaba funcionando. O MST surge nessa brecha, de entender que a luta só seria possível se fosse massificada (JORNAL SEM TERRA, Caderno Especial, maio de 1996, p.03).

A proposta do MST de massificar a luta pela terra no sudeste paraense tinha como objetivo acelerar o processo de implantação da reforma agrária, mas, o Movimento tinha também uma estratégia de atuação política focada no enfrentamento com as principais forças que monopolizavam o poder na região: os latifundiários, a Companhia Vale do Rio Doce e o Estado.

> O latifúndio sempre significou a estrutura que consolida o poder político arcaico e reacionário no estado. Todos os governos no estado sempre expressaram o domínio das oligarquias rurais. [...] tudo isso gira em torno do poder da concentração da terra. Em consequência a ameaça de democratizar a terra, pressupõe também a democratização do poder (JORNAL SEM TERRA, Caderno Especial, maio de 1996, p.03).

A análise de Jorge Neri, uma das principais lideranças do MST no sudeste paraense, estava em sintonia com as definições nacionais de atuação do Movimento, centradas nas ações coletivas de massa, no enfrentamento com o latifúndio pela reforma agrária e na pressão política sobre o Estado, conforme explica Medeiros (2009):

> No conjunto, pode-se dizer que o MST busca produzir o reconhecimento social e político dos trabalhadores do campo, tirando-os da invisibilidade, construindo-os como grupo social e como ator coletivo. Isso se faz por meio da criação de fatos políticos (acampamentos, ocupações de terra e de órgãos públicos, romarias, marchas) que permitem que eles exponham para a sociedade a precariedade de suas condições de vida e os seus anseios, e que provoquem intervenção do Estado em seu favor, por meio do redirecionamento das políticas públicas (MEDEIROS, 2009, p.08).

Embora o enfrentamento com o latifúndio já fosse intenso no sul e sudeste do Pará através do sindicalismo rural, a nova estratégia de luta trazida pelo MST, iria provocar mudanças profundas nesse processo de disputa pela posse da terra. Conforme explica Hébette (2004b), "o MST tem, incontestavelmente, uma linha nitidamente política de enfrentamento com o Estado e de pressão com vistas a mudanças institucionais. Sua estratégia nos conflitos não é pontual como tem sido a dos STRs". Ainda segundo Hébette, o MST "é o único movimento que soube demonstrar que a questão da terra não é apenas uma luta entre latifúndio e terra de trabalho, mas uma luta em prol de uma nova sociedade" (p.207). No mesmo sentido explica Martins (1984),

"questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa, em nome da justiça" (p.88). Essa forma de atuação do Movimento vai preocupar a elite agrária e política da região e provocar reação violenta dos setores ligados aos pecuaristas, à VALE, aos políticos regionais e a polícia, que servia a esses interesses.

O MST ao organizar centenas de famílias sem-terra para reivindicar a desapropriação da fazenda Macaxeira[25] e de outros latifúndios da região, não questionava apenas a improdutividade da grande propriedade, sua estratégia de atuação tinha um alcance maior: reinserir os expropriados na sociedade através do acesso à terra, questionar a estrutura agrária existente e o papel do Estado, conforme os autores citados. Certamente, por essa razão, é que vão ser vítimas de uma violência tão extremada. É nesse contexto que se insere o massacre de Eldorado dos Carajás.

Marabá era o município polo da região sudeste e onde se concentrava uma elite agrária extremamente forte que controlava imensos latifúndios. Para a direção do MST, Marabá era um alvo mais ambicioso que Conceição do Araguaia. O município estava em rápido crescimento econômico e populacional em função dos projetos do Governo Federal voltados para a região, incluindo o enorme projeto ferro Carajás da Companhia Vale do Rio Doce, as influências da hidrelétrica de Tucuruí, além da confluência das estradas estaduais e federais (PA 150 e BR 230). Por outro lado, a forte migração, em função do Programa Grande Carajás a partir do início da década de 1980 e o fechamento do garimpo de Serra Pelada no final da mesma década, produziu um grande aumento no número de trabalhadores rurais sem-terra, em situação de pobreza e miséria. Marabá, oferecia também melhores condições de visibilidade da luta do Movimento, em razão da existência de jornais escritos de circulação regional e canais de televisão que reproduziam os acontecimentos locais.

A primeira tentativa de ocupação de um latifúndio em Marabá no ano de 1991, também não foi bem sucedida. A prisão das principais lideranças do Movimento, no dia 18 de junho daquele ano, na véspera da ocupação, e o longo tempo que se levou para conseguir a liberdade

[25] Complexo de fazendas localizado no município de Eldorado dos Carajás, reivindicado pelo MST para o assentamento das famílias sem-terra, vítimas do massacre.

delas[26], desestruturou em muito o início da organização. Marabá era dominada, política e economicamente, por famílias oligárquicas que concentravam as terras oriundas dos castanhais, entre essas famílias, predominavam os Mutran que, além de concentrarem a grande maioria das terras, eram conhecidos e temidos pelo monopólio político de Marabá e pela forma violenta de controle de seus latifúndios. Também se concentrava em Marabá a sede da Polícia Federal e do Exército, aparelhos implantados na região para combater a Guerrilha do Araguaia e que, mesmo após o fim do movimento guerrilheiro, continuaram espionando e reprimindo os movimentos que se organizavam para fazer a conquista da terra, alegando tratar-se de novos focos de guerrilheiros. Conforme explica Pereira (2013):

> No sul e sudeste do Pará, as ocupações de terra, realizadas pelos trabalhadores rurais, eram associadas às ações subversivas e guerrilheiras no campo. Esse medo do retorno da guerrilha foi, durante anos, alimentado por boa parte da grande imprensa paraense e de muitos jornais do Sudeste do país. [...] O discurso da volta da guerrilha armada, no sul e sudeste paraense, funcionou como justificativa da violência policial e de pistoleiros contra trabalhadores rurais que lutavam pela terra (PEREIRA, 2013, p.197).

A chegada do MST em Marabá, despertou e intensificou esse movimento de repressão. A Polícia Federal passou a monitorar os passos das principais lideranças do Movimento. Em uma ação que mobilizou um grande contingente de policiais federais e militares, 07 lideranças do MST foram presas em 18 de junho de 1991, um dia antes do Movimento fazer sua primeira ocupação de terra na fazenda Ponta de Pedras de propriedade do fazendeiro Paulo Mariano Calais nas proximidades de Marabá.

Sob o título "Marabá relembra a guerrilha", o jornal O Liberal publicou extensa matéria sobre as prisões: "dezesseis anos depois do aniquilamento total da Guerrilha do Araguaia, [...] a Polícia Federal acredita ter desmantelado uma perigosa célula subversiva, que programava uma sequência de invasões, com o objetivo de aumentar a tensão social no sul do Pará" (O LIBERAL, 1991, p.10). O delegado da Polícia Federal que efetuou as prisões declarou ao mesmo jornal que estava convencido de que os trabalhadores presos faziam parte de uma grande conspiração que tinha como objetivo desestabilizar o governo. Dos 07 presos, 05 deles eram ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia.

[26] As lideranças do MST foram postas em liberdade no dia 17/09/1991, por decisão do Tribunal de Justiça do estado do Pará.

A chegada do MST em Marabá, deixou em alerta a Polícia Federal, o Exército e a oligarquia latifundiária local, mas é bem possível que os militantes do MST já estavam sendo monitorados desde as ocupações em Conceição do Araguaia. Sabiam esses setores que o Movimento tinha uma metodologia de ocupação de terras, mais ousada que a luta dos posseiros. Associar o Movimento ao ressurgimento da Guerrilha, era na verdade, uma estratégia para justificar a repressão a seus militantes e impedir sua fixação no sudeste do Pará. Foi nesse contexto que se deu a prisão das lideranças do Movimento.

As novas formas de fazer a luta pela reforma agrária do MST, a exemplo de Conceição do Araguaia, também causou atritos com a estrutura sindical e com o jeito dos posseiros fazerem a luta pela terra na região sudeste. Nos primeiros anos a convivência entre as duas experiências foi marcada pela desconfiança e pela impossibilidade de executarem ações conjuntas.

> A metodologia do MST de cadastramento das famílias na área urbana era muito arriscada. O Exército mantinha gente infiltrada por todo lado. Fazer reunião dentro da cidade, aberta, marcar o dia da ocupação, [...] Essa metodologia dos sem-terra era muito problemática. Chocou. Era muito perigosa. Como enfrentar os pistoleiros de frente? Além disso, o MST era muito isolado e não reconhecia a luta sindical. Isso criou conflito com alguns sindicalistas da região. A prisão das lideranças do MST ajudou no processo de aproximação com os outros movimentos. Foram os problemas que ajudaram nessa aproximação (Emmanuel Wambergue. Entrevista concedida em 15 de fevereiro de 2016).

Como bem explica Wambergue, a repressão policial e o cerco ao Movimento para que não conseguisse realizar ocupações em Marabá, fez com que suas principais lideranças buscassem uma maior aproximação como o movimento sindical, os partidos de esquerda e com as entidades de defesa dos direitos humanos que já atuavam em Marabá.

### II.3 - De Marabá para Parauapebas.

Impedidos de realizarem a primeira ocupação na região de Marabá, devido à forte repressão, o MST decidiu redirecionar suas ações para o município de Parauapebas. Algumas razões, certamente, podem ter influenciado esse novo deslocamento: a concentração de famílias de migrantes sem-terra devido a implantação do projeto Ferro Carajás; o fechamento do garimpo

de Serra Pelada que deixou milhares de garimpeiros em situação de abandono; menor poder político e econômico dos fazendeiros da região por ser um município recém criado.

Meses antes do MST se instalar em Parauapebas, uma ação de policiais militares e civis na expulsão de um grupo de 13 posseiros que estava ocupando a fazenda Estrela de Ouro, naquele município, chamou a atenção pelo uso extremo da violência. Segundo o jornal O Liberal que publicou a matéria, policiais militares, agindo sem ordem judicial e a mando do fazendeiro que participou da operação junto com um filho seu, praticou barbaridades contra os trabalhadores. Os trabalhadores foram humilhados, espancados, golpeados com cabos de fuzis e de machado. Retirados de seus barracos, os agricultores tiveram que deitar na areia quente, onde serviram de "passarela humana" para os policiais. Depois de andar pelas costas dos colonos os policias os obrigaram a "roncar como porco" e cantar uma música ensaiada pelo tenente: "entrei de gaiato na fazenda e saímos debaixo de taca", Os policiais colocaram panelas na cabeça dos agricultores dizendo que eram capacetes e batiam violentamente sobre elas. O fazendeiro e os policiais ainda queimaram os barracos, redes, panelas, roupas, além de roubarem os objetos de valor ali encontrados. No caminho, já fora da fazenda, invadiram a casa de um posseiro o qual foi espancado e arrastado pelos cabelos até o carro da polícia. Na delegacia, o delegado proibiu visitas aos trabalhadores e se negou a conceder atendimento médico aos que estavam gravemente feridos. O fato foi denunciado pelo STR local (O LIBERAL, 30/08/91, p.08).

Essa era a prática das Polícias Militar e Civil, em relação às ocupações de terras promovidas pelos posseiros na região. Uso extremo da violência, policiais sempre a serviços dos fazendeiros, agiam em conjunto com os pistoleiros nas ações criminosas, e não havia punição para os seus crimes (confira as tabelas 11 e 12, páginas 169 e 170). Por esta razão, os posseiros procuravam se esconder nas ocupações e não aparecerem publicamente. Em muitos casos, os posseiros decidiam enfrentar a tiros os policiais do que tentar negociar com eles. Os fazendeiros da região reunidos em suas organizações de classe construíram um poder paralelo que contava com o apoio dos aparelhos do Estado, tendo a polícia, geralmente, a seu serviço. Uma realidade sempre presente no campo brasileiro, como bem explica Barreira (1992):

> No meio rural, o uso da violência por parte dos grandes proprietários de terra não é resultado somente de um Estado “impotente”, mas parece ser, sobretudo,

> a afirmação de um poder paralelo que faz coexistir modernidade e arcaísmo, civilização e barbárie (BARREIRA, 1992, p.136).

O MST, mesmo conhecendo bem essa realidade regional, certamente, avaliava que as ocupações massivas impediriam esse tipo de ação violenta por parte de fazendeiros, policiais e pistoleiros.

Na terceira tentativa de se territorializar no estado do Pará, o MST colocou em prática as novas táticas de luta, dessa vez mais alinhadas com as orientações nacionais do Movimento. Ou seja, organizar ocupações massivas em latifúndios estratégicos e que alcançassem maior repercussão política. As ocupações anteriores ocorreram em latifúndios relativamente pequenos e com número reduzido de famílias.

No dia 15 de julho de 1992, cerca de 800 famílias de trabalhadores rurais organizadas pelo MST ocuparam a fazenda Rio Branco I[27], que era parte integrante do complexo de doze propriedades rurais denominado Fazendas Reunidas Rio Branco, com extensão total de 36.473,00ha[28] (trinta e seis mil quatrocentos e setenta e três hectares), pertencente a Roberto Lunardelli, um dos herdeiros de uma milionária família de latifundiários do estado de São Paulo e Paraná e que ficou conhecida, nas décadas de 40 e 50 do século passado, como a família dos reis do café[29]. Foi a primeira ocupação massiva de terras promovida pelo MST no sudeste do estado do Pará. O fato foi noticiado na primeira página do Jornal Correio do Tocantins, na edição de 24-30/07/1992.

Frente à ocupação massiva do Movimento, a repressão não demorou, no dia 16 de julho de 1992, após um único dia de ocupação, as oitocentas famílias de trabalhadores rurais foram expulsas da área ocupada, por um grupo de pistoleiros auxiliado por um pequeno contingente do Quarto Batalhão da Polícia Militar de Marabá. Despejado, o MST decidiu transferir o acampamento para a sede do INCRA em Marabá e, após cinco meses de intensa pressão sobre a Unidade Avançada do INCRA, o Movimento conseguiu que fosse feita vistoria na fazenda Rio Branco I (CORREIO DO TOCANTINS, 07-13/08/92, p.01). Em 1993, a fazenda foi adquirida

[27] Área composta de 11.938,5284 ha.
[28] INCRA, SR (27). Divisão de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamentos - 2015.
[29] http://www.folhadaregiao.com.br/jornal/2003/06/08/. Acesso em 28/09/2015/

pelo órgão fundiário e, em agosto do mesmo ano, foi criado o 1º Projeto de Assentamento sob a coordenação política do MST na região (PA Rio Branco), onde foram assentadas 251 famílias[30].

Motivados pela primeira grande conquista na região de Parauapebas, o MST, decidiu então intensificar o processo de cadastramento[31] das famílias sem-terra para formarem novo acampamento. Dessa vez, o Movimento fixou o acampamento em uma pequena porção de terra dentro dos limites da área de concessão de direito real de uso da Companhia Vale do Rio Doce[32]. A ocupação tinha como objetivo, pressionar o governo a alterar os limites da área de concessão e destinar uma parte para o assentamento de famílias sem-terra. No dia 29 de junho de 1994, apenas três dias após a ocupação, um batalhão de policiais da Primeira Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente de Parauapebas, comandados pelo Tenente PM Jorge Nazaré Araújo dos Santos[33], despejou violentamente as famílias acampadas (CORREIO DO TOCANTINS, 09-14/07/94, p.12).

Frente à reação violenta da Polícia e dos guardas da CVRD, o MST decide então deslocar o acampamento, para a sede do INCRA em Marabá. Após meses de negociação, em maio de 1995, o Movimento decidiu ocupar a fazenda Santa Lúcia, localizada às margens do rio Parauapebas, na Gleba Itacaiúnas, município de Parauapebas. O imóvel, com extensão total de 2.418,71 ha (dois mil quatrocentos e dezoito hectares e setenta e um ares), era parte integrante do complexo de Fazendas Reunidas Rio Branco, de propriedade da família Lunardelli. O MST decidiu então concentrar suas forças no processo de desapropriação do restante da fazenda Reunidas.

Em outubro de 1995, após dois dias de vigília, uma comissão de cinco trabalhadores, representando todas as famílias acampadas na fazenda Santa Lúcia, foi recebida pelo então Presidente do INCRA, Francisco Graziano Neto. Dias após a audiência, técnicos do INCRA realizaram a avaliação de toda a área a ser desapropriada, com extensão total de 24.535 ha (vinte

[30] INCRA, SR(27). CIPRA (2015).
[31] Lideranças do MST percorriam os bairros pobres de Parauapebas e Curionópolis, convocavam as famílias para reuniões onde era explicado para as famílias o processo de luta pela terra via acampamento e a forma de organização do Movimento. As famílias que concordavam em ingressar na luta, eram então cadastradas e ficavam aguardando a convocação para o dia de início do acampamento.
[32] Área com extensão total de 411.968,00 ha (quatrocentos e onze mil novecentos e sessenta e oito hectares), localizada na Serra dos Carajás, entre os municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Ourilândia do Norte.
[33] O Tenente PM Jorge Nazaré Araújo dos Santos, foi réu no processo do massacre de Eldorado.

e quatro mil quinhentos e trinta e cinco hectares). No início de março de 1996, foi concluído o processo de desapropriação de 14.938 ha e criado o segundo Assentamento do MST no Pará, PA PALMARES, onde foram assentadas 517 famílias. No restante do imóvel, 9.614 ha, o processo foi concluído, e o assentamento Palmares Sul foi criado em dezembro de 2001, onde 327 famílias dissidentes do MST foram assentadas[34].

O número de famílias no acampamento do MST era maior que a capacidade de assentamento da área desapropriada para criar o assentamento Palmares. Para assentar o restante das famílias o Movimento solicitou então vistoria e desapropriação do complexo de fazendas Macaxeira, localizado entre os municípios de Curionópolis e Eldorado dos Carajás. A criação do segundo Assentamento do MST no município de Parauapebas, consolidou o Movimento na região, e provocou uma corrida de famílias sem-terra e ex-garimpeiros para se cadastrarem para o novo acampamento que reivindicava o complexo Macaxeira.

### II.4 - O INCRA, o Governo do Estado e o complexo Macaxeira.

Originariamente, a antiga fazenda Macaxeira, tinha 42.000,00 ha (quarenta e dois mil hectares) de área total. O complexo era formado por 13 propriedades. Todas essas áreas pertenciam ao estado do Pará, que havia concedido títulos de aforamento das mesmas para terceiros, com a condição expressa de dedicação exclusiva à coleta de castanha-do-Pará. Conforme noticiavam os jornais na época, há muito tempo, os foreiros destas áreas dedicavam-se somente a atividades pecuárias, tendo derrubado maior parte dos castanhais existentes nessas áreas (OPINIÃO, 09/11/1995, p.04).

Em razão da quebra de contrato devido ao desvio de finalidade, o Estado poderia promover a arrecadação do imóvel e destiná-lo ao assentamento das famílias. No entanto, a família Pinheiro, ainda controlava a maior parte da área, e exercia forte influência política perante o Governo do Estado e o INCRA. Dessa forma, a resistência contra a destinação da fazenda Macaxeira para o assentamento de famílias sem-terra era grande. Mesmo assim, o MST intensificou a pressão sobre o Governo do Estado e o INCRA para que a área fosse desapropriada. No dia 07 de março de 1995, um grupo de lideranças do Movimento,

[34] INCRA, SIPRA - 2015.

acompanhado de parlamentares do PT, tiveram audiência com o então governador do estado, Almir Gabriel, que estava acompanhado de representantes do INCRA e do ITERPA e, conforme noticiaram os jornais do dia seguinte, o governador assumiu o compromisso de que a fazenda Macaxeira seria vistoriada para fins de reforma agrária, no prazo de 20 dias. (O LIBERAL, 08/03/1995, p.01).

Frente à pressão dos fazendeiros, o governador não cumpriu o compromisso assumido, e a vistoria não foi realizada. O MST decidiu então concentrar a pressão sobre a presidência do INCRA em Brasília. Em novembro de 1995, o então presidente do INCRA, Francisco Graziano Neto, esteve em Curionópolis para anunciar a concretização do assentamento Palmares e discutir uma pauta de reivindicações das famílias acampadas sob o comando do MST. Conforme noticiou o jornal Opinião à época, após ouvir as reivindicações dos representantes dos trabalhadores rurais, autorizou a realização de vistorias preliminares, para eventual desapropriação para fins de reforma agrária, no conjunto de fazendas, localizadas no complexo Macaxeira com extensão total de 36.080,00 ha (OPINIÃO, 09/11/1995, p.01).

Com o anúncio público desta decisão, centenas de famílias de trabalhadores da região compreendida entre Eldorado de Carajás e Parauapebas, impressionados com a possível desapropriação de mais de trinta mil hectares de terras, decidiram unir-se às famílias remanescentes da ocupação da fazenda Santa Lúcia e montar um novo acampamento, agora em Curionópolis, em espera aos trabalhos e estudos do INCRA. Com efeito, conforme noticiaram os jornais, ainda no mês de novembro de 1995, cerca de mil e duzentas famílias de trabalhadores ocuparam pacificamente a área do Centro de Formação e Orientação Agropastoril de Curionópolis (COFAPAC), localizado na entrada do mencionado município e pertencente à Prefeitura Municipal (ALEGAÇÕES FINAIS, Processo nº 786/96, p. 5.578).

Devido às fortes influências dos fazendeiros da região sobre a Unidade do INCRA de Marabá, o então chefe da Unidade Avançada de Marabá, José Líbio de Moraes Matos, resistia em fazer a vistoria no complexo Macaxeira. Frente à pressão crescente exercida pelo MST, a vistoria foi autorizada, no entanto, apontou que os imóveis eram produtivos. O executor passou a anunciar via imprensa que as famílias remanescentes da ocupação da fazenda Santa Lúcia e as demais acampadas no COFAPAC não seriam assentadas no Complexo Macaxeira e sim em área

localizada no Projeto de Assentamento Tuerê, situado no município de Novo Repartimento, distante aproximadamente quatrocentos quilômetros de Parauapebas, Curionópolis e Eldorado de Carajás e que não apresentava mínimas condições de infraestrutura para receber as famílias acampadas. (CORREIO DO TOCANTINS, 17-23/11/95, p.03).

O representante do INCRA, informava ainda que o órgão fundiário, naquele ano, já tinha realizado vistoria preliminar para averiguar o índice de produtividade em 44 fazendas nas regiões sul e sudeste do estado; sendo todas elas classificadas como "inteiramente produtivas". Dessa forma, o INCRA de Marabá buscava convencer o MST em não reivindicar a desapropriação de terras nessas regiões e aceitar a proposta de assentar as famílias na gleba Tuerê (O LIBERAL, 21/03/1996, p.08).

Além de não contar com o apoio do INCRA do Pará, o MST enfrentava outro problema grave para manter as centenas de famílias no acampamento: era a escassez de alimentos. Faltava comida para tanta gente. Após intensa negociação o MST conseguiu que o Governo do Estado se comprometesse a liberar 800 cestas básicas para alimentar as famílias. As cestas foram entregues no final do mês de novembro de 1995. Mas devido à grande quantidade de famílias os alimentos duraram poucos dias. No entanto, não houve comprometimento do Governo do Estado e do INCRA com o fornecimento de novas cestas. Os jornais de circulação regional davam destaque para a situação de calamidade. "Sem alimentação há quatro semanas, acampados necessitam de 2 mil cestas" (OPINIÃO, 05/01/96, p.02). "Fome começa a desesperar os sem-terra em Curionópolis (CORREIO DO TOCANTINS, 01-07/03/96, p.01). Esse fato provocou uma reação do MST que, para pressionar o INCRA e o ITERPA, decidiu então ocupar uma das treze propriedades do Complexo Macaxeira, a fazenda Fronteira, com área total de 650 ha (seiscentos e cinquenta hectares) e localizada no Km 25 da rodovia estadual PA 275. A ocupação ocorreu no dia 05 de março de 1996 (OPINIÃO, 08/03/96, p.07).

A decisão do INCRA de não desapropriar o complexo Macaxeira e o não cumprimento dos acordos de entrega das cestas básicas, levou o MST a tomar uma decisão mais radical: iniciar uma marcha coletiva, composta pela maioria das famílias acampadas até a sede da Unidade Avançada do INCRA em Marabá e a ida até Belém de uma comissão de lideranças dos assentamentos e do acampamento para negociar com o Governo do Estado e o INCRA. A

decisão foi tomada e a data de início da caminhada para o dia 09 de abril de 1996. A marcha foi organizada da seguinte forma: os homens se deslocariam, a pé, pelos centro e trinta quilômetros que separam Curionópolis e Marabá e as mulheres e crianças, em número aproximado de quinhentas pessoas, seguiriam em dez ônibus coletivos, que seriam cedidos pela Prefeitura de Curionópolis. A data prevista para a chegada em Marabá seria por volta do dia 20 de abril de 1996. No dia seguinte à chegada, um grupo de trabalhadores, representando as famílias acampadas e assentadas, seguiria em cinco dos ônibus coletivos cedidos pela Prefeitura de Curionópolis, até Belém, onde se reuniriam com o Governo do Estado e com o Superintendente do INCRA no Pará (ALEGAÇÕES FINAIS, Processo nº 786/96, p. 5.578).

Durante a manhã do dia 10 de abril de 1996, o grupo de famílias, em torno de mil e trezentas pessoas, realizou uma grande manifestação na área central de Curionópolis. As lideranças do MST tinham apresentado uma pauta ao Prefeito do município requerendo a liberação dos ônibus para o transporte das mulheres e crianças e alimentação para os trabalhadores durante a marcha. No momento em que o grupo de representantes dos trabalhadores chegou até o prédio da Prefeitura de Curionópolis verificou que o mesmo se encontrava fechado. Imediatamente, como mais um meio de protesto contra o tratamento que estavam recebendo das autoridades públicas, algumas dezenas de trabalhadores iniciaram a obstrução temporária para caminhões e outros veículos pesados da rodovia estadual PA 275 na entrada de Curionópolis. Sem alimentos e sem transporte, dezenas de pessoas famintas interceptaram um caminhão e começaram a retirar a carga do mesmo, composta basicamente por arroz, macarrão, açúcar e sardinha, em uma quantidade calculada em seiscentos quilos. A notícia ganhou as páginas dos jornais (CORREIO DO TOCANTINS, 12 a 18/04/1996, p.01).

No dia 13 de abril de 1996, os mais de mil trabalhadores dando continuidade à programação da marcha coletiva, seguiram em direção a Eldorado de Carajás. Ao final da tarde daquele dia, o grupo de trabalhadores em marcha montou acampamento improvisado no Km 16 da rodovia estadual PA 275, onde permaneceram até a noite do dia 14 de abril de 1996. Em negociação com o então prefeito de Eldorado de Carajás, Vicente José Corrêa Neto, o MST conseguiu cestas básicas com alimentação suficiente para chegar até Marabá. Na manhã do dia 15 de abril, quando da passagem dos trabalhadores em marcha por Eldorado dos Carajás, parte

dos alimentos solicitados foram entregues aos trabalhadores (Depoimento de José Luiz de Melo, Processo 786/96, 18º volume).

Na manhã do dia 15 de abril de 1996, os trabalhadores sem-terra em marcha chegaram até o local conhecido como Curva do S, localizado no Km 96 da rodovia estadual PA 150, a exatos quatro quilômetros de Eldorado de Carajás. Cansados após diversos dias de exaustiva marcha, decidiram permanecer descansando por dois dias neste local, aguardando contato do Superintendente do INCRA no Pará ou do Governo do Estado.

### II.5 - A Polícia Militar, a CVRD e os Fazendeiros.

A ocupação realizada pelo MST em uma pequena porção da área dos 411 mil hectares sob o controle da Companhia Vale, no dia 26 de junho de 1994, teve reação imediata. No dia seguinte, as famílias foram despejadas do local pelo batalhão da Polícia Militar de Parauapebas e pelos seguranças da Empresa (CORREIO DO TOCANTINS, 08-14/07/94, p.12). No dia 24 de novembro de 1994, logo após o despejo, o MST organizou um ato público em frente ao portão de entrada de Carajás em Parauapebas. A reação da PM foi de extrema violência contra os manifestantes. A PM de Parauapebas, através de acordo celebrado com a CVRD, era utilizada para garantir os interesses da Empresa e reprimir todos aqueles que ameaçassem seu patrimônio, como, por exemplo, trabalhadores rurais sem-terra, pequenos posseiros, garimpeiros, coletores de produtos vegetais, etc.

Esse acordo com a PM estava assegurado em um Convênio assinado entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Polícia Militar do estado do Pará. Em virtude dos acordos assegurados no Convênio, a Polícia Militar, no município de Parauapebas, tornou-se uma espécie de guarda particular dos interesses da Companhia Vale do Rio Doce. A Vale passou a financiar parte considerável dos gastos do destacamento da Polícia Militar sediado em Parauapebas (destacamento esse que recebeu a denominação de Primeira Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente de Parauapebas), e passou a exigir ações da mencionada tropa contra todos aqueles que contrariassem seus interesses. Somente no biênio 1995 e 1996, a Companhia Vale do Rio Doce destinou ao Comando da PM de Parauapebas a quantia aproximada de US$ 641.000,00 (O GLOBO, 25/04/96, p.02).

Quando o MST organizou o acampamento com mais de mil famílias na área do COFAPAC de Curionópolis, um dos principais desafios do Movimento era como conseguir alimentação para tanta gente. Após intensa negociação o MST conseguiu que o Governo do Estado se comprometesse a liberar 800 cestas básicas para alimentar as famílias. No final do mês de novembro de 1995, um gesto do Governo do Estado chamou a atenção das lideranças do Movimento. Dezenas de policiais militares, fortemente armados, chegaram em Curionópolis para fazer a distribuição das cestas básicas para as famílias no acampamento. O Coronel PM Mário Colares Pantoja[35] na época comandante do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá e do Comando de Policiamento Regional II, recebera como encargo do Governo do Estado a missão de distribuir as oitocentas cestas básicas entre os trabalhadores acampados (Depoimento de Fabiano Lopes, Comandante da PM do Pará, Processo 786/96, 19º volume).

Não houve registro de incidentes, mas a ação deixou claro a decisão do Governo do Pará em relação aos trabalhadores rurais acampados no COFAPAC, em Curionópolis. O governador escolheu o comando da PM na região como os principais representantes do Governo do Estado no trato direto com os trabalhadores sem-terra. Todas as vezes em que havia alguma situação de conflito ou tensão, o comando da PM de Parauapebas, na pessoa do Major Oliveira, era acionado para negociar com o MST e tentar solucionar o conflito.

Outro fato ocorrido, bem distante do local onde as famílias se encontravam acampadas, foi revelador do tipo de comportamento da PM do Pará em relação ao MST. No dia 29 de novembro de 1995, no interior da fazenda São José do Araguaia, localizada no município de Xinguara, houve uma emboscada contra um grupo de policiais militares que realizavam um levantamento na fazenda, que fora ocupada, por volta do ano de 1992, por posseiros da região de Xinguara e São Geraldo do Araguaia. Nessa emboscada, houve uma única vítima fatal: o Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves, lotado no Décimo Sétimo Batalhão de Polícia Militar de Xinguara. Entre o ano de 1990 e o final do mês de outubro de 1995, o Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves exerceu suas atividades junto ao Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá. Conforme registrou a imprensa na época, quando da chegada a Marabá do corpo do Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves houve grande revolta entre dezenas de policiais militares (CORREIO DO TOCANTINS, 01-07/12/1995. p.03).

[35] Participou do Massacre de Eldorado em 17 de abril de 1996.

Na primeira semana do mês de dezembro de 1995, o Tenente-Coronel PM Manoel Mendes de Melo[36], na época subcomandante do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá e Chefe do Estado-Maior do Comando de Policiamento Regional II, deslocou-se para Xinguara, na condição de encarregado do inquérito policial militar instaurado para apurar a responsabilidade pela morte do Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves. As investigações oficiais realizadas no âmbito do inquérito policial militar nada concluíram quanto a identificação dos responsáveis pela morte do Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves. Segundo a imprensa local informou na época, a morte do oficial estaria ligada aos constantes e antigos conflitos entre o grupo de posseiros existente na fazenda São José do Araguaia e a família Veríssimo, proprietária da fazenda, que mantinha um acordo com a PM, no qual esta cedia alguns elementos para a guarda da fazenda. Mais precisamente, a morte do oficial seria um ato de vingança contra o assassinato, no segundo semestre de 1995, por um grupo de pistoleiros de três posseiros que residiam na fazenda São José do Araguaia (CORREIO DO TOCANTINS, 01-07/12/1995, p.03).

Ocorre que a Polícia Militar montou uma versão própria, com circulação interna e reservada, para explicar a morte do Capitão. No dia 20 de abril de 1996, o jornalista Gustavo Krieger, enviado pelo Jornal do Brasil a Marabá para realizar a cobertura do Massacre de Eldorado de Carajás, revelou ter tido acesso a relatório do serviço reservado da PM do estado do Pará (P2[37]), referente à morte do Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves. Com base em informações obtidas junto a policiais militares infiltrados no acampamento dos trabalhadores rurais, no COFAPAC, em Curionópolis, o relatório apontava que os verdadeiros responsáveis pela morte do Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves teriam sido trabalhadores sem-terra acampados, mais especificamente três deles: Oziel Alves Pereira, Raimundo Lopes Pereira e Manuel Gomes de Souza, que, por conveniente coincidência, faziam parte do grupo de dezenove trabalhadores assassinados por policiais militares, no dia 17 de abril de 1996, na Curva do S, em Eldorado de Carajás (JORNAL DO BRASIL, 20/04/96, p.08).

O Jornal Zero Hora na edição publicada no dia 25 de abril de 1996, revelou ter tido acesso a relatório do serviço reservado da PM do estado do Pará (P2), enviado pela Segunda Seção do Estado-Maior do Comando de Policiamento Regional II ao Comando Geral da Polícia

[36] Participou do Massacre de Eldorado em 17 de abril de 1996.
[37] Código de identificação de missão sigilosa.

Militar e referente a levantamento sobre a atuação dos trabalhadores ligados ao MST na região de Curionópolis e Eldorado de Carajás. Com data de março de 1996, o mencionado relatório descrevia a situação na região como em iminência de guerra civil, em virtude das ações do MST/PARÁ, avaliando ainda que procedimentos policiais de rotina não mais seriam suficientes em eventuais enfrentamentos com os trabalhadores ligados ao MST, pois os mesmos estariam se valendo de táticas de guerrilha em confrontos com policiais militares. "Os policiais enviados para controlar as manifestações dos sem-terra, e mesmo para levar alimentos para eles, enfrentam um grupo armado e organizado, treinado em táticas de guerrilha", dizia a reportagem. De acordo com o Jornal, a conclusão da P2 é que o enfrentamento com o MST deveria seguir "táticas militares, uma vez que os procedimentos policiais comuns são ineficazes". Para a P2, desde o início do ano, os sem-terra estariam comprando armas em Marabá, "usando como intermediários simpatizantes que moram nas cidades da região". As armas, segundo os informantes da PM, estariam escondidas no acampamento dos sem-terra da fazenda Macaxeira, em Curionópolis. O armamento teria sido comprado com "dinheiro vindo do Sul do país e até do exterior", tendo os sem-terra se tornado "os maiores compradores de armas na região" (ZERO HORA, 25/05/1996, p.05). Essas duas situações deixam claro que, por dentro do comando da PM do Pará, estava sendo construído um processo de repressão violenta contra o MST, aguardando apenas, um momento propício para colocá-lo em prática.

Quando o MST realizou seu primeiro acampamento em Parauapebas, na fazenda Santa Lúcia, no dia 15 de maio de 1995, a reação dos fazendeiros também não demorou. Quinze dias após, o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Parauapebas, Curionópolis e Eldorado de Carajás, Geraldo Milton Soares, anunciava publicamente, em entrevistas a jornais da região, que mais de mil fazendeiros estariam adquirindo grande quantidade de armas, para o enfrentamento com os trabalhadores rurais organizados politicamente pelo MST. Além disso, Geraldo Milton Soares, anunciou ter enviado correspondência ao Governador do estado, Almir Gabriel, informando que, acaso não satisfeitos seus pedidos de uso de força contra os sem-terra, fazendeiros e comerciantes da região realizariam justiça com as próprias mãos (CORREIO DO TOCANTINS, 02-08/06/1995, p.16). Essa prática era corriqueira na década de 1980. Não só assassinatos com uso de pistoleiros e milícias privadas, mas a própria polícia se encarregava de expulsar, espancar e tentar impedir a ocupação de latifúndios por parte dos trabalhadores sem-terra.

Nos últimos meses do ano de 1995 e primeiros meses do ano de 1996, os representantes dos fazendeiros, seguidamente, ocupavam os meios de comunicações regionais, ameaçando iniciarem uma reação armada do grupo contra as famílias de trabalhadores sem-terra, caso os órgãos de segurança não tomassem, no menor espaço de tempo possível, uma atitude de força contra as progressivas ações do MST.

No dia 14 de março de 1996, em Marabá, realizou-se o terceiro encontro de lideranças rurais, promovido pela Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA). Ao final do encontro, que contou com a participação de cinquenta fazendeiros da região, decidiram os participantes subscrever um documento que foi denominado Carta de Marabá, onde eram feitas severas críticas ao tratamento que o Governo do Estado estava dispensando ao trabalhadores acampados na fazenda Fronteira. No mesmo dia, o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará, Carlos Xavier, também presente ao encontro, em entrevista ao jornal Correio do Tocantins, revelava que, no final do mês de março de 1996, cerca de setenta representantes dos fazendeiros se deslocariam para Belém para cobrar uma atitude enérgica das autoridades públicas quanto as ocupações de terras, exigindo o cumprimento imediato de todo e qualquer mandado de reintegração de posse referente a propriedades rurais ocupadas por trabalhadores (CORREIO DO TOCANTINS, 22-28/03/1996, p.06).

Em Belém, nos dias 28 e 29 de março de 1996, ocorreu uma reunião entre os representantes dos fazendeiros e o Governador Almir Gabriel. Os pecuaristas falaram em pedir intervenção federal no Pará e ameaçaram pegar em armas se o Estado não contivesse as ações do MST, "Se o governador não tomar providência, iremos tomar", disse um dos representantes dos fazendeiros (DIÁRIO DO PARÁ, 29/03/1996, p.04). Frente às pressões e ameaças dos fazendeiros e de determinados setores da imprensa, o Governo do Estado adotou em relação aos trabalhadores acampados e ao MST uma política de tolerância zero, ou seja, os canais de negociação com o Movimento foram cortados (O ESTADO DE SÃO PAULO, 26/04/1996, p. 03). Além disso, a partir deste momento, a PM, seria o único interlocutor entre o Estado e o MST. Após o massacre, a imprensa divulgou o conteúdo de uma fita gravada por um cinegrafista nos bastidores da reunião dos fazendeiros com o governador. As imagens mostravam o representante dos fazendeiros entregando um documento para o secretário de Segurança Pública do estado, Paulo Sette Câmara. Ao entregar o documento, Carlos Xavier disse:" Se retirassem

essas pessoas com certeza iria melhorar, e muito, as ações desse movimento depredatório". De acordo com o divulgado à época, o documento continha uma relação de lideranças do MST que os fazendeiros exigiam do Estado, ações imediatas contra elas. Uma espécie de lista dos líderes indesejáveis. Na mesma fita, Geraldo Capota, presidente do Sindicato Rural de Marabá, disse que os fazendeiros mantinham gente infiltrada no acampamento do MST, pagos por eles (O LIBERAL, 04/05/96, p.04).

### II.6 - O massacre passo a passo.

Segundo Medeiros (1996), o uso da violência por parte do Estado e da classe burguesa que monopoliza a propriedade da terra no Brasil, tem se constituído num método para barrar os processos emergentes de organização camponesa. Quando os camponeses se organizam em movimentos que questionam a estrutura fundiária e o próprio Estado, a repressão tem sido usada, historicamente, de forma mais violenta com o objetivo de desarticular essas organizações e movimentos. Nessas ações repressivas, forças do Estado (polícia) agem em conjunto com as forças privadas (pistoleiros, seguranças, milícias), como aconteceu em Canudos, Contestado, Ligas Camponesas, Massacre de Eldorado e outros. Medeiros (1996), refletindo sobre esses processos, afirma: "[...] a violência como forma de tratamento dos trabalhadores do campo é parte integrante do chamado padrão tradicional de dominação na história do Brasil. [...] Ela fez-se sentir mais forte em situações de resistência coletiva" (p.05). Para a autora,

> [...]uma das principais razões do desencadeamento da violência são as iniciativas organizativas dos trabalhadores. Trata-se do momento em que eles despontam na cena pública demandando reconhecimento de direitos em diversas situações, como é o caso das ocupações de terra, criando fatos políticos que torne visível essa demanda, e, para isso, por vezes até mesmo tendo que se confrontar com a força dos 'jagunços' e da polícia. [...] sob esse prisma, pode-se dizer que o exercício da violência é um sinal de perda do poder. A emergência dos trabalhadores, apresentando reivindicações – ou seja, buscando colocar-se na cena pública como iguais, como portadores de direitos –, implica em que os proprietários da terra tenham que aceitar um interlocutor onde antes havia espaço apenas para o controle (MEDEIROS, 1996, p.05 e 07).

Como poderemos perceber nos relatos que seguem, a violência empregada contra os camponeses ligados ao MST que resultou no Massacre de Eldorado dos Carajás teve essas características. A violência extrema, empregada pelo Estado, através da Polícia Militar, de

comum acordo com a elite agrária da região de Carajás, tentava impor uma derrota ao MST e impedir sua territorialização no sudeste do Pará.

Como o Prefeito Municipal de Curionópolis, João Chamon Neto, não cedeu aos trabalhadores em marcha nenhum dos dez ônibus prometidos, o Movimento decidiu pressionar o Governo do Estado, para que providenciasse meio de transporte necessário para o deslocamento de mulheres e crianças até Marabá. No entanto, desde final do mês de março e o início do mês de abril de 1996, quando da visita da comissão de fazendeiros a Belém, o Governo do Estado se recusava a negociar com o MST. Destarte, para fazer chegar ao Governo do Estado suas necessidades de transporte para crianças e mulheres, decidiram os trabalhadores que se fazia necessária a obstrução temporária da rodovia estadual PA 150. Assim agindo, imaginavam que o Governo do Estado se veria obrigado a procurar contato com os trabalhadores em marcha. Na manhã do dia 16 de abril de 1996, exatamente na Curva do S, o tráfego em ambos os sentidos da rodovia PA 150 foi obstruído para todo o tipo de veículo. Pouco antes do meio-dia, em contato telefônico com o Coronel PM Mário Colares Pantoja, em Marabá, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira informou que a pista havia sido obstruída (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo 786/96, p.1.431).

O avanço da marcha e a interdição da PA 150 provocou uma reunião de emergência em Marabá, de algumas autoridades locais. Na reunião o executor da unidade avançada do INCRA de Marabá, José Líbio de Moraes Matos, disse aos demais presentes, que "um dos objetivos do pessoal do MST seria destruir a sede do INCRA, em Marabá". (Depoimento de Manoel Mendes de Melo, processo 786/96, p.580).

Ainda na manhã do dia 16 de abril de 1996, um empregado da Companhia Vale do Rio Doce, com prenome James, entrou em contato com o gerente da empresa Transbrasiliana em Marabá, Gumercindo José Marra de Castro, solicitando que fossem colocados dois ônibus à disposição do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá. Logo após, o mencionado gerente entrou em contato com o Tenente PM Raimundo de Souza Oliveira, informando a este sobre a existência de dois ônibus alugados e cedidos pela Companhia Vale do Rio Doce ao Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá. (Depoimento de Gumercindo José Marra de Castro, processo 786/96, p.1.858).

O Coronel PM Fabiano José Diniz Lopes, informado sobre a obstrução da pista, ordenou ao Coronel PM Mário Colares Pantoja que imediatamente entrasse em contato com o Major PM José Maria Pereira de Oliveira, determinando a este que se dirigisse até o local da obstrução da rodovia e tentasse demover os trabalhadores a continuarem com a obstrução, informando aos mesmos que todos os problemas referentes à aquisição ou desapropriação da fazenda Macaxeira seriam solucionados em menos de uma semana. Além disso, ainda segundo as ordens do Comandante Geral da Polícia Militar, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira deveria ouvir quais seriam as reivindicações dos trabalhadores, para posterior transmissão ao Comando Geral da Polícia Militar e encaminhamento às autoridades competentes para seu atendimento (Depoimento de Mário Colares Pantoja, processo 786/96, p. 734 e interrogatório de José Maria Pereira de Oliveira, Processo 786/96, p. 4.422).

Na tarde do dia 16 de abril de 1996, cumprindo ordens do Comandante Geral da Polícia Militar, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira deslocou-se até o local da obstrução da pista e transmitiu a um grupo de trabalhadores a mensagem recebida do comando da PM. Disse ainda, que em função disso, não haveria razão para se dar continuidade a obstrução da rodovia. O Major PM José Maria Pereira de Oliveira retirou-se do local afirmando que, caso as famílias não desobstruíssem a pista, em três horas seria dado início à operação policial de desobstrução da rodovia. A pista foi desobstruída naquele dia (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo 786/96, p. 1.431).

No dia seguinte, as lideranças do MST procuraram o Major José Maria Pereira de Oliveira, e solicitaram a ele que repassasse ao Governo do Estado a reivindicação de dez toneladas de alimentos e cinquenta ônibus ou caminhões para transporte dos trabalhadores até Marabá, sendo que cinco desses veículos deveriam conduzir uma comissão de representantes dos trabalhadores até Belém. Após ouvir atentamente as ponderações dos trabalhadores, assumiu o compromisso de repassar a reinvindicação ao Governo do Estado e que a resposta ao pleito deveria ser dada até às 12:00hs, do dia 17 de abril de 1996 (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo 786/96, p. 1.431).

A rodovia foi desobstruída novamente no início da noite do dia 16 de abril de 1996, com consequente normalização do tráfego de veículos na rodovia estadual PA 150. Apesar de ter sido

desobstruída a pista e estar delineada uma solução pacífica para o problema da obstrução da rodovia o Coronel PM Mário Colares Pantoja decidiu, na noite do dia 16 de abril de 1996, manter em prontidão, por um período de vinte e quatro horas, o efetivo do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá (Depoimento de Ruy Rodrigues dos Santos, Processo 786/96, p. 4.681).

Por volta das 10:00hs do dia 17 de abril, o Tenente PM Jorge Nazaré Araújo dos Santos chegou ao acampamento na Curva do S, tendo comunicado a alguns dos membros da comissão encarregada da coordenação da marcha coletiva que suas reivindicações não seriam atendidas. Nesse momento, quando os trabalhadores questionaram ao oficial por qual motivo não havia sido possível o atendimento das reivindicações, etc., o Tenente PM Jorge Nazaré Araújo dos Santos limitou-se a responder que a pista não poderia ser novamente obstruída, afirmando ainda que não estava autorizado a intermediar qualquer negociação. (Depoimento de Jorge Nazaré Araújo dos Santos, processo 786/96, p. 1.980).

Ao meio-dia, do dia 17 de abril de 1996, o tráfego normal de veículos na rodovia estadual PA 150 foi novamente obstruído, tendo cerca de oitocentos trabalhadores tomado a pista. No mesmo horário, antes de retornar a Parauapebas, o Tenente PM Jorge Nazaré Araújo dos Santos, cumprindo ordens do Major PM José Maria Pereira de Oliveira, proibiu que qualquer veículo seguisse, a partir de Eldorado de Carajás, em direção à Marabá. Alguns policiais militares ficaram encarregados de fiscalizar o cumprimento da proibição de tráfego de veículos em direção a Marabá (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo 786/96, p. 1431 e depoimento de Evaldo Brito da Silva, p. 4.673).

Ocorre que, além de não convidar representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e da imprensa para acompanhar, fiscalizar e colaborar com a Polícia Militar, o Coronel PM Mário Colares Pantoja, antes mesmo de prosseguir em direção a Curva do S, decidiu que não seria empregado qualquer meio pacífico de dissuasão para desobstruir a rodovia estadual PA 150. Isto pode ser observado em determinada passagem da conversa telefônica entre o Coronel PM Mário Colares Pantoja e o Major PM José Maria Pereira de Oliveira, exatamente às 12h30min do dia 17 de abril de 1996. Tendo o Major PM José Maria Pereira de Oliveira indagado ao Coronel PM Mário Colares Pantoja como seria possível perceber a chegada do

mesmo e sua tropa na Curva do S, haja vista a inexistência de meios de comunicação entre os dois (rádios de campanha, telefone celular, megafone etc.), este respondeu que assim que se ouvissem tiros, aquele saberia que sua tropa teria iniciado a desobstrução da pista

> O depoente ainda questionou, Coronel, nós não temos nenhum meio de comunicação, quando o senhor chegar, eu não vou saber o que está acontecendo do outro lado, e ele então disse: aguarda o tempo que eu estou te determinando e se porventura passado este tempo, e você ouvir alguns tiros, você saberá que começou a ação de desobstrução". (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo 786/96, p. 1.431).

Frente à ordem dada pelo Coronel Pantoja, o Major Oliveira, instruiu sua tropa, ordenando que "após os primeiros tiros a tropa de Parauapebas deveria se deslocar para a área interditada da estrada" (Depoimento de Elian Quirino Cabral, Processo 786/96, p. 4.576).

Segundo vários policiais da Primeira Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente de Parauapebas as armas distribuídas aos policiais militares não foram entregues mediante emissão e guarda de cautela[38]. Por meio deste expediente, posteriormente não seria possível identificar quem seriam os policiais militares que portavam essas armas, o que em muito prejudicaria uma eventual investigação sobre a operação policial.

> Que entre 09:00 e 10:00 horas da manhã recebeu ordem do Subcomandante da Companhia, 1º Tenente PM Jorge, para efetuar a entrega dos armamentos a ser utilizado sem fazer a cautela, como é o procedimento normal, o que justificava pela situação de emergência alegada pelo Subcomandante (Depoimento de Antônio Egnaldo Mendonça Lima, Processo 786/96, p. 785).

Por volta das 14:00hs, a tropa da Primeira Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente de Parauapebas, composta por sessenta e nove homens entre oficiais, suboficiais e soldados, deslocou-se para a Curva do S, local da interdição. Aproximadamente no mesmo horário, a tropa do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá, composta por oitenta e seis homens entre oficiais, suboficiais e soldados, também deslocou-se para o local.

[38] Documento que possibilita a correlação entre o projétil produtor do ferimento, a arma utilizada para o disparo e seu respectivo portador.

Instantes após o desembarque da tropa, um grupo de policiais militares, dentre os quais alguns pertencentes ao destacamento de Eldorado de Carajás, se deslocou até a residência de Francisca Pereira de Souza, moradora da curva do S, tendo ordenando à mesma que se retirasse imediatamente do local, pois logo iria haver um tiroteio naquele local. "A declarante foi informada pelos policiais que se retirasse do local, pois a qualquer momento iria começar um tiroteio no local", (Depoimento de Francisca Pereira de Souza, processo 786/96, p. 987). Prova da predisposição à violência por parte dos policiais militares. Outro fato que chama a atenção sobre a premeditação da violência, foi a quantidade de munição levada pelos polícia para o local. De acordo com depoimento do STT Getúlio Marques, "a tropa de Marabá levou no ônibus uma caixa de munição de reserva; Que a caixa era de madeira; Que a caixa tem 80 centímetros de comprimento por cinquenta de largura e vem de fábrica; Que a munição era de fuzil"(fls. 5.069). O cinegrafista Osvaldo, que foi obrigado pelos policiais a entrar no ônibus que estava a munição, disse em depoimento: "[...] que o depoente viu serem recarregadas, metralhadoras, fuzis, escopetas e pistolas de mão. [...] que além de munição de reserva a tropa ainda levou armas de reserva também (fls., 4.992).

Percebendo a chegada dos policiais militares do Batalhão de Parauapebas, a repórter Marisa Romão, que se encontrava no local se dirigiu até onde se encontravam os policiais militares, tendo conversado pessoalmente com o Major PM José Maria Pereira de Oliveira. Após um breve diálogo, quando Marisa Romão, retornando, se aproximava do acampamento dos trabalhadores, o massacre de Eldorado de Carajás teve início, com a chegada da tropa do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá. "Quando estava a cerca de 100 metros da primeira barreira no sentido de Eldorado do Carajás, escutou uma explosão e fumaça no sentido de acesso a Marabá" (Depoimento de Marisa Alves Romão Pereira, processo 786/96, p. 1.082).

Ao meio-dia do 17 de abril de 1996, quando a estrada foi novamente obstruída, houve um pequeno incidente. Alguns motoristas de caminhões quando viram os trabalhadores formando uma barreira humana no sentido Marabá da rodovia, ameaçaram atropelá-los, afirmando que de qualquer modo passariam pelo local obstruído. Preocupados com a possível ocorrência de um acidente, alguns trabalhadores solicitaram a Manoel Lima de Souza, motorista de um caminhão boiadeiro estacionado próximo ao local da obstrução, que atravessasse seu caminhão na pista,

evitando assim acidente com outros motoristas (Depoimento de Manoel Lima de Souza, processo 786/96, p. 778).

O trabalhador sem-terra, Fabiano Carneiro de Oliveira, permaneceu em cima da carroceria do caminhão boiadeiro observando o movimento, algum tempo depois, segundo relatou em depoimento, observou dois ônibus da empresa Transbrasiliana e um outro veículo, se aproximando rapidamente do caminhão boiadeiro, deixando para atrás os demais veículos estacionados na rodovia e parando bruscamente a uma distância de cerca de quinze metros do caminhão boiadeiro. A informação foi confirmado pelo Tenente-Coronel PM Manoel Mendes de Melo: “que os veículos militares pararam uns 15 metros aproximadamente de onde estava o caminhão atravessado na rodovia” (Depoimento de Manoel Mendes Melo, Processo 786/96, p. 871).

O Tenente-Coronel PM Manoel Mendes de Melo, que vinha no veículo da frente, declarou em depoimento que, observou os policiais militares descerem dos ônibus e dirigirem-se correndo na direção do Coronel PM Mário Colares Pantoja, o qual teria sinalizando ordenado aos policiais militares que iniciassem a operação de desobstrução, com o avanço em direção ao acampamento dos trabalhadores. "Que ao se aproximar do primeiro ônibus já encontrou o pessoal que vinha dos dois ônibus correndo em direção onde se encontrava o Coronel Pantoja” (depoimento de Manoel Mendes de Melo, processo 786/96, página 553). "Desceram como uma boiada quando abre a porteira", relatou o motorista do ônibus em depoimento (A PROVINCIA DO PARÁ, 02/05/1996, p.01).

Após descer da carroceria do caminhão boiadeiro, o trabalhador sem-terra Fabiano, quando tentava se distanciar dos policiais militares, uma granada de efeito moral foi arremessada em sua direção, tendo a mesma explodido quando entrou em contato com o chão, ferindo-o com estilhaços em ambas as pernas (laudo de exame de corpo de delito de Fabiano Carneiro de Oliveira, processo 786/96, página 224). "Que a tropa avançou e ultrapassou um caminhão boiadeiro que estava atravessado na pista, jogou bomba de efeito moral onde estavam os sem-terra e atirando para o alto, para intimidá-los a sair da pista” (Depoimento de Raimundo Ferreira de Oliveira, processo 786/96, p. 689).

Tão logo ouviu as explosões de granadas de efeito moral e os tiros, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira, observando os termos da combinação acertada com o Coronel PM Mário Colares Pantoja, determinou o imediato avanço de sua tropa para o acampamento dos trabalhadores, local da obstrução da rodovia. “Tão logo os tiros começaram do lado onde estava a tropa de Marabá o Major Oliveira ordenou que a sua tropa se deslocasse para o local interditado” (Depoimento de Antônio Pereira dos Santos, processo 786/96, p.4.548).

Após a sequência de explosões e tiros para o alto, cerca de trinta policiais militares, alguns armados de escudos e cassetetes e outros com fuzis e metralhadoras, ultrapassaram o caminhão boiadeiro e começaram a avançar em direção ao ponto central do acampamento. Um dos trabalhadores que recuava, Josimar Pereira de Freitas, dirigiu-se a um dos policiais militares que avançava e pediu que tivesse calma, que não atirasse mais para o alto. Antes que Josimar Pereira de Freitas terminasse de falar, um policial militar, atirou duas vezes com fuzil em sua perna, tendo Josimar caído na lateral da rodovia. Após cair ao chão, Josimar, foi duramente espancado por outros dois policiais militares. Conforme diversos depoimentos, Josimar Pereira de Freitas foi o primeiro trabalhador ferido por disparo de arma de fogo na operação de desobstrução da pista (Depoimento de Eliezer Martins de Souza, processo 786/96, p. 816, depoimento de Josimar Pereira de Freitas, Processo 786/96, p. 893).

Entre os sem-terra que interditavam a rodovia estava Amâncio Rodrigues dos Santos, conhecido como "Surdinho". Devido sua deficiência (surdo e mudo), não compreendeu o que estava ocorrendo em sua volta. Durante o recuo dos sem-terra em função dos efeitos do gás lacrimogêneo e os tiros, não conseguiu recuar a tempo. Em determinado momento, um grupo de policiais militares cercou Amâncio, tendo um deles disparado sua arma em direção a Amâncio, ferindo-o um pouco abaixo da linha da cintura. Após isso, outros policiais militares aproximaram-se de Amâncio e começaram a bater, com muita violência, com a coronha de seus fuzis na cabeça de Amâncio, produzindo diversas lesões em seu crânio. "Que o depoente viu a pessoa conhecida por Surdinho perto do caminhão boiadeiro; que o depoente viu esse Surdinho receber um tiro e levar pancada não sabendo no nome de quem lhe atirou e lhe espancou” (Depoimento de Avelino Germiniano, processo 786/96, p.826).

Quando os trabalhadores sem-terra que já estavam mais recuados, presenciaram o espancamento de Amâncio, em uma reação natural, avançaram sobre os policiais militares, em uma tentativa desesperada de salvar Amâncio das mãos dos policiais, arremessando pedras e paus na direção dos policiais militares que estavam próximos ao caminhão boiadeiro, com o intuito de afastá-los do local onde estava caído Amâncio, possibilitando assim seu resgate. “Que os sem-terra partiram para cima dos militares quando estes estavam massacrando Amâncio” (Depoimento de Ozélio Brito Ferreira, processo 786/96, 19º volume).

É no exato momento do avanço dos trabalhadores em sua tentativa desesperada de resgatar Amâncio, que o cinegrafista Raimundo Osvaldo dos Anjos Araújo reiniciou a filmagem e registrou o massacre de Eldorado de Carajás. Portanto, quando o cinegrafista registrou o avanço dos sem-terra, o trabalhador Josimar já tinha sido atingido por dois tiros e se encontrava caído nas proximidades do caminhão, e Amâncio também tinha sido atingido por vários tiros, além de espancamento e se encontrava caído ao lado do caminhão boiadeiro. (Depoimento de Marisa Alves Romão Pereira, acusação, processo 786/96, 18º volume).

No momento em que alguns trabalhadores aproximavam-se do centro do caminhão boiadeiro, local onde estava caído Amâncio, vários policiais militares do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá, postados junto a cabine do caminhão, começaram a atirar em direção aos trabalhadores, alguns mirando as pernas, outros os membros superiores, não tendo os trabalhadores, em momento algum, ultrapassado o caminhão boiadeiro, no sentido Marabá (Depoimento de José Antônio Garcia Caldas, Processo 786/96, p. 4.696).

Frente à violência dos policiais comandados pelo Coronel Pantoja, os trabalhadores feridos, foram recuando e se afastando da pista. Mas, no recuo, já encontravam com os policiais militares do batalhão de Parauapebas, comandados pelo Major Oliveira. Várias testemunhas ouvidas no processo, relatam que os policiais de Parauapebas não vieram todos pelos meio da pista. A maioria deles se aproximou pelas laterais, por dentro do mato em posição de combate e fazendo um cerco aos trabalhadores. Sem qualquer iniciativa de diálogo, começaram a atirar contra os trabalhadores que interditavam a pista daquele lado.

> Que após o primeiro intervalo de tiros, chegou a tropa de Parauapebas reiniciando a ação, fazendo o efeito sanduiche, ou seja, os sem-terra entre as

> tropas de Marabá e Parauapebas [...] que a tropa de Parauapebas atirou com mais intensidade que a tropa de Marabá, porque o número de pessoas feridas vinha daquele lado era maior" (Cinegrafista Raimundo Osvaldo dos Santos, p. 4.992).
> Passados alguns instantes, os policiais militares da 10ª CIPM/CIPOMA, progredindo pelas matas que margeavam o lado direito da rodovia, no sentido Eldorado/Marabá, direcionaram e deflagraram suas armas contra os "sem-terra" que faziam uma barreira humana na extremidade de Eldorado dos Carajás, atingindo vários deles, os quais passaram a se dispersar, desencadeando um verdadeiro tumulto e desespero entre os integrantes do MST (Denúncia do MP, p. 05).

Cercados pelos dois lados da pista, a saída para os sem-terra foi dirigir-se para a estrada vicinal de acesso ao município de São Geraldo do Araguaia, para as áreas de mata existentes nas duas laterais da pista e alguns para as diversas casas de morada existentes na Curva do S. Um dos trabalhadores que recuava, Manoel Gomes de Souza, também conhecido como “Leiteiro”, foi alvejado por um policial militar, a uma pequena distância, um pouco abaixo da linha do tórax, caindo inconsciente no chão (Depoimento de Maria de Fátima Barbosa de Sena, Processo 786/96, p. 916).

Em virtude da intensidade dos tiros vindos da direção das duas tropas da PM, muitos trabalhadores, alvejados por tais disparos, caíram ao chão, inconscientes ou sem condições próprias de locomoção. Dentre estes estavam: João Rodrigues de Araújo (Depoimento de Adonias Francisco Paiva, p. 809); Altamiro Ricardo da Silva (Depoimento de Alcione Ferreira da Silva, p.860); Raimundo Lopes Pereira (Depoimento de Livonete Lopes Pereira, p.998); Graciano Olímpio de Souza (Depoimento de Josimar Pereira de Freitas, p. 893) e Valdemir Pereira da Silva (Depoimento de Marco Florentino dos Santos, p. 927). Ao fim da operação policial, todos estes trabalhadores estavam mortos.

Quando a tropa da Primeira Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente de Parauapebas se encontrou com a tropa do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá, permaneciam na pista da rodovia apenas os trabalhadores mortos e os feridos inconscientes ou os que não mais podiam se mover por forças próprias. Todos os demais já haviam se retirado do local, ante a violência desmedida da PM. Mesmo após a junção das duas tropas, a desobstrução completa da pista e imposição de controle sobre toda a área do acampamento, não houve por parte dos oficiais de nenhuma das duas tropas qualquer ordem de cessar fogo, prosseguindo os

tiros por parte dos policiais militares, que, os direcionavam para as áreas de mata existentes em ambas as laterais da pista, onde permaneciam abrigados dezenas de trabalhadores e suas famílias, em uma frenética busca por mais vítimas.

> Naquela ocasião pude ouvir alguns tiros esparsos de policiais militares pertencentes a tropa de Marabá; que com a saída do Coronel do local o depoente procurou controlar a situação chamando o Capitão Almendra e o Tenente De Souza, que eram os oficiais do 4º BPM para que eles parassem com aquele tiroteio desnecessário, porque a estrada já havia sido desobstruída e assim os oficiais reuniram a tropa do 4º BPM e no mesmo procedimento chamei o Tenente Jorge para lhes transmitir a minha ordem para que mandasse parar de atirar uma vez que a estrada já havia sido desobstruída (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo 786/96, p. 4.422).

Pouco antes da saída do Coronel PM Mário Colares Pantoja em direção a Eldorado de Carajás, para informar ao comando da Polícia Militar em Belém sobre o ocorrido na desobstrução rodovia, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira foi encarregado de realizar a identificação e contagem de todos os mortos e feridos que permaneciam na pista. Após examinar o local, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira identificou e contou seis trabalhadores mortos e vários trabalhadores feridos, que, conforme afirmado anteriormente, eram exatamente aqueles que estavam inconscientes ou incapazes de locomover-se. Os corpos dos seis trabalhadores mortos foram colocados nas margens da estrada. Aparentemente, o número de mortos indicado pelo Major PM José Maria Pereira de Oliveira coincide com dezenas de relatos de trabalhadores que permaneceram na pista da rodovia até alguns momentos antes de sua completa desobstrução e que foram unânimes em afirmar que somente seis trabalhadores estavam estendidos ao chão, não apresentando nenhuma reação vital: Amâncio Rodrigues dos Santos e Manoel Gomes de Souza, ambos voltados para o sentido Marabá do acampamento e Graciliano Olímpio de Souza, João Rodrigues Araújo, Valdemir Pereira da Silva e Raimundo Lopes Pereira, voltados para o sentido Eldorado.

> Que foi ao encontro do Coronel Pantoja, que perguntou: "Oliveira como está a situação, respondendo o depoente: a situação não é das melhores, quantos mortos? ele perguntou. O depoente respondeu: Coronel eu conferi aproximadamente seis cadáveres e os feridos o depoente respondeu que não sabia precisar o número de pessoas feridas [...]. Enquanto após o encontro com o Coronel Pantoja no centro do acampamento o depoente declara que viu e contou apenas seis mortos que foram colocados à margem da estrada. Que após o retorno do Coronel Pantoja da cidade de Eldorado foram aproximadamente um intervalo de dez a quinze minutos, a situação ficou controlada sob o

> comando do depoente e pode afirmar que nenhuma outra pessoa foi vitimada naquele espaço de tempo, entretanto por determinação do Coronel Pantoja foi a cidade de Curionópolis em busca do Delegado da Polícia Civil para tomar providências em relação aos mortos e aos feridos. Que ao retornar no espaço de uma hora já encontrou a viatura da 10ª CIPM com os cadáveres e, posteriormente, ao fazer a entrega no necrotério do hospital de Curionópolis, somaram dezenove mortos do episódio" (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo 786/96, p. 4.422).

Quando o Major PM José Maria Pereira de Oliveira deixou a curva do S para trás, haviam, conforme suas próprias palavras, somente seis mortos, além de diversos feridos deitados no chão. Uma hora após, em Curionópolis, no momento da entrega dos corpos no necrotério, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira pôde constatar que a Polícia Militar trouxe da Curva do S corpos de dezenove mortos e não trouxe nenhum dos feridos que estavam caídos na pista[39]. Estes trabalhadores feridos, que não podiam se locomover ou estavam inconscientes, também não continuaram na pista, conforme se depreende de vários depoimentos de trabalhadores, que, ao retornarem ao acampamento, somente encontraram na área da pista e nas laterais o corpo de Antônio Costa Dias (Depoimento de Nílton Castilhos da Silva, processo 786/96, p.938). A conclusão que se chegou é que os vários trabalhadores feridos que permaneciam na pista, inconscientes ou sem condições próprias de locomoção e que foram observados e contados pelo Major PM José Maria Pereira de Oliveira, foram sumariamente executados por policiais militares das duas tropas reunidas.

As investigações policiais e os laudos de exame cadavérico nos dezenove corpos, revelaram inúmeras lesões provocadas por tiros certeiros a curta distância e ferimentos provocados por instrumentos corto-contusos[40], ambos em regiões vitais do corpo humano. O Legista Nelson Massini que analisou os corpos, concluiu que a PM matou a sangue frio, usando armas de fogo de diversos calibres, foices, facas, facões, machados, pedaços de paus, etc. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/04/96. p.02). A perícia concluiu que 10 dos 19 trabalhadores assassinados foram executados à queima roupa. Execução sumária. "Assassinados a sangue frio", conforme divulgou o Jornal do Brasil, em sua edição de 19/04/96, (p.11).

[39] Entre os 19 que foram transportados na caminhonete, estava Inácio Pereira, que se fingiu de morto para sobreviver. Algum tempo depois foi encontrado no local do massacre o corpo do 19º trabalhador e levado para Curionópolis (p. 5.111).
[40] Facas, facões, foices, machados, etc.

Alguns trabalhadores e também as principais lideranças do Movimento escaparam de serem assassinados por muito pouco. Pedro Vercildo Pereira, 26 anos, após ser atingido por vários tiros pelo corpo, se fingiu de morto para escapar vivo "os soldados me jogaram em um amontoado de cadáveres, pensando que eu também tivesse morrido e tive que passar alguns minutos sem respirar para não chamar a atenção" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19/04/96, p.03). Inácio Pereira, 56 anos, foi arrastado e colocado entre os corpos, "me fingi de morto por mais de uma hora". Ele foi colocado na caminhonete com os mortos para serem levados para Curionópolis. Disse em depoimento que: "foi colocado na caminhonete e transportado para Curionópolis. [...] que quando estava entre os mortos ouviu um sem-terra dizer: "meu povo é do pit-dog". [...] ouviu que foi dado um tiro pois não podia ver; que o tiro foi dado no que estava em cima do depoente; que a roupa do depoente foi molhada por sangue logo após ter ouvido o tiro" (p. l.5111). Seu filho, Raimundo Alves Pereira, 29 anos, não teve a mesma sorte. Ele nem era acampado, naquele dia foi até a curva do S, levar algumas coisas para seu pai. Em meio ao fogo cruzado, foi atingido mortalmente quando tentava fugir. (ZERO HORA, 25/04/96. p.05).

Algumas lideranças do MST não se encontravam no local naquele momento. Oziel Pereira, uma das jovens lideranças do movimento que se encontrava na curva do S, se escondeu em uma das casas para fugir do tiroteio. Segundo relatos de várias testemunhas, num determinado momento, ao sair da residência, foi dominado pelos policiais militares identificados como Pargas, Pinho e Vanderlan, após ter sido algemado, foi arrastado pelos cabelos e, durante a condução, recebeu uma coronhada de fuzil nas costas que o levou ao chão. Relataram ainda, que um policial que o conduzia, segurou Oziel pelo cabelo, enquanto outro disparou sua arma em direção à cabeça da vítima. A testemunha Luiz Vanderlei Ribeiro da Silva, afirmou em depoimento, que viu o Major PM OLIVEIRA, disparar por duas vezes seu revólver contra Oziel. De acordo com o laudo, Oziel foi morto com 03 tiros disparados na cabeça e pescoço, de traz para a frente (CORREIO BRASILIENSE, 23/04/96, p.10). A intenção da PM de assassinar as lideranças do MST ficou clara nas palavras do Major Oliveira, em entrevista concedida logo após o massacre: " É pena que não estejam no meio dos mortos o Totô e o Ferraz[41], que são inconsequentes" (OPINIÃO, 19-25/04/96, p.02).

[41] Eram duas das principais lideranças do MST na região de Parauapebas.

## II.7 - "Missão cumprida, ninguém viu nada[42]".

Missão cumprida, ninguém viu nada, foi com essa frase que o Coronel Pantoja deu por encerrada a missão que resultou em 19 mortos e mais de 70 gravemente feridos. Duas professoras estaduais, Conceição Holanda e Ana Azevedo, que passavam pelo local no momento da ação, relataram à imprensa que os policiais militares comemoraram a "vitória" depois do massacre. "Acabamos com os terroristas", diziam eles (JORNAL O LIBERAL, 26/04/96. p.09). "Pareciam soldados que voltavam de uma guerra com países inimigos" (O GLOBO, 27/04/96, p.06). Relataram ainda que dois policias militares à paisana que viajavam com elas em um ônibus, se juntaram ao batalhão comandado pelo Coronel Pantoja e atiraram contra os sem-terra.

O fato dos comandantes da PM que chefiaram o massacre, terem dado ordens para que os mortos fossem retirados imediatamente do local, alterando assim o cenário do crime, levantou suspeitas sobre o real número de sem-terras mortos. Inúmeras testemunhas deram declarações afirmando que a PM teria escondido vários corpos, inclusive, de mulheres e crianças. Entre as testemunhas, estavam as professoras de Belém, que permaneceram no local durante todo o tempo do massacre (O LIBERAL, 23/04/1996, p.05). A equipe da CPT de Xinguara, recebeu uma denúncia que um carro transportando corpos, teria entrado na fazenda Porangaí, localizada próximo da vila Rio Vermelho, a suposta ocultação de cadáver, levou o Ministério Público a abrir um procedimento investigatório, mas sem resultado conclusivo (O LIBERAL, 24/04/1996, p. 05). O padre jesuíta, Luiz Muraro, que fazia acompanhamento pastoral aos sem-terra acampados, divulgou à época que, de acordo com seus levantamentos o número de mortos era de 32 (JORNAL DO BRASIL, 22/09/1996, capa). Mesmo com todos os indícios apontados, não houveram investigações conclusivas da polícia civil ou do MP, nenhum outro corpo foi localizado, e nenhuma ocorrência policial de desaparecimento de pessoas chegou a ser feita.

A alteração da cena do crime, a ausência de cautelas das armas e o não uso das tarjetas de identificação por parte dos policiais, comprometeram as investigações que se seguiram após o Massacre. Esse artifício usado pela PM dificultou a individualização das condutas e a identificação dos policias que praticaram os crimes. Mesmo com a afirmação do Coronel Pantoja declarando que cumpriu ordens dadas pelo Comandante da PM (Fabiano Lopes), pelo Secretário

[42] Frase dita pelo Coronel Mário Colares Pantoja no final do Massacre. Jornal Zero Hora, edição de 25/04/96, p.02.

de Segurança Pública (Paulo Sete Câmara) e pelo Governador do estado (Almir Gabriel), estes, sequer foram indiciados ou denunciados pelos crimes cometidos. "A Procuradoria se diz convicta de que não há nexo causal entre a ordem dada pelo Governador Almir Gabriel, de mandar desobstruir a PA 150, e a conduta dos militares que executaram a operação", divulgou O Liberal em sua edição de 24/09/1997, p.05.

Embora, várias provas tenham sido colhidas apontando a participação dos fazendeiros na operação, nenhum deles foi responsabilizado. O Jornal O Estado de São Paulo, noticiou na edição de 26/04/96, que fazendeiros de Parauapebas teriam financiado a ação da PM, com transporte, dinheiro e armas. Dizia o Jornal que entre as armas apreendidas, várias eram particulares e sem registro. A testemunha Ricardo Marcondes[43], acusou o proprietário da fazenda Macaxeira de ter feito uma coleta entre os fazendeiros no valor de 100 mil reais, para repassar ao comando da operação (OPINIÃO, 20/04/1996, p.03). O Jornal Folha de São Paulo, na edição de 04/05/1996, afirmava que a "a Polícia Federal já tinha os nomes de cerca de 20 fazendeiros acusados de participar da coleta de dinheiro para financiar a Polícia Militar e matar líderes dos sem-terra em Eldorado dos Carajás" (p.11). Empregados da fazenda Macaxeira teriam auxiliado os policiais no massacre usando fardas da PM (O GLOBO, 27/04/1996, p.05). O motorista Pedro Abílio que conduziu um dos ônibus com a tropa de Marabá, declarou que na viagem de Marabá até Eldorado dos Carajás, a rota foi desviada. O Coronel Pantoja, acompanhado do proprietário da fazenda Macaxeira, ordenou que o ônibus dirigido por ele, entrasse na sede da fazenda Peruano, de propriedade da família Mutran. Após conversa no interior da sede, um trator da fazenda seguiu os ônibus até o local da interdição.

O motorista relatou ainda que duas pessoas, sujas de sangue, foram trazidas pelo coronel Pantoja da curva do S para o quartel em Marabá, logo após o Massacre. Dias depois, após pressão da imprensa, o Coronel João Paulo Vieira admitiu que se tratava de dois policiais militares infiltrados no grupo dos sem-terra pelo serviço de inteligência da PM (A PROVINCIA DO PARÁ, 01/06/96, p.02). Na audiência com o Governador do Estado, dias antes do massacre, os fazendeiros afirmaram que pagavam duas pessoas que se mantinham infiltradas no acampamento do MST para lhes repassar informações sobre as decisões do Movimento.

[43] Ricardo era gerente da fazenda São Carlos localizada no município de Xinguara, Pá.

Logo após o massacre deu-se início a um movimento que tinha como objetivo isentar os policias de responsabilidade pelas mortes e criminalizar o MST. O primeiro embate ocorreu no momento de fazer as necropsias sobre os cadáveres. Desconfiados das ligações dos legistas do Pará com os policiais militares, as entidades de direitos humanos solicitaram que o renomado legista, Nelson Massini[44], fizesse a análise dos corpos. Ao chegar em Marabá, as autoridades do estado, o proibiram de ter acesso aos corpos. Foi necessário que Paulo Sérgio Pinheiro, representante da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, intervisse para garantir o trabalho de Massini.

O legista concluiu que a PM matou a sangue frio, usando armas, foices, facas, pedaços de paus, etc., e que 10 dos sem-terra assassinados, foram executados à queima roupa (O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/04/96, p,02). A reação de setores ligados à Segurança Pública não demorou, contrataram outro legista, Badan Palhares[45], para confeccionar outro laudo. As conclusões de Badan foram que: "42% das vítimas morreram em razão de extensos ferimento produzidos por armas brancas" dessa forma os policias militares envolvidos no massacre não tiveram qualquer responsabilidade pelos ferimentos "já que as forças policiais de Belém, há muito tempo, aboliram essas armas como meio de combate" (CAROS AMIGOS, nº 05, Novembro de 1999. p.15). Badan sugeriu, dessa forma, que houve um confronto e não um massacre e que os próprios sem-terra teriam sido responsáveis pelas mortes de vários de seus companheiros. Sobre o laudo e as afirmações de Badan, Massini foi categórico:

> Isso é uma aberração. Não houve confronto. Os sem-terra foram imobilizados covardemente. Sem possibilidade de defesa. [...] não nos interessa se um sem-terra atirou a primeira pedra ou não, porque ninguém morreu ali de pedrada. Os sem-terra não morreram em confronto, morreram subjugados e imobilizados nas mãos da polícia militar" (CAROS AMIGOS, nº 05, 11/1999. p.15 e 17).

Dois dias após o Massacre, o então presidente do INCRA, Raul do Valle, declarou ao Jornal Província do Pará que o MST era culpado pelo Massacre, pois "os líderes do Movimento sabiam que existia solução para o assentamento das famílias na fazenda Macaxeira, mas ocuparam uma estrada impedindo o trânsito na área"(19/04/1996). O presidente do Sindicato dos

[44] Nelson Massini, é perito e professor de Medicina Legal da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
[45] Fortunato Antônio Badan Palhares, graduado pela F.C.M. UNICAMP, com especialização em Medicinal Legal e Anatomia.

Produtores Rurais de Marabá, o médico Carivaldo Ribeiro, quando entrevistado antes do primeiro julgamento dos comandantes, afirmou: "Massacre? Não houve Massacre. Morreu pouca gente. É... Até que morreram poucos por aquilo que eles fizeram. Obstruir uma estrada é coisa grave... Vocês no Sul acham que essa história teve muita importância aqui em Marabá, não é? Pois não causou impacto nenhum. Nossa forma de pensar aqui é outra. (CAROS AMIGOS, nº 05, novembro de 1999). Reforçando a tese do confronto, os principais meios de comunicação, apenas reproduziam as imagens onde os sem-terra avançavam contra os policiais arremessando paus e pedras contra eles.

Mesmo após o Massacre, o INCRA do Pará não desistiu do seu plano de convencer as família sem-terra representadas pelo MST a receberem lotes e serem assentadas no Tuerê e a desistirem da luta pela desapropriação da fazenda Macaxeira. Conforme divulgou o Jornal Correio do Tocantins em sua edição de 03 a 09 de maio de 1996, o executor da Unidade Avançada do INCRA de Marabá, procurava convencer alguns dissidentes e grupos de famílias que estavam aterrorizadas com a violência sofrida a aceitarem a proposta do INCRA. O órgão oferecia transporte, lona, cestas básica, lote, assentamento imediato e liberação de créditos de apoio. Um grupo de aproximadamente 50 famílias, lideradas por um dissidente do Movimento conhecido como "Geléia" aceitou o convite do INCRA foi deslocado para o Tuerê, mas, a maioria absolutas das famílias, seguiram as orientações do MST, não aceitou a proposta e se manteve firme na luta pela Macaxeira.

Forçado pela repercussão do Massacre, o INCRA Nacional determinou que fosse realizada nova vistoria em todo o complexo Macaxeira, dessa vez, a equipe foi montada com técnicos de outros estados. O laudo divulgado pouco mais de um mês após o Massacre concluiu que o complexo de fazendas Macaxeira era improdutivo e passível de desapropriação para fins de reforma agrária. Com a publicação do resultado, o presidente nacional do INCRA exonerou o então executor da Unidade de Marabá, Líbio Matos. Em 19 de junho de 1997, pouco mais de um ano após o Massacre, 18.089 ha da Macaxeira foram desapropriados, e ali foram assentadas 690 famílias[46]. O assentamento foi registrado como PA 17 DE ABRIL, em homenagem aos 19 sem-terra assassinados na curva do S e aos mais de 70 feridos.

[46] Sistema de Informações de Projetos de reforma agrária - SIPRA, 06/02/2015.

## CAPÍTULO III: As novas configurações da luta camponesa no período pós Massacre de Eldorado.

Nesse capítulo abordaremos o processo de organização, de luta pela terra e pela reforma agrária do MST e do movimento sindical dos trabalhadores rurais no sul e sudeste do Pará no período posterior ao massacre de Eldorado. Mostraremos os impactos do Massacre na região e fora dela e as consequências de um conjunto de políticas públicas dos governos do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB e do Partido dos Trabalhadores - PT para a reforma agrária e para a organização dos trabalhadores rurais.

### III. 1 – A luta coletiva via acampamento e a articulação do MST com a FETAGRI.

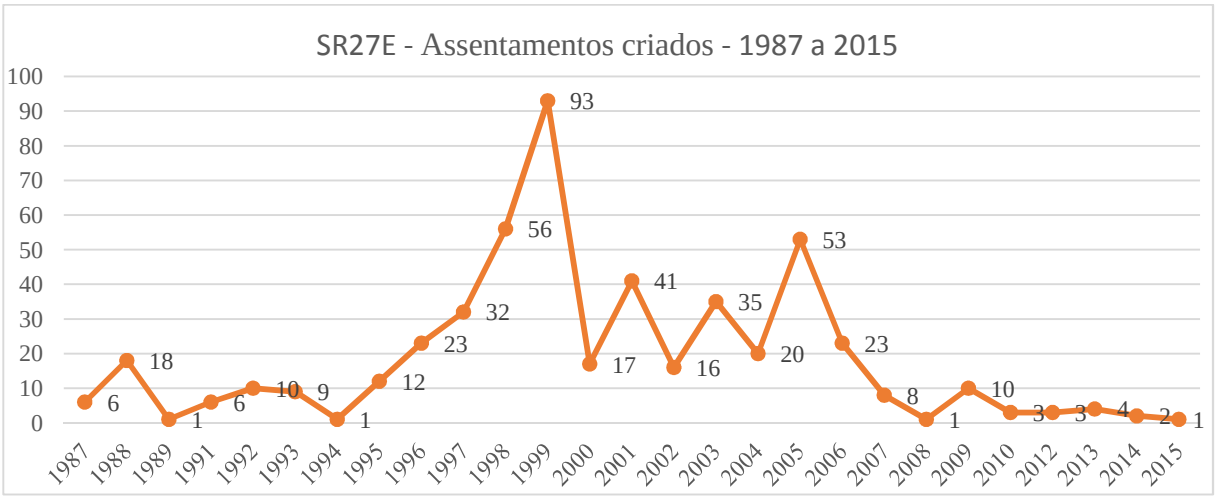
Os trabalhadores rurais que, ao longo das últimas décadas, fizeram as lutas pelo acesso e pela permanência na terra no sul e sudeste do Pará, sempre foram vítimas de um processo sistemático de violação de seus direitos (AFONSO, 2011). Ameaças, expulsões, assassinatos seletivos, chacinas e massacres foram formas de violência praticadas pelo poder público e privado contra os trabalhadores rurais com o objetivo de impedir a democratização do acesso à terra e a territorialização dos movimentos sociais do campo na região.

A violência empregada no Massacre contra o MST, não arrefeceu a luta dos camponeses pela terra, ao contrário, os anos posteriores ao Massacre de Eldorado dos Carajás foram marcados por dezenas de ocupações de terras e a criação massiva de Projetos de Assentamento. Conforme dados do INCRA, de janeiro de 1987 quando foi criado o primeiro Projeto de Assentamento na região[47], até 17 de Abril de 1996, ano do Massacre, foram criados 86 Projetos de Assentamento no sul e sudeste do estado, abrangendo uma área de 1.733.342 ha, com a capacidade para assentar 29.874 famílias. Se analisarmos o mesmo período de tempo (09 anos), logo após o Massacre, ou seja, de abril de 1996 a dezembro de 2005, foram criados 386 Projetos de Assentamento na mesma região, abrangendo uma área de 2.415.843 ha, com capacidade para assentar 55.971 famílias.[48] A partir do segundo mandato do governo Lula, o ritmo de criação de assentamentos caiu vertiginosamente, mas, no cômputo geral, é possível que em nenhuma outra

[47] O Projeto de Assentamento ARARAS, localizado no município de São João do Araguaia foi o primeiro assentamento criado na região, em 15/01/1987.
[48] Gráfico do número de famílias em anexo.

região do país os camponeses tenham avançado tanto sobre o território do latifúndio em tão pouco tempo. No total, até 31 de dezembro de 2014, foram criados 504 Assentamentos, abrangendo uma área de 4.643,820 ha com capacidade para o assentamento de 92.876 famílias.

**Gráfico 03: Assentamentos criados pela Superintendência do INCRA Marabá.**




Fonte: INCRA, SIPRA - 2015. Organização: autor.

Nos municípios de abrangência da Superintendência do INCRA de Marabá, existem ainda cerca de 130 imóveis ocupados por, aproximadamente, de 25 mil famílias abrangendo uma área de, 1 milhão e 100 mil hectares (CPT Marabá. Relação de imóveis ocupados, 2015). Ao analisarmos os dados acima, concordamos com a afirmação de Almeida (2006), que "o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no ano de 1996 foi sem sombra de dúvida, um divisor de águas na história de luta pela terra na região do Araguaia Tocantins, em particular no sudeste do Pará" (p.105).

Em relação ao uso da violência, não há dúvida que foi o capítulo mais violento dessa história. Conforme descrito no capítulo II, o que chama a atenção nesse fato foi o emprego excessivo da violência contra os trabalhadores, a partir de um processo de articulação entre os latifundiários, o Estado e a Empresa VALE com o objetivo de impedir que o MST se estruturasse no sudeste paraense. O Massacre não foi por acaso, mas parte de uma estratégia planejada de uso da violência contra os trabalhadores rurais ligados ao MST, para proteger o latifúndio, as riquezas minerais e o controle do Estado (CAROS AMIGOS, 1999, nº 05). O sul e sudeste do Pará estão entre as regiões de fronteira do Brasil, onde o processo de exploração e apropriação

das riquezas naturais – terra – floresta – minério, por parte de setores ligados ao grande capital, tem sido um dos mais rápido e violento do País (COELHO, 2015).

O efeito pretendido pelos responsáveis pelo Massacre não ocorreu. A repercussão nacional e internacional provocada pela brutalidade das mortes teve efeito inverso. O Estado brasileiro sofreu fortes pressões e teve que dar respostas imediatas. Embora tenha sido vítima de uma violência tão extremada, o MST não recuou e o fato provocou uma reação dos diferentes seguimentos da sociedade em favor das famílias e da causa defendida por elas, a desapropriação da fazenda Macaxeira. Poucos dias, após o massacre, Jorge Nery, umas das principais lideranças do MST na região assim definiu o sentimento do Movimento:

> O assassinato dos Sem-Terra acabou sendo visto como uma reação contra os pobres daquela região e o MST acabou assumindo características maiores do que a luta pela reforma agrária, pois busca a cidadania. Aquele povo vivia de cabeça baixa e não olhava para cima. Hoje um camponês sem-terra olha para cima, fala, grita e é capaz de ir para a luta buscar aquilo que sempre lhe foi negado: terra, democracia e liberdade (JORNAL SEM TERRA, maio de 1996, caderno especial, p.02).

Para Nepomuceno (2007), se houve algum incidente que claramente divida a história contemporânea da luta pela terra no Pará em períodos de “antes” e “depois” foi o Massacre brutal de 19 trabalhadores rurais do MST pela polícia no dia 17 de abril de 1996 em Eldorado dos Carajás. Para ele, esse fato, catapultou os conflitos pela terra no estado para o cenário nacional e até mesmo internacional, e intensificou o apoio da sociedade mais ampla ao MST e sua luta. Apesar de ter sido uma tragédia para as pessoas diretamente afetadas pelo evento, o massacre acabou transformando a disputa pela terra no sul do Pará de modo a beneficiar a população sem-terra da região.

Os registros de conflitos pela posse da terra na região feitos pela CPT de Marabá, expressam bem essa realidade. Os anos que antecederam o massacre (1990 a 1995), foram marcados por um baixo número de novas ocupações de terra. Os retrocessos na Constituinte, o fortalecimento da UDR e o aumento da violência contra os trabalhadores e suas lideranças, enfraqueceu a atuação do sindicalismo no sul e sudeste do Pará e diminuiu o ritmo das ocupações que marcou a década de 1980. Nos seis anos que antecederam o massacre, foram registras apenas 38 novas ocupações envolvendo 5.766 famílias. Após o massacre, a reação foi

imediata, em apenas quatro anos, foram registradas 115 novas ocupações de latifúndios, envolvendo 17.515 famílias. A tabela abaixo expressa bem essa realidade[49].

**Tabela 02: Ocupações de terras no sul e sudeste do Pará**

| ANO | OCUPAÇÕES | Nº DE FAMÍLIAS |
|---|---|---|
| 1990 | 5 | 765 |
| 1991 | 8 | 410 |
| 1992 | 4 | 1270 |
| 1993 | 5 | 379 |
| 1994 | 9 | 1840 |
| 1995 | 7 | 1102 |
| 1996 | 29 | 3.902 |
| 1997 | 20 | 4.874 |
| 1998 | 34 | 4.200 |
| 1999 | 32 | 4.619 |
| **TOTAL** | **153** | **23.351** |

Fonte: CPT de Marabá, 1999. Organização: autor

Pressionado pela opinião pública a dar uma resposta, o então Presidente da República tratou de anunciar algumas medidas, que foram determinantes para impulsionar as ações de reforma agrária na região e, consequentemente, no Brasil. No dia 29 de abril daquele ano, foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e, logo depois, a Unidade Avançada do INCRA de Marabá, foi transformada na 27ª Superintendência do órgão. A nova Superintendência passou a atuar numa área de 330.636 km2 que correspondia a 38 municípios das regiões sul e sudeste do estado. Meses após, também foram instaladas em Marabá, a Justiça Federal (JF) e o Ministério Público Federal (MPF). Dessa forma, os processos de desapropriação de terras para a reforma agrária, não precisariam mais ser protocolados em Belém e sim em Marabá. Essas medidas aproximaram mais esses órgãos do Estado da clientela da reforma agrária da região e ajudaram a impulsionar as ações dos Movimentos de luta pela terra.

Para gerir uma Superintendência composta de servidores em sua grande maioria oriundos de período militar, onde o órgão foi usado pelo aparelho da repressão como meio de chegar até aos guerrilheiros e camponeses que se opunham à ditadura, o governo escolheu, justamente, um militar aposentado, Sr. Petrus Emile Abib. A decisão foi vista pelo MST e pelos demais

[49] Confira também o gráfico de ocupações no Pará e regiões sul e sudeste no gráfico 09, p. 173.

movimentos como uma iniciativa do Governo para manter a articulação com os políticos ligados aos fazendeiros e isolar a influência dos movimentos de luta pela reforma agrária.

A atuação do superintendente, provocou um descontentamento crescente entre os movimentos sociais e as entidades de assessoria. Os representantes dos trabalhadores o acusava de ser autoritário, de ter priorizado o diálogo com prefeitos e parlamentares ligados aos proprietários de terras e de tentar isolar os movimentos sociais do campo de discussões das ações prioritárias do INCRA na região. Entre as medidas anunciadas pelo superintendente que contrariava os movimentos sociais estavam: a) a diminuição do tamanho (módulo) do lote de novos assentados para 25 hectares. b) municipalização da reforma agrária, através de descentralização de recursos e a implantação dos projetos Casulos[50]. Divulgava ainda que o INCRA teria assentado todas as famílias sem-terra da região e que as novas famílias apresentadas pelos movimentos não eram clientes da reforma agrária por terem habitação urbana. Petrus adotou uma estratégia política que buscava isolar o MST e a FETAGRI perante a sociedade e deslegitimar a luta dos trabalhadores pela reforma agrária. O superintendente tentava ainda afastar os movimentos da assessoria da CPT, não admitindo dialogar com a entidade nos processos de negociações dos trabalhadores (Nota assinada pela FETAGRI regional e pela CPT de Marabá. 20/10/1997. Arquivo da CPT). Ainda, conforme explica Assis (2014),

> A Superintendência sustentava também que as famílias que estavam nas áreas ocupadas, fossem elas organizadas pelas entidades sindicais ou pelo MST, não tinham perfil para serem assentadas. Em entrevista ao jornal O Liberal, o gestor do Incra questionava a veracidade da lista de famílias. Para ele, apenas 10% dos nomes apresentados pela FRS e MST eram clientes da reforma agrária: "o resto, era composto por donas de casa, desempregados e estudantes". Na continuação da entrevista ele afirmava "a reforma agrária não é solução para o desemprego" (ASSIS, 2014, p.212).

Os representantes dos trabalhadores se contrapunham às decisões do Superintendente, argumentando que: os primeiros assentamentos de colonos na região na década de 1970, o módulo era de 100 ha; na década de 1980 o módulo foi reduzido pelo INCRA/GETAT para 50 hectares; o novo Superintendente queria impor o módulo de 25 hectares para novos assentamentos além de introduzir um novo modelo de assentamento, o projeto Casulo. Os

[50] Modalidade criada por meio da Portaria INCRA nº 321/1997 que previa o assentamento de famílias em lotes menores em parceria com as prefeituras. Esses assentamentos, em geral, se localizavam nas periferias das cidades.

movimentos questionavam a diminuição do tamanho do lote e, ainda, a viabilidade dos projetos Casulos sob a tutela dos prefeitos por serem latifundiários ou eleitos por eles, portanto, contrários à reforma agrária. Afirmavam também que o Superintendente ignorava a existência de milhares de famílias em fazendas ocupadas e que o mesmo não conhecia a realidade da luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Denunciavam que o Superintendente era autoritário e ignorava os acordos firmados com os trabalhadores, muitos deles, feitos a partir de negociações diretas com a presidência nacional do INCRA.

As tensões crescentes entre os representantes dos trabalhadores e o Superintendente, levou a FETAGRI e a CPT a requererem uma audiência com o então presidente do INCRA, Milton Seligmann, no dia 14 de agosto de 1997. Na audiência, a CONTAG e a CPT nacional, requereram então a substituição de Petrus, por entender que não havia mais possibilidade de diálogo entre ele e os movimentos de representação dos trabalhadores da região. O presidente do INCRA assumiu o compromisso de fazer a substituição do Superintendente em 20 dias (Nota assinada pela FETAGRI regional e pela CPT de Marabá. 06/10/1997. Arquivo da CPT).

Ao ser informado da decisão, Petrus se articulou com prefeitos e deputados da região e estes solicitaram uma audiência com o Ministro Raul Jungmann em Brasília, no dia 18 de setembro do mesmo ano. Na audiência, o Ministro desconsiderou o acordo feito com os trabalhadores e assumiu o compromisso com os deputados Giovanni Queiroz, Asdrubal Bentes, Olávio Rocha e prefeitos da região, de manter o Superintendente no cargo. Indignados, os representantes dos trabalhadores divulgaram uma carta, no dia 06 de outubro, na qual afirmavam, não existir qualquer possibilidade de diálogo entre o Superintendente e os representantes do Movimento Sindical, Entidades de Apoio e o MST, pois quem tinha acesso livre no gabinete do Superintendente eram os deputados e prefeitos, e eram eles que interferiam no direcionamento da política de reforma agrária do INCRA local[51]. Conforme avalia Assis (2014), "estava em jogo uma disputa de modelos de desenvolvimento que em sua essência persistia na região por décadas: a prioridade absoluta para grandes empreendimentos agropecuários e industriais" (p.160).

[51] Carta encaminhada a parlamentares e representações nacionais dos movimentos, em 16/10/1997, arquivo da CPT de Marabá.

A descentralização das ações de reforma agrária para Marabá após o Massacre, impôs uma série de desafios para o movimento sindical ligado à FETAGRI. Embora o número de ocupações de terras feitas pelos posseiros tivesse diminuído muito nos primeiros anos da década de 1990 (conferir gráfico 09, p. 173) dezenas de imóveis ocupados ainda na década de 1980 permaneciam sem solução por parte do INCRA. Somava-se ao grande número de ocupações velhas as novas ocupações surgidas após o Massacre e o aumento dos assentamentos criados. Mesmo tendo uma imensa demanda concentrada no sul e sudeste do Pará, a FETAGRI estadual não tinha controle dessas informações. A instituição atendia os casos de acordo com a capacidade de cada grupo e/ou sindicato de fazer a pressão. Quando da criação da Superintendência do INCRA, já haviam sido criados 86 assentamentos na região, sendo 84 deles ligados à FETAGRI e, até aquela data, a quase totalidade das famílias não tinham tido acesso a nenhum crédito para habitação e fomento, acesso à assistência técnica, eletrificação rural, etc. Os poucos investimentos que chegavam até os assentamentos eram as estradas e, em muitos assentamentos para escoar a produção, as famílias eram obrigadas a aceitar a proposta do "prefeito madeireiro"[52]. A estratégia de luta dos posseiros se mostrava muito eficaz no processo de conquista da terra mas tinha muitos limites em relação à conquista de políticas públicas para permanecerem e produzirem na terra. Para Emmanuel Wambergue,

> A necessidade da estrada, do posto de saúde, do crédito, etc. não se resolve mais na boca da 20. Aí precisa de negociação. O argumento não é mais o 3t[53], precisa de informação, de aprendizado. Aí que surge o acampamento de 1997. Não havia nada nos PAs. Não acabou a luta pela terra, mas surge a luta dos assentados que se encontravam largados e perdido no meio do mato. A lógica mudou, passou a ser ocupar, criar assentamento e lutar por recursos (Entrevista concedida em 15 de fevereiro de 2016).

A centralização da FETAGRI em Belém e sua pouca capacidade de responder às demandas do interior, já vinha sendo questionada há algum tempo pelos STRs das regiões mais distantes da capital, o que levou a entidade a aprovar, em fevereiro de 1996 a criação das coordenações regionais. A criação das regionais do sul e sudeste do Pará consistiu numa iniciativa positiva, mas devido elas não terem apoio de infraestrutura e assessoria para as

[52] Expressão utilizada pelos agricultores que eram obrigados a venderem as madeiras dos seus lotes para os madeireiros em troca da construção de estradas de acesso ao lote.
[53] Expressão usada pelos posseiros no processo de enfrentamento com pistoleiros na luta pela conquista da terra, onde a espingarda calibre 20 era um símbolo da resistência armada dos trabalhadores.

questões agrárias, demoraram para funcionar. O apoio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) cedendo um espaço para o funcionamento da sede e assessorando o grupo sobre política agrícola e da CPT de Marabá na política fundiária, foi decisivo para que a regional da FETAGRI sudeste, conseguisse se estruturar e se tornar referência para o sindicalismo dessa região[54].

Além disso, a região já tinha uma experiência de organização coletiva de um grupo de sindicatos que se articulavam em torno da FATA[55]. Uma vez conseguidas essas condições, a regional sudeste da FETAGRI se propôs a enfrentar três novos desafios para o sindicalismo da região: levantar informações e construir uma pauta coletiva que sintetizasse todas as demandas dos trabalhadores de áreas ocupadas e de assentamentos existentes; organizar uma ação de massa, através de um acampamento para forçar o processo de negociação com o Governo Federal; dialogar com o MST para construir uma ação em conjunto com peso para enfrentar o INCRA e conseguir a negociação da pauta. Não era uma tarefa fácil, considerando os vários limites da atuação sindical naquele momento. Ação de massa na forma de acampamento era uma prática do MST e não do movimento sindical da região. Outros elementos interferiam na relação entre movimento sindical e o MST. Segundo Assis (2014):

> Para agravar a situação, havia divergências entre militantes do movimento (MST) e sindicalistas em relação à política partidária. Ambos se relacionavam com o PT, mas aderiam a tendências partidárias diferentes. O sindicalismo era mais próximo da tendência majoritária mais moderada do partido e o movimento, mais próximo das tendências mais radicais do partido (ASSIS, 2014, p.167).

Como forma de subsidiar as discussões e a elaboração de propostas a FETAGRI e a CPT iniciaram um levantamento minucioso da situação das áreas ocupadas e dos assentamentos criados na região sudeste. Contrariando o que atestava o Superintendente do INCRA de que não havia mais sem-terra na região, o levantamento apontou que, apenas no sudeste existam 108 fazendas ocupadas por 17.230 famílias, entre os anos de 1980 a 1997, que aguardavam a solução do conflito e assentamento das famílias. Somando as áreas ocupadas da região sul o número de

[54] A região sudeste da FETAGRI abrangia uma área de 17 municípios.
[55] Fundação Agrária do Tocantins e Araguaia, criado no âmbito do programa CAT (Cento Agroambiental do Tocantins e Araguaia).

ocupações chegava a 161 e o número de famílias a 26.232[56]. O total de área ocupada nas duas regiões era 1.151.799 ha[57]. Em relação aos assentamentos, o levantamento apontou que, em 173 PAs criados até então, 75% das famílias não tinham recebido créditos de implantação, 85% não tinham acesso ao crédito PROCERA, 88% viviam sem nenhum tipo de assistência técnica e a maioria dos assentamentos estavam isolados por falta de estradas para escoar os produtos. Outro dado que chamava a atenção, era o grande números de ocupações em Marabá e nos municípios do entorno (Eldorado, Itupiranga, São Domingos e Jacundá). Os cinco municípios juntos concentravam 64,01% das ocupações, situação que facilitava uma mobilização de massa na sede do INCRA.

**Tabela 03: Áreas ocupadas na região sudeste de 1980 a 1997**

| Município | Ocupações | Famílias | Área |
|---|---|---|---|
| Marabá | 20 | 3.740 | 193.137 |
| Brejo Grande | 01 | 45 | 1.800 |
| Palestina | 05 | 350 | 13.500 |
| Jacundá | 11 | 1.377 | 79.230 |
| Nova Ipixuna | 01 | 30 | 750 |
| São Domingos | 07 | 527 | 21.575 |
| Itupiranga | 22 | 2.097 | 99.149 |
| São Geraldo | 04 | 547 | 11.180 |
| Piçarra | 03 | 1.660 | 56.000 |
| Eldorado | 10 | 3.147 | 71.050 |
| Canaã | 03 | 1.320 | 39.274 |
| Curionópolis | 02 | 140 | 8.000 |
| Bom Jesus | 02 | 250 | 7.627 |
| São João do Araguaia | 04 | 787 | 27.370 |
| Rondon | 04 | 325 | 18.150 |
| Dom Eliseu | 04 | 493 | 22.573 |
| Parauapebas | 05 | 395 | 44.600 |
| **TOTAL** | **108** | **17.230** | **714.965** |

Fonte: CPT de Marabá, 1998. Organização: autor.

Concluído o trabalho e elaborada a pauta com o conjunto das demandas, o desafio foi posto à mesa: o movimento tinha que reunir forças para exigir a exoneração do Superintendente e negociar uma extensa pauta de reivindicações. Enquanto as lideranças das ocupações e dos assentamentos apoiavam a proposta feita pela FETAGRI Regional de uma grande ação de massa

[56] A grande maioria dessas ocupações ocorreram na década de 1980 e nos anos de 1996 e 1997.
[57] INCRA, setor fundiário, 23/04/1998. Arquivo CPT.

na forma de acampamento, a direção estadual da FETAGRI e muitos dirigentes sindicais dos municípios se posicionavam contra a iniciativa. A liderança dos novos sindicalistas que estavam à frente da Regional da FETAGRI, na pessoa de seu coordenador, Francisco de Assis Solidade da Costa e o apoio dado pela CPT de Marabá, foram decisivos na aprovação da proposta. Nesse momento de embate interno no sindicalismo, a CPT de Marabá desempenhou um papel fundamental no sentido de potencializar a ação da Regional para a luta de massa. Essa estratégia política e o trabalho de base feito junto aos trabalhadores das áreas ocupadas e dos assentamentos criados conseguiram reunir um número muito grande de lideranças dessas áreas. Dessa forma, criou-se um fórum[58] mais amplo de debate que fugia ao controle dos presidentes dos Sindicatos e da direção estadual da FETAGRI. Aprovada a proposta pelos representantes das ocupações e dos assentamentos, o acampamento foi marcado para o dia 09 de outubro de 1997. A ação durou 18 dias e teve a participação de cerca de 5 mil trabalhadores da FETAGRI e do MST. Após muitos momentos de tensão com fechamento do INCRA, impedimento de saída de servidores, ida em Brasília, ameaça de ação policial, conseguiu-se chegar um acordo. O Superintendente foi exonerado, foi mantido o módulo médio de 50 hectares para assentados de ocupações novas e até 100 hectares para as ocupações velhas, aumento de recursos para créditos e infraestrutura destinados aos assentados e compromisso de desapropriar ou arrecadar 90 fazendas ocupadas e assentar as famílias. Outra conquista importante, foi a garantia da participação dos representantes da FETAGRI e do MST na distribuição dos recursos do ano seguinte. Um fato inédito, pois os Movimentos, até ali, sequer sabiam dos recursos existentes na Superintendência destinados para as ações de reforma agrária. A avaliação feita no final do acampamento deixou clara sua importância:

> O acampamento foi um marco histórico na luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no sul e sudeste do Pará, região marcada pela violenta luta pela terra, onde já foram assassinados 159 trabalhadores nos últimos anos. A organização, o número de acampados e a disposição para a luta superou todas as expectativas. Isto prova que os trabalhadores entendem que a reforma agrária se faz com organização e luta o que falta é capacidade de muitas lideranças de captar esta energia e investir na mobilização. Como diz Francisco de Assis da FETAGRI Regional "as lideranças precisam soltar os freios e deixar o povo se manifestar". [....] Reafirmamos, a experiência do acampamento constituiu um passo decisivo na articulação dos STRs da região sudeste, na organização de lutas conjuntas entre MST e Movimento Sindical, possibilitando a construção

[58] O Fórum foi denominado de FERA (Fórum das Entidades pela Reforma Agrária) e era composto pelos representantes das associações dos projetos de Assentamento existentes, os coordenadores de ocupações e acampamentos, representantes dos STRS e das entidades de apoio e assessoria aos Movimento Sindical.

> de novas alternativas de pressão para a implantação da reforma agrária. Os trabalhadores estão cada vez mais conscientes que além da luta pela terra é necessário brigar pelas condições necessárias para permanecer na terra com dignidade. Esta experiência é fruto de um trabalho de organização de base, feito com coragem e determinação pela coordenação da FETAGRI Regional em conjunto com a equipe da CPT local, com o apoio decisivo das demais entidades (CEPASP, FASE, CNS, SDDH, FATA) que atuam na região na luta pela reforma agrária (CPT/FETAGRI, 27/11/1997).

Conforme constataram os representantes da FETAGRI e da CPT, o acampamento de 1997 representou um marco na história do movimento sindical no sul e sudeste do Pará. A importância dessa ação não foi apenas em função das conquistas conseguidas, mas pelas transformações provocadas nas ações e concepções do movimento sindical a partir daquele momento como: maior autonomia da coordenação regional da FETAGRI em relação a sua presidência sediada em Belém, a regional sudeste se tornou referência no processo organizativo e político do sindicalismo do sul e sudeste, superação das divergências e consolidação de uma estratégia de lutas com o MST, unificação da pauta de luta pela terra com a de políticas públicas para os que já conquistaram a terra, maior controle sobre os recursos do INCRA destinados para as ações de reforma agrária impondo uma prática de orçamento participativo no âmbito da Superintendência e mudanças na estratégia de ação do sindicalismo em relação a ocupações de terra e criação de assentamento.

O processo de construção do acampamento e a mobilização conjunta com o MST, ajudou o movimento sindical a repensar sua estratégia de ação na luta pela reforma agrária no sul e sudeste do Pará, na relação com a imprensa, no uso dos símbolos, na proximidade com o urbano, a assimilar um novo jeito de fazer a luta pela terra na forma de acampamento "debaixo da lona preta" e a adotar as ações de massa como meio de fazer o enfrentamento com o poder público e defesa da reforma agrária. Conforme explica Assis (2014) a presença do MST na região impôs um repensar dos símbolos e dos instrumentos de comunicação das entidades sindicais. Citando Medeiros, os termos “posseiros” e “trabalhadores rurais” foram sendo substituídos por “sem-terra”, “agricultores familiares” e “assentados”. Essa construção de novas identidades, [...], foi no entanto, fruto de um processo mais amplo desencadeado em nível nacional a partir dos anos 90 (2013, p.195). Para Pereira (2013), "o *acampamento* tornou-se uma ferramenta política importante não só para o MST, mas também para diversos STRs, e, sobretudo, para a FETAGRI

Sudeste que reproduziu, em pequenas escalas, as experiências realizadas de ocupação do espaço em frente ao INCRA" (p. 210). Fernandes (2004), sintetiza bem essa nova realidade:

> Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São formas de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do Movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. [...] Agora, o espaço de luta e resistência chama-se *Acampamento*. A inversão do sentido da conflitualidade criou um novo fato e ganha as páginas dos jornais. Essa forma de organização espacial causa um impacto na paisagem, demonstrando que aquelas famílias querem mudar suas realidades. Agora, ninguém pode ignorar essas pessoas. Elas estão juntas reivindicando condições dignas de vida. Nem as estatísticas, nem os discursos políticos, nem as teorias poderão ignorá-las. (FERNANDES, 2004, p. 22 e 46).

A aproximação do MST com a FETAGRI, criou força suficiente para se contrapor às ofensivas do INCRA e dos setores políticos ligados aos pecuaristas na condução das ações de reforma agrária no sul e sudeste do Pará. Essa unidade em torno da luta iniciou por um entendimento entre as lideranças desses movimentos. Nas ocupações, ainda havia muita desconfiança entre os dois segmentos, e as tensões e conflitos eram frequentes entre trabalhadores ligados aos dois movimentos. Um desses conflitos ocorreu no processo de ocupação da fazenda Bamerindus[59], iniciado em março de 1997. Por meio de um acordo com o INCRA, o MST deslocou o acampamento Oziel Pereira[60], com cerca de 1.200 famílias que estava localizado na área da floresta nacional de Carajás (Cinturão Verde), sob o controle da CVRD, para a fazenda Bamerindus. Ocorre que posseiros ligados aos STRs de Eldorado, Piçarra e São Geraldo do Araguaia já tinham iniciados a ocupação da área. A demora do INCRA em promover o assentamento das famílias acampadas fez com que os posseiros se apropriassem da maior parte da área, inviabilizando o assentamento de todas as famílias acampadas do MST. Para não entrar em conflito com os posseiros, o Movimento decidiu se retirar da área, no entanto, das 1.200 famílias, levadas para o local, pouco mais de 200 aceitaram acompanhar o MST na saída. Outro conflito ocorreu na ocupação da fazenda Carajás no município de Parauapebas, em setembro de 1997 (CPT de Marabá. Violência no Campo. Relatório - 1997). Dois grupos de trabalhadores, um ligado à FETAGRI e outro ligado ao MST, disputavam o controle da área. O

[59] Fazenda de 59 mil hectares e propriedade do Banco Bamerindus; com a falência do Banco, o imóvel foi arrecadado pelo Banco Central e repassado ao INCRA para a reforma agrária.
[60] Acampamento Oziel Pereira, em homenagem ao líder do MST assassinado pela polícia militar na curva do S em 17/04/1996.

conflito se arrastou sem uma solução por parte do INCRA e, no dia 27 de dezembro de 1998, dois trabalhadores ligados ao STR de Parauapebas, Francisco Fonseca da Silva e José Antônio de Sousa, foram assassinados por um grupo liderado por Valdemar que tinha ligações com o MST.

No final do mês de abril 1999, FETAGRI e MST voltaram a ocupar novamente o INCRA. Além de reivindicarem mais recursos para os assentamentos, desapropriações de áreas ocupadas, cumprimento de acordos já firmados, etc., os Movimentos protestavam contra as mudanças na política de reforma agrária propostas pelo Governo Federal, com a denominação de "Novo Mundo Rural"[61]. Após o Massacre de Eldorado, em 17 de abril de 1996 até final de 1999, devido às pressões da FETAGRI e do MST, houveram avanços significativos em relação a desapropriações/arrecadações de terras para criação de assentamentos, liberação de recursos para os assentados e mudança de postura na gestão do INCRA em relação aos Movimentos. Nesse período, a Superintendência criou 199 novos PAs, com capacidade de assentamento para 37.634 famílias, tendo sido regularizadas no período 28.815 famílias.

**Tabela 04: Assentamentos criados pelo INCRA de Marabá.**

| ANO | PAs CRIADOS | CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO | FAMILIAS EM RB |
|---|---|---|---|
| 1996[62] | 19 | 4.408 | 3.829 |
| 1997 | 31 | 10.326 | 6.703 |
| 1998 | 56 | 11.812 | 8.481 |
| 1999 | 93 | 11.088 | 9.802 |
| **TOTAL** | **199** | **37.634** | **28.815** |

Fonte: INCRA - 2015. Organização: autor

Apesar dos avanços conquistados no período após o massacre, através de desapropriação/arrecadação de áreas e criação de novos assentamentos, maioria absoluta das famílias consideradas assentadas pelo INCRA, não tinham tido ainda acesso aos benefícios voltados para os assentamentos. Os Movimentos viam nas mudanças propostas pelo governo uma ameaça de manter as famílias excluídas dessas políticas públicas. Conforme pode ser observado na tabela abaixo, até o ano de 1999, nos 219 assentamentos até então criados pelo

[61] Programa do Governo Federal, lançado em 1999, voltado para os assentamentos rurais que propunha um conjunto de mudanças nas políticas até então existentes, orientadas para a inserção dos agricultores no mercado.
[62] Após 17 de abril de 1996, data do Massacre de Eldorado.

INCRA, apenas 31,77 % tinha tido acesso a crédito Fomento, 11,81% tinham tido acesso ao crédito Habitação, 12,50% tinham tido acesso ao crédito de Incentivo à Produção e apenas 10,70% tinham Assistência Técnica.

**Tabela 05: Famílias assentadas com acesso aos benefícios da reforma agrária, até o ano 1999**

| BENEFÌCIO | Nº DE FAMILIAS BENEFICIADAS | Nº DE FAM. NÃO BENEFICIADAS | TOTAL ASSENTADAS |
|---|---|---|---|
| Alimentação | 17.143 | 42.070 | 59.213 |
| Fomento | 18.813 | 40.400 | 59.213 |
| Habitação | 6.994 | 52.690 | 59.213 |
| Procera | 7.404 | 51.806 | 59.213 |
| Demarcação | 6.523 | 52.690 | 59.213 |
| Assistência técnica | 6.341 | 52.972 | 59.213 |

Fonte: CPT e FETAGRI, 1997. Organização: autor

Através de uma circular que convocava os trabalhadores para o acampamento, a FETAGRI e a CPT, explicavam de forma detalhada as mudanças que estavam sendo propostas para a reforma agrária e os motivos dos descontentamentos:

> O governo quer acabar com o processo de desapropriação das terras através do INCRA. Para isto, está implantando o Banco da Terra, ou seja, quem não tem terra vai ter que pegar dinheiro emprestado do Banco, a juros de 8% ao ano, para comprar a terra diretamente do fazendeiro. Se o agricultor não pagar em 10 anos perderá a terra para o Banco e não poderá receber outro tipo de crédito; O Ministro já anunciou o fim do crédito PROCERA, todos os assentados vão ter que recorrer ao PRONAF, com juros 50% mais caros e uma burocracia muito maior, dificilmente os agricultores terão acesso a esses recursos. Estão estudando também uma forma de entregar o projeto LUMIAR para as prefeituras, isto certamente significará o fim desse programa de assistência técnica; O INCRA mudou o valor dos créditos de implantação: o Alimentação diminuiu de R$ 400,00 para R$ 200,00, o Fomento de R$ 1.025,00 para R$ 500,00 e o Habitação de R$ 2.500,00 para R$ 1.900,00. Para piorar ainda mais, o INCRA anunciou que só terão direito a esses créditos, os assentamentos criados a partir de 1997. Os agricultores também não pegarão mais no dinheiro, tudo vai passar através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, a serem criados pelas prefeituras; O INCRA não fará mais demarcação de lotes, será repassado R$ 400,00 por família e o assentado se responsabilizará em contratar uma firma para fazer o serviço; no ano passado eram 118 Projetos de Assentamento, e o INCRA liberou 63 milhões de reais para créditos e obras de infraestrutura nos assentamentos; este ano são 219 assentamentos e o governo só liberou 19 milhões (CPT/FETAGRI, 18/05/1999).

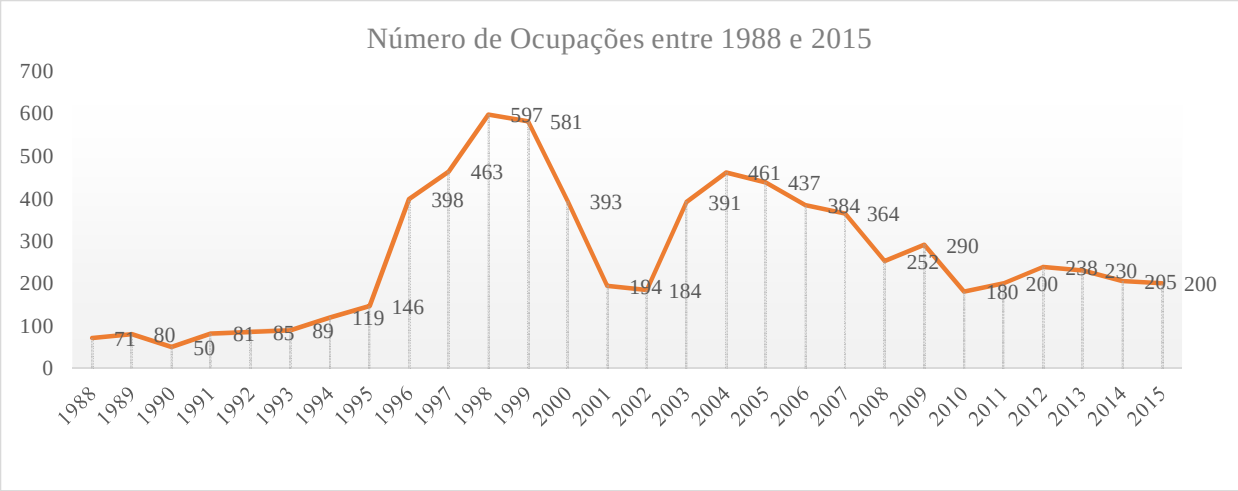
Após 20 dias de acampamento que teve a participação de 9 mil trabalhadores de áreas ocupadas e de assentamentos, os Movimentos conseguiram modificar várias das medidas previstas para serem implantadas naquele ano. No documento final de avaliação dos avanços conseguidos no processo de negociação com o INCRA, os Movimentos pontuaram as principais conquistas:

> O acampamento foi uma resposta à nova política de Reforma Agrária do governo. Os trabalhadores demonstraram total oposição às propostas do "Novo Mundo Rural" e mandaram um recado claro para as prefeituras: caso os prefeitos aceitem essa nova política, os acampamentos passarão da sede do INCRA para as Prefeituras. Os resultados dos 20 dias de luta foram positivos: para investimento nos Assentamentos, estava previsto um orçamento de R$ 19.000.000,00 (dezenove milhões) e os trabalhadores conseguiram aumentar para R$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões); para desapropriação e aquisição de terra estavam destinados apenas R$ 30.000.000,00 (trinta milhões) e os trabalhadores conseguiram aumentar para R$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões); liberação de recursos na ordem de R$ 2.000.000,00 (dois milhões) do Programa de Educação para a reforma agrária - PRONERA - para atender jovens e adultos de 28 Assentamentos; garantia do tamanho do lote nos Assentamentos, mínimo de 25 hectares e máximo de 100 hectares; repasse para a FETAGRI de todos os laudos de vistoria feitos nas fazendas desapropriadas para reforma agrária; elaboração de nova modalidade de convênio, entre INCRA, prefeituras e FETAGRI para evitar a má aplicação dos recursos e desvios de dinheiro; garantia de que nenhum Projeto de Assentamento da região seja emancipado até que todos os assentados tenham acesso a todos os seus direitos; e vários outros acordos específicos (CPT/FETAGRI, 18/05/1999).

Esses avanços estavam relacionados ao contexto nacional de crescente pressão do MST, da CONTAG e de outros Movimentos de luta pela terra, sobre o Governo Federal, obrigando-o a inserir na pauta política a questão agrária. Os episódios do Massacre de Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), provocaram uma crescente pressão nacional e internacional sobre o Governo, resultando numa combinação de ofensiva dos Movimentos de representação dos trabalhadores rurais, principalmente o MST. A Marcha Nacional[63] pela reforma agrária organizada pelo MST e os Gritos da Terra[64], organizados pela CONTAG, forçaram o Governo a agilizar um conjunto de ações voltadas para a política de reforma agrária. No primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, as ocupações de terras tiveram crescimento acelerado em todo o Brasil, conforme pode ser observado pelo gráfico abaixo.

[63] A marcha do MST realizada em 1997 reuniu mais de 1 milhão de trabalhadores e trabalhadoras rurais em Brasília.
[64] Mobilização anual da CONTAG onde são reunidos trabalhadores rurais de todas as Federações dos estados.

**Gráfico 04: Ocupações de terra no Brasil de 1988 a 2015.**




Fonte: Banco de dados da CPT NACIONAL, 2015. Organização: autor

Conforme explica Alentejano (2004), frente à incapacidade de derrotar o MST no seu primeiro mandato, o Governo FHC, intensificou o programa de assentamentos fortalecendo a atuação do INCRA e do MDA, investiu na propaganda no sentido de convencer a sociedade que o Governo estava fazendo sua parte assentando todas as famílias sem-terra, e centrou as críticas aos métodos de atuação do MST, taxando-o como um Movimento radical. Essa estratégia do Governo FHC para a questão agrária no seu primeiro mandato não funcionou, conforme explicou Fernandes (2003):

> Na verdade, quanto mais assentamentos o Governo implantava, mais a luta pela terra se espacializava e territorializava, porque por meio desses processos, os camponeses se (re)criam. Essas ações são possibilidades políticas de (re)criação do campesinato. E recriação quer dizer intensificação da questão agrária (FERNANDES, 2003, p.14).

Ainda segundo Alentejano (2004), no seu segundo mandato, o Governo FHC mudou sua tática de enfrentamento, escolheu outros campos de disputa, numa tentativa de reverter o quadro politicamente desfavorável que o mesmo foi posto no primeiro mandato do ponto de vista da questão agrária, resultando num efetivo reposicionamento do debate acerca do tema no país. No ano de 1999, visando dar respostas à questão agrária, o Governo lançou um conjunto de políticas denominadas de "Novo Mundo Rural" que tinham como objetivo reorientar e unificar a políticas do INCRA e MDA voltadas para o campo, visando transformar o trabalhador rural

assentado em agricultor viável economicamente.[65] Entre as várias medidas contidas no plano, três delas se destacavam: a criação do Banco da Terra para se contrapor ao processo crescente de desapropriações, a municipalização das ações de reforma agrária atribuindo às prefeituras a responsabilidade por grande parte das ações de reforma agrária e o corte de recursos para o programa de crédito e assistência técnica. Esse conjunto de medidas, tinha como objetivo frear os avanços das ações do movimentos sociais, principalmente o MST, no campo da reforma agrária. Para os representantes dos trabalhadores e pesquisadores do campo agrário, tratava-se de uma reação do governo no sentido frear os avanços da reforma agrária. Nas palavras de Fernandes (2003):

> Para tolher essa luta popular secular, o governo adotou nova tese e criou um "Novo Mundo Rural", onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é "natural", na integração ao capital e ao mercado (FERNANDES, 2003, p.14).

No dia 16 de julho de 2000, FETAGRI e MST dão início ao terceiro acampamento na frente do INCRA. De acordo com documento divulgado pelos Movimentos, a manifestação dos trabalhadores era para exigir: a) cumprimentos dos acordos firmados com o INCRA no GRITO DA AMAZÔNIA[66] no mês de maio daquele ano; b) celeridade nas vistorias e desapropriações das áreas ocupadas pelos trabalhadores; c) aumento de recursos para a reforma agrária na região; d) apuração de irregularidades praticadas pelo INCRA já denunciadas pelos trabalhadores[67]. O descontentamento principal dos Movimentos dessa vez, embora não tenham expressado na convocatória, foi em relação aos encaminhamentos políticos administrativos do então Superintendente do INCRA, Vítor Hugo da Paixão Melo. Devido a entendimentos políticos com os prefeitos da região, o Superintendente, desrespeitou um acordo firmado com a FETAGRI no início de maio de 2000, sobre a distribuição de recursos do orçamento do INCRA para obras de infraestrutura para os assentamentos. A manutenção do acordo com os prefeitos, fragilizava a atuação dos Movimentos provocando um retrocesso nas conquistas até ali consolidadas.

> Ficou claro para todos que a estratégia adotada pelo Sr. Vitor Hugo (Superintendente) é de tentar quebrar a FETAGRI e fortalecer prefeitos e outras organizações que não fecham com a posição desta Federação. Na avaliação do conjunto dos sindicatos das duas regiões ou vamos para a luta para revertermos

[65] *www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/.../relatividades_95-99.pdf.*
[66] Mobilização anual da FETAGRI Pará, onde reunia os representantes de todos os STRs do estado.
[67] Convocatória divulgada em 14/07/2000.

> o processo ou entramos num processo de fragilização (FETAGRI/CPT. Convocatória, 07/06/2000).

O acampamento teve duração de 13 dias e a participação de aproximadamente, 8 mil trabalhadores. Ao final da negociação, o então Superintendente foi exonerado do cargo e os acordos reafirmados (OPINIÃO, 29-31/07/2000, p. 15).

As políticas anunciadas pelo Governo Federal, no ano de 1999 através do programa Novo Mundo Rural impactaram o processo de criação de novos assentamentos a partir do ano 2000. Em termos comparativos, a média de famílias assentadas no governo FHC nos três anos anteriores (1997-1999) foi de 73.741 famílias. Nos três anos seguintes (2000-2002), a média caiu para 31.304 famílias[68].

Já em relação às ocupações de terras as medidas não foram suficientes para frear as ações dos Movimentos Sociais. Conforme dados da CPT, nos anos de 1999 e 2000, foram registrados 974 novas ocupações em latifúndios em todo o país (confira gráfico na página anterior). Embora tenha havido uma ligeira diminuição do número de novas ocupações comparado com os dois anos anteriores (1.060 ocupações), os dados ainda mostravam que essa era a principal ação dos Movimentos de enfrentamento com os ruralistas e com o Governo. Com o objetivo de interferir diretamente nessa ação estratégica dos Movimentos, o Governo FHC decidiu intensificar as políticas ofensivas de criminalização contra o MST e demais organizações dos trabalhadores rurais. Em maio de 2000, o Governo publicou a Medida Provisória nº 2.027-38, que criminalizava as ocupações de terras. O objetivo era reverter o número de ocupações no país. A MP nº 2.027-38, foi substituída em agosto de 2001 pela MP nº 2.183-56, que se converteu na Lei nº 8.629/1993, já no governo Lula, que proibiu o INCRA de desapropriar os imóveis ocupados pelos trabalhadores. Assim estabeleceu o § 6º do art. 2º dessa Lei:

> O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações (BRASIL, 1993).

[68] DATALUTA: Banco de dados da luta pela terra. 2013. www. jct.unesp/br/nera

As alterações na Lei previam também que, as pessoas que participassem dessas ocupações de terra ou de prédios públicos, seriam excluídas do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal e as organizações identificadas nesses atos estariam excluídas de receber, a qualquer título, recursos públicos.

Conforme explica Oliveira (2015), na esteira da MP o Governo via MDA editou várias portarias, entre elas a de nº 62 de 27/03/2001, que determinava a exclusão dos assentados da reforma agrária que participasse de “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais e de prédios públicos”. Implantou também, o cadastramento via correio, para as famílias sem-terra que pretendiam serem assentadas, a "reforma agrária pelo correio", veiculada pelos meios de comunicação, afirmando que "a porteira está aberta para a reforma agrária, é só entrar e inscrever-se” (p.144). Para enfraquecer a atuação do MST o Governo incentivou a criação de novos Movimentos Sociais no campo que não adotavam a ocupação de terras como estratégia de luta. Por outro lado, a grande imprensa, articulada com o Governo, intensificou a propaganda antirreforma agrária, criminalizando as principais lideranças do MST e buscando desmontar o apoio da população conferido ao MST e a reforma agrária após os Massacres de Corumbiara e Eldorado e a Marcha Nacional a Brasília.

Um dos principais objetivos do Governo FHC, com esse conjunto de medidas era reverter o número de ocupações de terra no país, que tinha subido mais de 300% nos quatro primeiros anos de seu mandato de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (confira gráfico na p.102). A ocupação de latifúndios e de prédios públicos eram os principais mecanismos de pressão sobre o Governo para agilizar as ações de reforma agrária. A nova ofensiva do Governo, dessa vez conseguiu seu objetivo. Nos dois últimos anos do Governo FHC (2001-2002), foram registradas apenas 378 novas ocupações em todo o Brasil (confira gráfico p. 102). As medidas forçaram os Movimentos a deslocarem os acampamentos para o lado de fora das cercas das propriedades, como mostra gráfico da página 107.

Todas as vezes que os Movimentos ultrapassavam os limites das propriedades para pressionarem o INCRA, os proprietários ingressavam na Justiça para impedir a vistoria e o andamento do processo de desapropriação. Fortaleceu, dessa forma, a estratégia dos ruralistas de judiciarizar a questão da reforma agrária. Cada vez que havia uma ocupação os proprietários

ingressavam com ações na Justiça para impedir o processo de desapropriação ou arrecadação do imóvel. Além de terem de enfrentar o conservadorismo do Poder Judiciário na questão agrária, o julgamento das ações passou a levar anos. O caso da ocupação da fazenda Tibiriçá nas proximidades de Marabá no ano 2002 por famílias sem-terra ligadas ao STR de Marabá é um exemplo dessa nova realidade. Após as ações judiciais percorrerem todas as instâncias do Poder Judiciário, a imissão de posse que autorizou o INCRA a criar o assentamento na área, só saiu em dezembro de 2015 mais de 13 anos depois. Cansados de tanto tempo de esperar, muitas famílias desistiram de acampar, diminuindo drasticamente as ocupações e acampamentos no final do Governo FHC.

### III. 2 - A questão agrária no Governo do PT e a atuação dos Movimentos de luta pela terra.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, com o lema "a esperança venceu o medo[69]", renovou os ânimos de milhões de pessoas que viviam em situação de pobreza no Brasil. No meio rural, as expectativas foram ainda maiores; afinal, Lula foi um retirante nordestino e líder sindical que conhecia a realidade do campo brasileiro e a necessidade de uma reforma agrária. A certeza das famílias sem-terra e dos Movimentos Sociais que atuam no campo era alimentada pelas palavras do próprio Lula que, em suas campanhas para presidente, afirmara que, se fosse eleito, faria a reforma agrária "com uma canetada só", além de criticar duramente o Governo que o antecedeu:

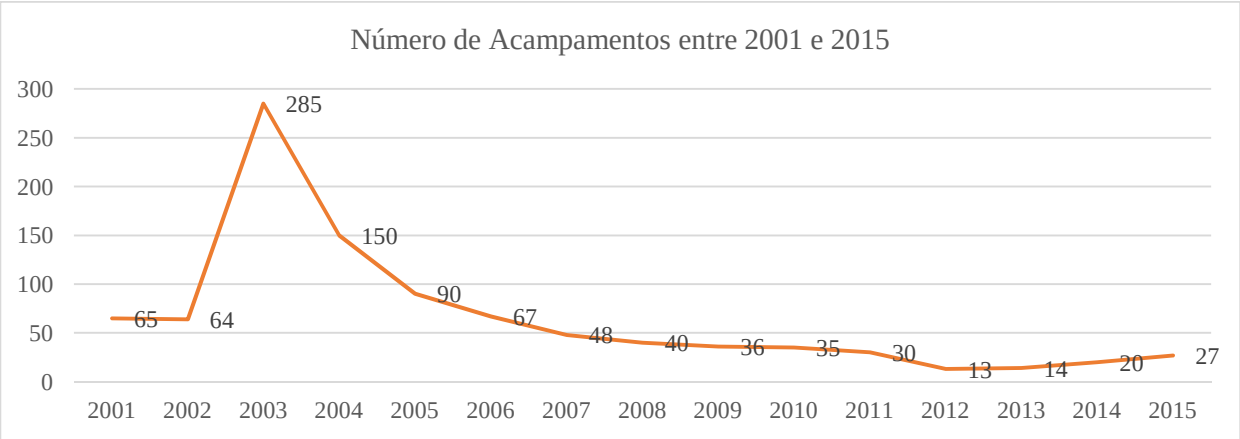
> Não se justifica num país, por maior que seja ter alguém com mais de 30 mil alqueires de terra! Dois milhões de hectares de terras! Isto não tem justificativa em nenhum lugar do mundo! Só no Brasil. Porque temos um Presidente covarde, que fica na dependência de contemplar uma bancada ruralista a troco de alguns votos. (CAROS AMIGOS, 2000, p.12).

A resposta das famílias sem-terra à expectativa foi imediata. De acordo com dados da CPT, os dois últimos anos do Governo FHC, foram registradas, em média, 189 novas ocupações de terra envolvendo 26.539 famílias. Já nos dois primeiros anos do Governo LULA, a média de ocupações saltou para 429 envolvendo 69.604 famílias (confira gráfico, p. 102) e o número de

[69] Lema da campanha de Lula à presidência em 2002.

acampamento[70] saltou de 129 para 435 no mesmo período (confira gráfico abaixo sobre acampamentos).

**Gráfico 05: acampamentos de 2001 a 2015. Brasil**




Fonte: Banco de dados da CPT NACIONAL. Ano 2015. Organização: autor

Nas regiões sul e sudeste do Pará, o ritmo das ocupações seguiu a tendência nacional, registrando uma média de 16 novas ocupações de terras, envolvendo 1.200 famílias, nos dois últimos anos do Governo FHC e nos dois primeiros anos do Governo, esses dados pularam para 27 ocupações e 5.570 famílias[71]. Ainda de acordo com o monitoramento feito pela CPT, em 2003, 124.634 famílias passaram a residir debaixo da "lona preta" em acampamentos e/ou ocupações, num total de 623.170 pessoas. O total de conflitos atingiu um patamar nunca antes visto: 1.690 conflitos envolvendo mais de um milhão de pessoas (CPT Nacional. Setor de documentação, 2015).

Animados com os ventos da esperança e as perspectivas de retomada das ações de reforma agrária, os movimentos sociais do campo das regiões sul e sudeste do Pará, reivindicaram que o cargo de Superintendente do INCRA de Marabá, fosse ocupado por um técnico com experiência na questão agrária e não por uma pessoa escolhida por critério exclusivamente político. Ocorre que o PT em nível nacional, definiu outro critério para o

[70] A partir de 2001, a CPT Nacional passou a registrar em seu banco de dados, ACAMPAMENTOS separado de OCUPAÇÕES, devido aos impactos da Medida Provisória nº 2.183-56 que proibia a vistoria e desapropriação de imóveis ocupados. Em geral, ocupação se dá quando as famílias ingressam na propriedade e acampamento quando as famílias se instalam do lado de fora dos limites da propriedade, em uma pequena parcela no seu interior ou na beira das estradas.
[71] Os dados incluem acampamentos e ocupações.

preenchimentos dos cargos públicos nos órgãos que ficaram sobre o controle do partido. Através de acordo interno ficou definido que o preenchimento dos cargos seria dividido entre as tendências do PT de acordo com a representação interna de suas correntes.

Inconformados com a decisão do PT, o MST e a FETAGRI voltaram a montar acampamento e ocupar as dependências do INCRA de Marabá em meados de março de 2003. A exemplo dos acampamentos anteriores, os movimentos tentavam fazer valer suas reivindicações pela força de seu poder de organização. Mas, o primeiro acampamento no Governo do PT não teve a mesma força que os acampamentos anteriores, menos de 3 mil trabalhadores participaram da ação. Alguns fatores contribuíram para isso: muitas lideranças rurais eram ligadas à tendência do Partido que reivindicava o controle da Superintendência e, por essa razão, decidiram não participar da mobilização; na divisão dos cargos coube à tendência do Partido, ligada à FETAGRI Pará (Articulação Socialista), o controle da Superintendência do INCRA de Belém, com isso, a direção estadual da entidade atuou no sentido de esvaziar a pressão dos trabalhadores acampados em Marabá. Após 20 dias de ocupação, prevaleceu a decisão do Partido e o INCRA de Marabá ficou sob o controle de uma corrente interna do PT, chamada de PT pra Valer que tinha forte atuação na área da educação, mas, nenhuma experiência na questão agrária.

A diminuição do número de trabalhadores no acampamento, refletia também um problema interno em relação à representatividade dos Movimentos, principalmente da FETAGRI. Os recursos liberados junto ao INCRA, a partir de meados da década de 1990, para as famílias assentadas, exigiam para sua aplicação a existência de uma pessoa jurídica, no caso uma associação, que representasse as famílias beneficiadas. O crescimento do número de assentamentos e as crescentes conquistas de benefícios através das ações de massa, provocou uma corrida pela criação das associações e uma disputa pelo controle das mesmas. Para se ter uma ideia do surgimento explosivo das associações, durante os acampamentos, a FETAGRI e a CPT faziam o registro das associações presentes. A tabela abaixo expressa bem essa realidade.

**Tabela 06: Nº de associações nos Projetos de Assentamento**

| ANO | Nº DE ASSOCIAÇÕES |
|---|---|
| 1997 | 28 |
| 1998 | 250 |

| | |
|---|---|
| 1999 | 300 |
| 2000 | 336 |

Fonte: FETAGRI/CPT, 1997-2001.

Com tantas associações criadas, a FETAGRI não tinha qualquer condição de acompanhar todas elas e nem de fazer trabalho de formação para manter o vínculo destas com a Federação. Além disso, a proliferação das associações provocou mudanças na estrutura organizativa dos STRs. Conforme explica Assis (2014):

> [...] as associações foram criadas no espaço das comunidades e assentamentos se sobrepondo a estrutura tradicional da organização sindical, a delegacia sindical. As associações, pela sua natureza jurídica e poder de representar os agricultores em diferentes situações, tirou o sentido das delegacias sindicais, base de sustentação do sindicalismo nas comunidades e assentamentos (ASSIS, 2014, p.176).

Durante os acampamentos a FETAGRI priorizava a distribuição dos recursos conquistados com aquelas associações que participavam da mobilização e, com isso, tentava manter a sua representatividade. Ocorre que, os recursos conquistados não atendiam as demandas de todos os assentamentos e muitas associações voltavam insatisfeitas para suas localidades. Outro aspecto a ser considerado é que, no final do governo de FHC, servidores do INCRA passaram a incentivar a criação de grupos de associações independentes, denominadas de Centrais de Associações como forma de enfraquecer a capacidade de mobilização do sindicalismo e do MST. As Centrais de Associações eram contrárias ao sindicalismo ligado à FETAGRI e se propunham a construir outra estrutura em oposição ao sistema CONTAG.

Ao assumir o governo em 2003, as correntes internas do PT no Pará passaram a filiar esses grupos em suas tendências para ampliar suas forças internas no Partido e com isso ganharem mais espaço no controle político do INCRA. Além disso, algumas correntes do Partido, dividiam o controle político da FETAGRI e exerciam muita influência sobre o MST. Dessa forma, o MST e principalmente a FETAGRI regional perderam força nos processos de mobilizações coletivas com o objetivo de pressionar o Governo.

A nível nacional, os movimentos de representação dos trabalhadores, pressionaram o Governo a nomear para a presidência do INCRA um técnico que fosse mais comprometido com as concepções de reforma agrária defendidas pela Via Campesina.[72] Conforme explica Oliveira (2015), no início do Governo Lula, existiam duas diferentes concepções de reforma agrária em disputa: uma sustentada pela secretaria agrária do PT que defendia a reforma agrária como política social compensatória, auxiliar do Fome Zero[73] e outra defendida pelos movimentos que viam a reforma agrária como política de desenvolvimento social e político, visando a soberania alimentar do país. Foi nomeado então para o INCRA nacional, Marcelo Resende que defendia o modelo sustentado pelos movimentos da Via.

Uma das exigências dos Movimentos e entidades de assessoria, foi a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária e para essa tarefa foi escolhido para coordenar uma equipe de trabalho o ex-deputado Federal Plínio de Arruda Sampaio. Ao apresentar a proposta do Plano de assentar um milhão de famílias em quatro anos e de mexer na estrutura fundiária do país, o Governo Lula recuou e não aceitou se comprometer com a proposta. Marcelo Resende foi exonerado da presidência do INCRA, restabelecendo, dessa forma, a concepção de reforma agrária defendida pela secretaria agrária do PT e por setores ligado à CONTAG e CUT. A decisão do presidente Lula refletia os rumos tomados no processo de alianças para se chegar ao Governo. Razão que levou o Governo a não romper como a concepção de reforma agrária de mercado imposta pelo Banco Mundial ao Governo brasileiro centrada no programa Cédula da Terra, no Banco da Terra e nos leilões de terras, bem como, na redução do ritmo de obtenção de terras via desapropriação por interesse social. A ampla aliança política do Governo Lula, incluiu os latifundiários e parcelas dos setores empresariais mais conservadores do campo na própria equipe ministerial, trazendo para dentro do Governo a contradição social relacionada com a luta pela terra[74].

Embora o Governo tenha assumido o compromisso de cumprir as metas estabelecidas no plano, isso não ocorreu. Conforme explica Oliveira (2006), o II PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária, previa assentar 400.000 famílias através da desapropriação, aquisição e

[72] Articulação internacional da qual participam os movimentos representativos de camponeses e entidades de apoio com atuação mais no campo da esquerda.
[73] Programa de combate à fome criado pelo Governo Federal no primeiro mandato do presidente Lula.
[74] Para o Ministério da Agricultura foi nomeado o ministro Roberto Rodrigues, um dos principais pensadores e articuladores do agronegócio.

arrecadação de imóveis; regularizar em suas posses 500.000 famílias e liberar crédito fundiário que beneficiasse 150.000 famílias, totalizando um milhão e cinquenta mil famílias em quatro anos. No final do primeiro mandato de Lula, o MDA anunciou ter assentado 519.111 famílias. No entanto, ao analisar os dados, Oliveira, constatou que, apenas 183.318 famílias foram assentadas em áreas objeto de desapropriação, arrecadação ou aquisição de áreas sob o domínio do latifúndio (consideradas de fato como ação de reforma agrária). As outras 335.793 famílias que apareciam como assentadas, foram oriundas de regularização fundiária, reordenação fundiária e reassentamentos[75].

Tanto no Governo do PSDB quanto no Governo do PT, o jogo de números sempre tentou esconder a ausência de uma política de reforma agrária. O primeiro contabilizava o número de famílias assentadas pela capacidade das áreas desapropriadas/arrecadadas ou adquiridas no ano em exercício e o segundo somava todas as famílias cadastradas em RB (Relação de Beneficiários da reforma agrária) durante o ano, em áreas novas ou em assentamentos já existentes. A tabela abaixo ilustra bem essa realidade.

**Tabela 07: Assentamentos criados pelo INCRA de Marabá**

| ANO | PAs CRIADOS | CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO | FAMILIAS EM RB |
|---|---|---|---|
| 1996[76] | 19 | 4.408 | 3.829 |
| 1997 | 31 | 10.326 | 6.703 |
| 1998 | 56 | 11.812 | 8.481 |
| 1999 | 93 | 11.088 | 9.802 |
| **TOTAL** | **199** | **37.634** | **28.815** |

Fonte: INCRA, SIPRA - 2015. Organização: autor.

Como pode ser observado na tabela, apenas nos anos de 1996 a 1999 a SR27 desapropriou/arrecadou uma área suficiente para assentar 37.634 famílias, no entanto, no mesmo período, o órgão só conseguiu colocar em RB 28.815 famílias. O total de 8.819 famílias permaneceram nos assentamentos, mas sem serem incluídas na relação de assentados[77]. Para o

[75] Regularização fundiária (famílias que ocupam terras públicas); Reordenação fundiária (substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos mas não incluídas em RB); Reassentamento (famílias atingidas por barragens, projetos de mineração, etc.).
[76] Após o Massacre de Eldorado.
[77] Não estando em RB essas famílias ficaram impossibilitadas de terem acesso a algumas políticas públicas (crédito, assessoria técnica, título, etc.), destinadas para assentados de reforma agrária.

Governo FHC, no período, foram assentadas 37.634 famílias. No Governo Lula, a SR-27 passou a priorizar a regularização dessas famílias e a inseri-las como novos assentados da reforma agrária. Essa estratégia foi posta em prática em todas as superintendências o que inflacionou os números de assentamento no primeiro mandato do governo Lula. Em ambos os Governos, as famílias beneficiárias de regularização fundiária ou reassentamento, também foram incluídas nos dados de famílias assentadas. Os dados abaixo da SR27 de Marabá, exemplificam a estratégia adotada pelo Governo.

**Tabela 08: Famílias assentadas no sul e sudeste do Pará nos 3 primeiros anos do governo Lula**

| Ano | Número oficial | PAs criados | Famílias assentadas | Diferença |
|---|---|---|---|---|
| 2003 | 3.868 | 35 | 2.155 | 1.713 |
| 2004 | 9.175 | 20 | 1.197 | 7.978 |
| 2005 | 8.196 | 53 | 5.445 | 2.751 |
| **TOTAL** | **21.239** | **108** | **8.797** | **12.442** |

Fonte: INCRA[78] Pesquisa: Oliveira (2006). Organização: autor.

Conforme os dados acima, nos três primeiros anos do Governo Lula, o INCRA de Marabá assentou oficialmente 21.239 famílias, no entanto, os imóveis desapropriados/arrecadados no período, tinham área suficiente para assentar apenas 8.797 famílias. As demais 12.442 famílias foram incluídas no número de assentados a partir da inclusão em RB de famílias existentes em assentamentos criados antes de 2003 (reordenamento fundiário). Conforme bem explica Oliveira (2015) essa manipulação dos números pelo MDA/INCRA é que inflacionou os dados de assentados no governo Lula, "assim, no governo Lula o dado oficial é de 614.088 famílias, porém, fazendo-se a desagregação deles chega-se apenas a 223.028 famílias novas assentadas (p.08). À época houve reação do MST:

> Assim como a política econômica do Governo Lula, a política de reforma agrária nada tem de original e repete os mesmos passos do Governo FHC: inflaciona os verdadeiros números de assentamentos utilizando a prática de contabilizar a reposição de lotes em assentamentos antigos como novos assentamentos; em deixar famílias vivendo em assentamentos precários no norte do país em terras públicas, que beneficiam principalmente grileiros. No intuito de provar que estaria fazendo a reforma agrária. Reforma agrária é desconcentrar a propriedade da terra e resolver os problemas dos pobres do campo (Nota do MST, 22/12/2005).

[78] *www.incra.gov.br/relgeren_127511*

Outro aspecto que chamou a atenção de Oliveira foi a grande quantidade de famílias assentadas na Amazônia, especialmente no estado do Pará. No ano de 2006, o Governo Lula anunciou ter assentado 136.358 famílias, desse total, 81.573 apenas na região Norte, ou seja, 78% das famílias assentadas foram nos estados da Amazônia. Só no estado do Pará foram 60.638 famílias, quase 50% de todas as famílias assentadas em todo o Brasil. Apenas na SR30 de Santarém foram assentadas 34 mil famílias. Áreas ocupadas há décadas por comunidades ribeirinhas, pescadores, etc. e terras públicas não ocupadas foram transformadas em assentamentos de reforma agrária sem qualquer estudo prévio. Se por uma lado, os defensores da criação dos assentamentos alegavam que era uma forma de demarcar o território dessas famílias, e permitir que elas pudessem ter acesso aos benefícios da reforma agrária; por outro, essa iniciativa foi vista como uma forma de favorecer a exploração madeireira, a expansão futura de pastagens em lugar da floresta e o favorecimento da expansão do agronegócio na Amazônia. Oliveira (2010), ao analisar os assentamentos criados no Governo Lula, concluiu que:

> Assim, a política de reforma agrária do Governo do PT está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa "ajudar" o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. (OLIVEIRA, 2010, p.20).

Na área de abrangência da Superintendência do INCRA de Marabá, essa realidade foi denunciada pela CPT de Marabá. No período do primeiro mandato (2003-2006), 50% das famílias assentadas foram nos municípios de Pacajá, São Félix do Xingu e Santana do Araguaia[79], ou seja, em áreas de terras públicas, distante dos centros urbanos. Centenas de famílias foram jogadas no meio da mata a dezenas de quilômetros da sede desses municípios. Sem estrada e sem apoio por parte do órgão e castigadas pela malária, as famílias acabaram ficando reféns dos madeireiros e obrigadas a devastar a floresta para fazer plantio, transformar seus lotes em pastagens e vender mais tarde para fazendeiros.

O progressivo abandono das ações de reforma agrária como forma de enfrentamento da concentração da terra no Brasil pode ser constatado pelo número de decretos de desapropriação de latifúndios expedidos nos Governos do PSDB e do PT. O aumento na expedição de decretos

[79] A reforma agrária no sul e sudeste do Pará no Governo Lula. 04/02/2011. Arquivo da CPT de Marabá.

só ocorreu nos momentos de maior pressão: período pós Massacre e primeiros anos do Governo Lula. Em relação às desapropriações de terra, mecanismo constitucional criado para "punir" os latifúndios improdutivos e que não cumprem com sua função social, o Governo do PT não conseguiu, sequer, superar os tímidos resultados do Governo do PSDB. De acordo com os dados do INCRA (2015), nos oito anos do Governo FHC, foram desapropriados e incorporados em assentamentos 3.536 imóveis com área de 10.277.380 ha. Nos oito anos do Governo Lula, foram desapropriados 1.987 imóveis com área de 4.237.984 ha. Nos quatro anos do primeiro mandato da presidenta Dilma, o Governo Federal incorporou ao programa de reforma agrária, uma área de 2.956.208 ha e assentou apenas 107.300 famílias (O GLOBO, 30/05/2015). Para o Governo de um partido que, historicamente, defendeu os direitos dos camponeses, é um resultado vergonhoso. Os números expressam o grau de importância da política de reforma agrária no Governo do PT , ou seja, importância quase nenhuma.

**Tabela 09: Desapropriações nos Governos do PSDB e do PT.**

| Decretos de Desapropriação emitidos pelos Governos de FHC e Lula. | | | |
|---|---|---|---|
| Unidade | | | |
| A N O/ GOVERNOS | Número de Famílias que poderiam ser assentadas | Área total dos imóveis desapropriados- hectares | Número de Imóveis Rurais desapropriados pelos decretos |
| 1995/ FHC | 26.403 | 1.181.927 | 200 |
| 1996 | 56.076 | 2.012.589 | 562 |
| 1997 | 58.141 | 1.850.976 | 610 |
| 1998 | 64.718 | 2.248.488 | 845 |
| 1999 | 38.592 | 1.190.978 | 499 |
| 2000 | 18.746 | 556.702 | 281 |
| 2001 | 22.815 | 753.361 | 309 |
| 2002 | 14.138 | 480.639 | 226 |
| | **299.629** | **10.275.660** | **3.532** |
| 2003/Lula | 13.587 | 407.342 | 191 |
| 2004 | 24.936 | 863.810 | 387 |
| 2005 | 24.934 | 980.163 | 400 |
| 2006 | 16.965 | 554.770 | 327 |
| 2007 | 5.369 | 207.481 | 101 |
| 2008 | 13.893 | 529.610 | 243 |
| 2009 | 8.925 | 413.670 | 183 |
| 2010 | 8.540 | 321.525 | 158 |
| | **117.149** | **4.278.371** | **1.990** |

Fonte: INCRA - DT/Gab/Monitoria - 14/dez/2012

Em relação ao assentamento de famílias sem-terra, no primeiro mandato da presidenta Dilma, a situação se agravou ainda mais. Mesmo usando a mesma estratégia de contabilizar as famílias assentadas, o número de assentamento despencou.

> Quanto ao governo Dilma Rousseff, segundo os dados disponíveis no site do INCRA em 16/07/2015, em 2011 foram 20.021 famílias que o INCRA afirmou ter assentado, porém somente 6.961 famílias estavam em assentamentos novos, o restante foi regularização fundiária e reconhecimentos de assentamentos antigos. Em 2012, oficialmente o órgão informou ter assentado 23.075 famílias, mas desagregados os dados, chegou-se a apenas 6.307 famílias em assentamentos novos. Em 2013, oficialmente foram anunciadas 30.239 famílias, porém, os dados desagregados revelam tão somente 9.809 famílias e em 2014, o número oficial foi de 32.019, mas, a cruel realidade é que se assentou apenas 8.325 famílias em assentamentos novos, a verdadeira reforma agrária. Portanto, nos quatro anos do primeiro mandato Dilma assentou oficialmente pelo INCRA 107.354 famílias, mas, a pura verdade é que o número foi muito menor 31.402 famílias. A única conclusão possível, é que seu governo é inteiramente um Governo do e para o agronegócio (OLIVEIRA, 2015, p.08).

As consequências dessa política foram extremamente grave para os milhares de famílias que acreditaram na possibilidade da reforma agrária no Governo do PT. Conforme explica Oliveira (2006), mais de 150 mil famílias que estavam acampadas em 2003 continuam acampadas em 2007. Somando-se a elas o contingente que foi para os acampamentos entre 2004 e 2006, chega-se ao total de mais de 240 mil em baixo das lonas pretas à espera da reforma agrária que não veio.[80] No sul e sudeste do Pará, a situação não foi diferente, conforme tabela abaixo, durante os 12 anos de Governo do PT, houve diminuição drástica nas desapropriações e assentamentos de famílias sem-terra. No período, foram assentadas apenas 15.208 famílias, enquanto 40.489 foram para debaixo da lona preta na esperança de serem assentadas. Mais de 25 mil famílias ainda continuam acampadas esperando um dia serem assentadas.

[80] http://www.radioagencianp.com.br/node/2523. Acesso, terça-feira, 10 de novembro de 2015.

**Tabela 10:Assentamentos e ocupações na área da SR27 de 2003 a 2014**

| Ano | PAs criados | Famílias assentadas | Desapropriações | Famílias em acampamentos e ocupações. |
|---|---|---|---|---|
| 2003 | 35 | 2.155 | 30 | 7.016 |
| 2004 | 20 | 1.197 | 09 | 4.127 |
| 2005 | 53 | 5.445 | 29 | 8.141 |
| 2006 | 23 | 3.169 | 08 | 5.686 |
| 2007 | 08 | 660 | 06 | 3.319 |
| 2008 | 01 | 206 | 01 | 2.297 |
| 2009 | 10 | 771 | 07 | 4.992 |
| 2010 | 03 | 290 | 03 | 2.173 |
| 2011 | 00 | 00 | 00 | 768 |
| 2012 | 03 | 604 | 01 | 317 |
| 2013 | 04 | 466 | 02 | 497 |
| 2014 | 02 | 245 | 01 | 1.156 |
| **TOTAL** | **162** | **15.208** | **97** | **40.489** |

Fonte: INCRA, 2015; CPT Marabá, 2015. Organização: autor.

No ano de 2011, após o assassinato do casal de extrativistas, José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva em Nova Ipixuna, os Movimentos de representação dos trabalhadores (MST, FETAGRI e FETRAF), com o apoio da CPT, decidiram montar um acampamento na sede do INCRA em Marabá para exigirem agilidade no processo de assentamento das famílias acampadas, liberação de recursos para infraestrutura e créditos nos assentamentos, etc. Foi o segundo acampamento em 12 anos de Governo do PT no INCRA de Marabá e reuniu mais de 6 mil trabalhadores durante 15 dias. A insatisfação dos Movimentos era justificada pelo péssimo desempenho do INCRA de Marabá e pelo recrudescimento da violência contra os trabalhadores na região[81]. Naquele ano, nenhum imóvel foi desapropriado, nenhum assentamento foi criado e nenhuma família foi assentada. Um recorde negativo nos 18 anos de existência da Superintendência. Por outro lado, pesava as denúncias de corrupção no órgão, através de enriquecimento ilícito dos principais gestores, negociatas com fazendeiros para inviabilizar as desapropriações e arrecadações de terras públicas (CPT Marabá, 2015. Dossiê sobre irregularidade no INCRA). Após mais de 10 dias de acampamento, o INCRA nacional sequer aceitou enviar uma equipe de Brasília para negociar a pauta dos Movimentos. As lideranças tiveram que se deslocar até Brasília para uma audiência com o ministro do MDA, não

[81] Em 2011 a CPT registrou 12 assassinatos no campo no Pará, sendo 07 deles na área de abrangência da SR27.

houve negociação dos itens da pauta. Ao final do acampamento, os resultados foram frustrantes. Não houveram avanços e nem comprometimento do Governo com as principais reivindicações dos trabalhadores acampados. Foi o último acampamento realizado pelos Movimentos no INCRA de Marabá.

A ausência de resultados nas negociações dos Movimentos acampados em Marabá, era o reflexo de uma realidade nacional. A partir do segundo mandato do presidente Lula, uma série de mudanças começaram a serem implantadas no INCRA, esvaziando suas atribuições e enfraquecendo sua atuação. Se em 1997 quando os Movimentos se uniram pela primeira vez numa ocupação, quase todas as suas reivindicações (desapropriação, arrecadação, crédito, assistência técnica, infraestrutura, energia rural, abastecimento de água, etc.) eram de atribuição do INCRA. Em 2011, muitas delas já não eram mais negociadas no órgão. Oliveira (2010) classificou essas mudanças como "a contrarreforma agrária do Governo petista no segundo mandato de Lula"(p.26).

Uma das principais medidas de esvaziamento do poder do INCRA foi a criação do programa Terra Legal. Atendendo às pressões do setor ruralista, o Governo Lula transformou um Projeto de Lei (PL 2278 de 24/10/2007) de autoria do então deputado federal Asdrúbal Bentes[82] da bancada ruralista do Pará, na Medida Provisória nº 422/08 que depois, se converteu na Lei nº 11.763/08, através da qual foi criado o programa Terra Legal. A nova legislação permitiu a regularização de áreas com até 1.500 hectares objeto de grilagem e ocupação ilegal na Amazônia Legal. Ou seja, fazendeiros e madeireiros que cometeram crimes de desmatamento ilegal muitas vezes com emprego de mão de obra escrava, falsificaram documentos públicos[83] (grilagem) e se apropriaram ilegalmente de terras públicas (Lei no 4.947/1966),[84] foram anistiados pelos crimes ambientais praticados até julho de 2008[85], tornaram-se "detentores de terra de boa-fé" e adquiriram o direito de regularizar essas terras em seus nomes ou em nomes de "parentes". Assim, milhões de hectares de terras públicas na Amazônia que poderiam ser arrecadadas e destinada para a Reforma Agrária, conforme prescreve a Constituição Federal no seu artigo

[82] Asdrubal Bentes já foi Superintendente do INCRA no Pará e era deputado federal eleito por Marabá.
[83] Art. 297 do CP. *Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro. Pena: de 02 a 06 anos e multa.*
[84] Lei no 4.947/1966. *Art. 20º - Invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos estados e dos municípios: Pena: detenção de 6 meses a 3 anos.*
[85] O novo Código Florestal (12.651/12) anistiou os desmatadores que cometeram crimes ambientais até julho de 2008.

188[86], passaram a ser regularizadas beneficiando o setor ruralista e abrindo caminhos para a expansão do agronegócio na Amazônia. Para Oliveira (2015):

> Essas ações [...] tiveram como consequência direta o maior crescimento da área apropriada pelos latifúndios privados na história do Brasil. As Estatísticas Cadastrais do INCRA de 2010, divulgadas no final do segundo mandato de Lula mostravam que durante seus dois mandatos, ou seja, de 2003 a 2010 as grandes propriedades de particulares tinham aumentado cerca de 92,0 milhões de hectares, ou seja, passaram de 146,8 milhões de hectares em 2003 para 238,9 milhões de hectares em 2010. Enquanto que o crescimento destas mesmas grandes propriedades de particulares entre 2010 e 2014, foi de 5,8 milhões de hectares, quando alcançou 244,7 milhões segundo as Estatísticas Cadastrais de 2014. Dessa forma, nos dois mandatos de Lula os latifúndios privados cresceram 62,7% e no primeiro mandato de Dilma Rousseff cresceram mais 2,5%, totalizando nos três mandatos do governo do PT [...], o percentual de 66,7% ou 97,9 milhões de hectares. Nem durante os governos militares, a grande propriedade teve esse crescimento (OLIVEIRA, 2015, p.07).

O programa Terra Legal não só retirou do INCRA as atribuições de arrecadar as terras públicas federais para a reforma agrária, mas, também, grande parte dos servidores do órgão foram deslocados para tocar o programa de regularização. Não houve mais concurso público para cargos no INCRA e, mesmo com a tímida inserção de novas famílias assentadas a cada ano o orçamento do órgão foi cada vez menor. Os dados mostram ainda o abandono do Instituto da desapropriação e a adoção do processo de compra de terras para fins de reforma agrária. No processo de compra e venda de terras, além de ficarem reféns das ofertas dos latifundiários, os custos são mais altos, e as possibilidades de ações de corrupção são maiores.

No Governo Dilma outras mudanças foram impostas ao INCRA, esvaziando seu poder de atuação. A "modernização administrativa" (O ESTADO DE SÃO PAULO, editorial de 05 de janeiro de 2013), que o Governo disse ter feito no órgão foi, na verdade, apenas uma justificativa para transformá-lo numa espécie de agência para cuidar apenas dos assentamentos criados (AGÊNCIA REPORTER BRASIL, 21/01/2013). Foi colocado em curso a pulverização das atividades de reforma agrária, burocratizando a liberação dos benefícios e dificultando para os trabalhadores o acesso a eles. Os investimentos destinados à construção e recuperação de estradas de acesso aos assentamentos passaram a ser de responsabilidade dos municípios, que

[86] CF - Art. 188. *A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o Plano Nacional de Reforma Agrária.*

deveriam receber recursos do Governo Federal por meio do PAC-equipamentos; a construção de casas nos lotes foi inserida no programa Minha Casa, Minha Vida, a cargo do Ministério das Cidades, via Caixa Econômica Federal[87]; o crédito apoio para incentivo ao plantio foi deslocado para os bancos oficiais; o fornecimento de luz, foi inserido no programa Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia; e o fornecimento de água para as famílias do semiárido, passou a ser responsabilidade do Ministério da Integração Nacional.

Essa reestruturação política do órgão federal teve implicações diretas sobre as formas de organização e luta dos Movimentos sociais do campo, uma vez que fragmentou sua pauta de reivindicações e pulverizou os setores onde se podia concentrar as cobranças, confundiu e fragilizou as mobilizações de pressão dos Movimentos que lutam pela reforma agrária. Soma-se a isso a interferência do Partido junto às organizações dos trabalhadores que provocou uma desmobilização das ações coletivas como forma de pressão pela reforma agrária.

O PT terminou seu Governo sem ter avanços a comemorar na questão agrária. Os Movimentos Sociais de atuação no campo não conseguiram romper com o processo de cooptação de muitas de suas lideranças e com as influências do Partido dentro de sua estrutura organizativa.

> O PT e seu Governo incorporou dirigentes dessas organizações e Movimentos em seus aparelhos, nos obrigou a "mediar" com seu programa que não apontava para a reforma agrária, e, alguns casos "cooptação". Nos iludimos com o discurso dito "neo-desenvolvimentista", na prática engolimos uma aliança do PT e seu Governo com setores reacionários e conservadores (antirreforma agrária) que acabaram dando suporte conjuntural ao governo. O INCRA foi sucateado e, na prática, sequer conseguimos defendê-lo como um instrumento de viabilização da reforma agrária (Entrevista concedida por Jorge Nery em 20 de março de 2016).

Sem a pressão devida dos Movimentos, assistimos no campo, o recuo das conquistas dos trabalhadores e o avanço dos setores ligados ao agronegócio. No sul e sudeste do Pará não foi diferente: o INCRA sucateado e instrumentalizado pelo Partido para fins eleitorais, o latifúndio recuperando espaços perdidos nos anos pós Massacre, e a violência contra os trabalhadores ganhando força nos últimos anos.

[87] Na área de abrangência da SR27, até o ano de 2015, nenhuma casa foi construída nos PAs, desde que a Caixa Econômica assumiu o programa.

## CAPÍTULO IV: Velhas e novas formas de violência no campo.

Nesse capítulo analisaremos a violência no campo nas regiões sul e sudeste do Pará no período anterior e posterior ao Massacre de Eldorado dos Carajás. Estudaremos as principais causas dessa violência, entre elas, a impunidade gerada a partir da atuação dos órgãos de segurança pública e do Poder Judiciário paraense. Analisaremos também a disseminação do processo de criminalização como forma de impedir a organização e luta dos trabalhadores. Os dados estatísticos registrados pela CPT sobre os assassinatos no campo nessas duas regiões serviram de base para esse estudo.

### IV.1 - A concentração da terra e a violência no campo.

O legista Nelson Massini, designado para fazer a segunda perícia nos corpos dos 19 sem-terras assassinados, disse de forma clara que "tanto os projéteis de armas de fogo quanto os golpes de arma branca, eram, ambos, fatais. **Houve claramente o intuito de deixar no corpo dos trabalhadores um recado para os sobreviventes**" (CAROS AMIGOS, nº 05, novembro de 1999, p.13. Grifo do autor). De acordo com o perito, 10 dos 19 sem-terras foram friamente executados, e vários corpos apresentavam cortes profundos e esmagamento de crânio pelo emprego de foices, facões e pedaços de paus, usados pelos policiais. De fato, pelo conjuntos de informações reunidas no capítulo II, o Massacre consistiu numa ação premeditada (JORNAL O LIBERAL,09/05/96) com o objetivo de impor um retrocesso no projeto de expansão do MST e espalhar o medo entre os trabalhadores que faziam a luta pela terra nessa região do Pará.

No Brasil, o acesso à terra pela população carente do campo sempre se deu através da ocupação dos latifúndios. Nesse processo, os camponeses têm sido vítimas da violência pública e privada. Massacres, chacinas, assassinatos e outros atos violentos têm sido empregados contra os camponeses ao longo da história do Brasil. A violência tem sido usada como forma de dominação para manter a concentração da terra, a acumulação de riquezas e a exclusão social dos camponeses.

Segundo Tavares dos Santos (2000), no contexto da disputa pela posse da terra, merece destaque a dimensão política da violência no campo, que se expressa na forma de dominação de

uma burguesia agrária, exercida pelos proprietários das terras (mandantes), através da ação de pistoleiros, milicianos e policiais. "Um dos traços marcantes desta forma de violência consiste na liquidação física dos opositores nos conflitos fundiários, bem como no aspecto ostensivo dos assassinatos com a impunidade dos mandantes e executores" (p.134).

> Os diferentes segmentos da burguesia agrária, apresentam uma relação de apropriação, material e simbólica, com a terra que é decisiva em suas estratégias de reprodução social. Por consequência, aqueles grupos sociais que discordam da atual estrutura de propriedade fundiária, que querem manter a terra, na qual têm moradia habitual e cultura permanente, ou que tentam realizar o "sonho da terra", tais grupos precisam ser punidos. O recurso ao suplício do corpo e a resposta de setores das classes dominantes agrária a uma tentativa de rompimento daquela relação, de ordem material e simbólica com a propriedade da terra na sociedade brasileira (TAVARES DOS SANTOS, 2000, pg.138).
> .
>
> [...]Essa forma de violência consiste numa tecnologia de poder que se exerce sobre os homens, com o fim de, ao mortificar os corpos - de pessoas mas, cada vez mais, de grupos sociais, como é o caso das denominadas "chacinas" [massacres] - provocar um efeito de demonstração para silenciar, punir e docilizar os vivos, tecnologia de poder tanto mais eficaz quanto bárbara e impune (TAVARES DOS SANTOS, 2000, pg. 07).

Analisando os casos de assassinatos registrados pela CPT nas últimas décadas, percebemos que essa dimensão da violência, *violência política*, sempre foi utilizada como meio de impor uma forma de dominação sobre as terras e sobre as populações que lutam pelo acesso ou permanência nela. Os assassinatos seletivos de sindicalistas e seus apoiadores, as chacinas e o Massacre de Eldorado são exemplos desse tipo de violência nas regiões sul e sudeste do Pará.

A concentração da terra no Brasil, além de ser uma forma de apropriação capitalista para o obtenção de renda, é também, base de poder político com repercussões locais, regionais e nacionais. Dessa forma, a propriedade privada da terra além de ser uma forma de concentração de riqueza, significa também prestígio social. É pelo processo da dominação que se tenta manter essa estrutura e, todos aqueles, que se opõem a esse modelo são vítimas de uma violência extremada.

> A violência no campo representa uma forma de exercício do poder local utilizada pelos proprietários de terra para garantir sua posição de classe, pois no momento que a forma de dominação por clientela não mais se revela eficaz para

> garantir a ordem privada efetiva-se o trânsito para a violência como forma de dominação (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p.141).

O uso da violência de variadas formas contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais, por parte de fazendeiros, pistoleiros e policiais para tentar impedir a ocupação das terras ou expulsá-los das áreas já ocupadas, sempre esteve presente no processo de luta pela terra no sul e sudeste do Pará. No entanto, analisando as características da violência usada pela polícia militar no Massacre de Eldorado, percebemos que há diferenças em relação ao uso da violência contra os posseiros. Para entender melhor essas especificidades é preciso compreender alguns elementos conjunturais. A luta dos posseiros, ocorreu em grande parte, ainda no período militar onde a repressão tentava impedir o funcionamento das organizações representativas dos trabalhadores rurais. Na ausência dessas organizações os trabalhadores buscavam apoio na Igreja Católica e nas organizações de defesa dos direitos humanos. Sem muito apoio, a luta se caracterizava por um enfrentamento mais direto com o fazendeiro, dentro da floresta, sem envolvimento do urbano e chegava à imprensa, geralmente, quando acontecia algum ato violento. A conquista dos STRs, durante e após a ditadura militar, fortaleceu a luta pela terra em muitos municípios. Ao nível estadual e nacional, as organizações de representação sindical tinham muitos limites no processo de articulação de lutas coletivas de enfrentamento com o latifúndio e com o Estado. No Pará, o Estado era confrontado por meio de ações pontuais de pressão e não havia um processo coletivo que unificasse as várias ocupações existentes nos diferentes municípios. Essa forma de luta facilitava o uso da violência através da pistolagem e, em muitos casos, pistoleiros e policiais se misturavam na prática dos crimes, tendo os fazendeiros como mandantes. Como afirmou Assis (2014).

> [...] até metade da década de noventa, as entidades sindicais evitavam que as ocupações fossem divulgadas com antecedência. A imprensa só era mobilizada quando os conflitos estavam numa fase bastante avançada e muitas vezes após a morte de alguma liderança ou no caso de Massacres, como foi o caso do castanhal Ubá. [...] na fala do dirigente sindical ressaltava-se o cuidado em preservar as lideranças da exposição pública. Isto era compreensível quando se fazia parte de uma sociedade dominada historicamente por uma oligarquia acostumada a “fazer justiça com as próprias mãos. (ASSIS, 2014, p.169).

Por outro lado, a estratégia de luta do MST, centrada na forma de acampamento e ações de massa, se expandiu após o fim da ditadura. O Movimento se propunha a enfrentar diretamente o problema da concentração da terra, pressionar o Governo a implantar a reforma agrária e a

ampliar o debate sobre a necessidade de mudanças no modelo de sociedade. Conforme explicam Stédile e Fernandes (1999) "o MST nasceu como um Movimento camponês, que tinha como bandeira as três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade"(p.31). Através de acampamentos massivos, localizados próximos dos centros urbanos, o Movimento passou a provocar a sociedade para o debate e ocupar as páginas dos meios de comunicação com suas ideias. Esse posicionamento político ideológico do MST, atraiu o apoio de vários segmentos da sociedade, principalmente, dos setores mais de esquerda. A chegada do MST no sudeste do Pará, trazendo consigo, essas características, vai causar uma preocupação maior do setor ruralista, das polícias e do Estado, considerando os antecedentes da Guerrilha do Araguaia na região.

A primeira reação dos fazendeiros frente à chegada do MST na região de Carajás, foi tentar empregar a mesma forma de violência usada contra os posseiros, via pistolagem, contra as ocupações feitas pelo Movimento, mas isso não funcionou (DIÁRIO DO PARÁ, 23/03/1996). A estratégia do acampamento de massa próximo dos centros urbanos dificultava o uso do método da pistolagem. Mesmo despejados através da ação policial, o Movimento passava a ocupar a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores ou o INCRA. Nesse contexto, o MST passou a ser visto como uma ameaça ao poder da burguesia rural e do próprio modelo de organização social regional, razão pela qual precisava ser combatido pelas próprias forças do Estado. Por outro lado, as polícias militar e civil, que sempre atuaram na região como braço forte dos latifundiários, eram influenciadas pela imprensa regional e nacional, por uma concepção de Movimentos Sociais do campo como "comunistas" e "novos guerrilheiros"[88], viam na organização do MST uma possibilidade ainda mais real de ressurgimento da guerrilha do que o movimento dos posseiros. Não podendo usar a violência contra o MST da mesma forma que sempre usaram contra os posseiros, veem na autorização dada pelo Estado para desobstruir a PA 150 "a qualquer custo"[89], a oportunidade de fazerem uso da violência para dar um recado ao Movimento, impor o medo aos trabalhadores, tenta impedir sua territorialização no sudeste do Pará, manter o poder e as relações com os latifundiários na região.

[88] A organização do MST para impedir a ação dos pistoleiros em suas ocupações, foi comparada pela imprensa, à época, com a Guerrilha Zapatista e Guerrilha do Araguaia: "o Movimento mostra seu braço mais radical na mesma terra em que no início dos anos 70 foi palco da ação de militantes de esquerda que enfrentaram o exército, tendo sido dizimados na selva no episódio que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia. (Estado de São Paulo, 10/03/1993, p.28).

[89] Depoimento do Coronel Pantoja nos autos da ação penal.

O relato de duas professoras da rede e ensino estadual, Conceição Holanda e Ana Azevedo, que passavam pelo local no momento do massacre, descrito no capítulo II desta dissertação, expressou bem o comportamento dos policiais em relação aos Sem Terra: "Pareciam soldados que voltavam de uma guerra com países inimigos". [...] "Acabamos com os terroristas", diziam eles (O GLOBO, 27/04/96, p.06).

A repercussão do Massacre de Eldorado e as pressões da sociedade sobre o Estado brasileiro, forçou o Governo do estado do Pará a repensar a atuação da Polícia Militar nos conflitos pela posse da terra nas regiões sul e sudeste. O uso extremado da violência pela PM contra os sem-terra e suas relações com os latifundiários foram amplamente denunciados pelas entidades de defesa dos direitos humanos e pelos meios de comunicação, principalmente, internacionais.

Pressionado, o Governo do estado proibiu que os batalhões regionais da Polícia Militar fizessem despejos de famílias sem-terra em fazendas ocupadas. Apenas o Batalhão de Choque de Belém foi autorizado a atuar em ações de despejo em todo o estado do Pará. Esse fato, favoreceu o processo de ocupação coordenado pelos Movimentos pois, o deslocamento da tropa da capital para o interior, além de ter um custo alto, passou a demandar meses, fato que favorecia o processo de consolidação das ocupações. Uma vez realizado o despejo, os policiais se deslocavam para outros municípios e, posteriormente, retornavam para a capital Belém, facilitando dessa forma, a reocupação dos latifúndios.

Essa decisão deixou indignada a classe dos ruralistas da região, "a PM daqui está de pés e mãos atados, devido ao Massacre do ano passado. Qualquer ação deles precisa ser autorizada pelo comando em Belém" disse um dos representantes dos fazendeiros ao jornal FOLHA DE SÃO PAULO à época (22/02/1997, p.11). Até o Massacre de Eldorado dos Carajás as ocupações feitas por famílias sem-terra eram duramente reprimidas por policiais militares e civis, agindo em conjunto com pistoleiros, tão logo eram acionados pelos fazendeiros, tendo ou não uma decisão judicial em mãos.

As pressões se concentraram também sobre o Poder Judiciário, acusado de dar proteção aos latifúndios formados a partir da grilagem de terras, desmatamento ilegal e trabalho escravo.

Através de Resolução publicada pelo Tribunal de Justiça do Estado em 24/11/2001, foi instalada em Marabá, a primeira Vara Agrária do Estado, que passou a concentrar todas as ações possessória em tramitação nas inúmeras comarcas da região. Embora a Lei estadual nº 14 que autorizou a criação das varas agrárias tenha sido aprovada em 1993, a instalação da primeira vara só ocorreu oito anos depois em função das pressões pós massacre (O LIBERAL, 01/11/2001, p.03). Aos poucos, juízes agrários passaram a adotar uma sistemática diferente no julgamento das ações como: o cumprimento da função social da propriedade, não reconhecer a posse dos fazendeiros em terras públicas, não decidir sobre pedido de liminar antes de ouvir o INCRA e o ITERPA. Nos anos seguintes, foram implantadas também na região, a Delegacia de Conflitos Agrários, a Defensoria Pública Agrária, a Ouvidoria Agrária Regional e a Promotoria Agrária. Todos esses órgãos passaram a ser acionados pelos Movimentos sociais e entidades de apoio nos processos de busca de solução para os conflitos, trazendo em muitos casos, resultados positivos para os trabalhadores rurais sem-terra.

No entanto, mesmo com todo esse aparato, o sul e sudeste do Pará continuou sendo a região com o maior número de assassinatos no campo no estado e no Brasil. Segundo os registros da Comissão Pastoral da Terra - CPT, de 1975 a 2015, foram assassinadas 912 pessoas, entre trabalhadores rurais, lideranças, religiosos e advogados no estado do Pará. Do total dessas mortes, 666 (73,02%) ocorreram no sul e sudeste paraense. Após o Massacre de Eldorado, foram assassinados 263 trabalhadores rurais e lideranças no Pará (confira gráfico 01, p. 48) destes, 191 (72,06%) mortes ocorreram no sul e sudeste do estado (CPT, 2015). Esse número, embora alto, não representa todos os assassinatos resultantes da luta pela terra na região, dadas as dimensões geográficas do estado, a CPT não consegue acompanhar todos os conflitos. Em regiões isoladas, muitos trabalhadores são assassinados e abandonados na floresta, nas margens das estradas, enterrados sem identificação ou em cemitérios clandestinos, esses não estão incluídos nessa lista.

A permanência da violência no campo no Brasil, está associada a alguns fatores. A expansão capitalista no campo através da concentração da terra é a principal causa dessa situação. Apoiado na grande propriedade, o capital promove expulsões e violência contra povos indígenas, comunidades tradicionais, trabalhadores rurais e todos aqueles que resistem no campo. Para o professor Feliciano (2015) "a violência praticada e intensificada no campo do

século XXI está ligada à concentração e centralização de poder não só de uma classe ou parte dela, mas da unificação com o grande capital" (2015, p.03).

Como bem explica Treccani (2001), o Brasil sempre foi o país do latifúndio. O atual modelo agrário concentrador foi sendo gestado ao longo dos séculos, desde que os portugueses aqui chegaram. A implantação das Capitanias Hereditárias e das Sesmarias privilegiou os ricos e excluiu os pobres do acesso à terra. No século XVIII, no auge das lutas abolicionistas, foi promulgada a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a primeira Lei de Terras, que regulamentou e instituiu a propriedade privada da terra no Brasil, consolidando ainda mais a desigualdade no campo ao estabelecer, a compra, como a forma de acesso à terra. A Lei discriminou os pobres e impediu que os escravos libertos se tornassem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam recursos para adquirir parcelas de terra da Coroa ou para legalizar as que possuíam. A outra consequência social dessa Lei foi a consolidação do grande latifúndio como estrutura básica da distribuição de terra no Brasil.

Passaram-se os anos, mudaram-se formas de Governo, superaram-se períodos ditatoriais, mas a concentração da terra nas mãos de poucos continuou quase que intocável. Nem as históricas lutas dos trabalhadores em defesa da reforma agrária, conseguiram acabar com o latifúndio e democratizar o acesso à terra no país. Na última década do século XX, segundo o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existiam no país, 4,8 milhões de estabelecimentos agrícolas, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. Os minifúndios e as propriedades com menos de 100 hectares, representavam 89,1% desses estabelecimentos e ocupam apenas 20% da área total. Já as grandes propriedades, com área acima de mil hectares, representavam 1% do total de imóveis e ocupavam 45% da área total (IBGE, 2006).

Analisando a evolução da estrutura fundiária do Brasil no período de 2003 a 2014 (INCRA, 2015), percebemos que, a concentração da terra continuou em ritmo acentuado no período. Conforme os dados divulgados, nos imóveis entre 100 e 1.000 ha sua área passou de 140 para 198 milhões de hectares. Nos imóveis de 1.000 a 10.000 ha a área pulou de 168 milhões para 226 milhões e nos imóveis de 10.000 a 100.000 ha a área passou de 19 milhões para 63 milhões de hectares. Por outro lado, em relação aos imóveis de 01 a 100 ha, onde se concentra a

agricultura familiar, a área pulou de 82 milhões para 112 milhões de hectares. O crescimento foi de 30 milhões de hectares em um grupo em que o número de proprietários saltou de 3,6 milhões para 5,3 milhões. Do outro lado, em relação aos imóveis de 1.000 a 100.000 ha, o crescimento da área foi de 102 milhões de hectares, enquanto que o número de proprietários saltou de 68,3 mil para apenas 94,6 mil. Para Oliveira (2015), nem durante o período da ditadura militar a grande propriedade teve tão grande crescimento.

Esse processo de concentração da terra, com estímulo à agricultura de exportação, substituindo a produção de alimentos de consumo interno pela produção de *commodities* tem sido a causa principal da permanência dos conflitos agrários e das variadas formas de violação de direitos dos camponeses no Brasil. Através da apropriação da terra, os ruralistas, detêm enorme poder econômico e político na sociedade brasileira. A terra não é só sinônimo de riqueza, mas poder e controle social. Para Tavares dos Santos (1993):

> A terra constitui um meio de produção fundamental, fonte de apropriação da renda capitalista da terra, de exploração do sobre trabalho dos camponeses e da mais-valia dos trabalhadores rurais. A terra também é a base do poder político, local e regional, uma garantia de exercício das práticas de dominação clientelísticas, manipuladas pelos agentes do capital e da propriedade fundiária, e pelos representantes do Estado intervencionista. A propriedade privada da terra constitui um dos fundamentos do prestígio social e do exercício da dominação (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p.132).

Quando esse poder do latifúndio é confrontado pelos camponeses, os ruralistas usam da violência para tentar impedir o processo de organização e luta dos trabalhadores. A violência atinge os diferentes seguimentos de camponeses que resistem no campo. Os que lutam pela terra e pela reforma agrária (sem-terra, assentados), pela defesa dos seus territórios (indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros), pelo trabalho no campo (assalariados rurais) e pelo apoio e mediação das lutas camponesas (CPT, CIMI e outros)[90].

Essa forma de violência tem sido usada, sistematicamente, nas regiões sul e sudeste do Pará, por parte do latifúndio/Estado contra os trabalhadores e suas organizações no processo de luta pela conquista e defesa da terra. Analisando os dados da violência no campo nessa região,

[90] No período 1985 a 2014, a CPT Nacional registrou o assassinato de 1.631 pessoas no campo, dentre as quais: 1.208 camponeses, 269 agentes de mediação.

registrados pela CPT entre 1964 a 2015, podemos constatar que, embora a violência tenha sido permanente ao longo das últimas décadas, em alguns períodos ela se tornou ainda mais grave em razão da intervenção do Estado. Na década de 1970, a repressão da ditadura militar à Guerrilha do Araguaia, também se estendeu à luta dos posseiros pela defesa de suas terras e ao trabalho dos apoiadores dessa luta, partidos de esquerda e setores da Igreja Católica das Dioceses de Marabá e Conceição do Araguaia. Para os militares, a organização dos camponeses para defender suas terras e o apoio dado pela Igreja da região, eram vistos como um ressurgir do Movimento Guerrilheiro, devendo dessa forma, ser reprimido com violência. Dois conflitos ocorridos na região de São Geraldo do Araguaia, no período, expressa bem essa realidade (Figueira, 1986).

Um desses conflitos foi o de Perdidos, região de São Geraldo do Araguaia, ocorrido em outubro de 1976, quando o INCRA fazia a demarcação de lotes de terra, numa área disputada pela Fundação Brasil Central, donos de castanhais e o Governo do Estado. Parte da área já estava ocupada por posseiros há alguns anos. Os posseiros reagiram contra a presença da Polícia Militar do Pará e de servidores do INCRA que insistiam em demarcar a área, favorecendo a um grileiro que tentava se apropriar das terras já ocupadas. De acordo com reportagem do Estadão (2010, p.15), feita com os sobreviventes do conflito, o local da reunião dos posseiros para decidirem a estratégia de enfrentamento, foi em uma cabana de palha onde funcionava uma escola na época da Guerrilha, que tinha como professora, Áurea Valadão, guerrilheira assassinada pelo Exército em 1974.

No conflito, dois soldados da PM foram mortos e dois outros saíram feridos. O Exército interveio e prendeu 30 (trinta) posseiros e os enquadrou na Lei de Segurança Nacional. Um padre da Diocese de Conceição do Araguaia (Padre Florêncio Maboni) e um seminarista (Hilário Lopes Costa), foram também presos e barbaramente torturados por terem prestado solidariedade aos posseiros.

Um dos posseiros presos, Deusdeth Dantas, disse aos repórteres que ele e seus filhos foram amarrados dentro de casa, sua mulher foi espancada na sua frente e suas duas filhas de 12 e 13 anos foram violentadas pelos soldados. Outro posseiro, de nome Davi, relatou dessa forma sua prisão “Fiquei um mês trancado numa cela. Me deram choques na língua, botavam fio elétrico na orelha e no cotovelo, você cai morto, não vê nada. Meus dentes quebraram tudo. Me

perguntaram de coisas que eu não sabia que existia no mundo" (ESTADÃO, 2010, p.16). A camponesa Edna Rodrigues de Sousa, conhecida como Dina[91], contou com detalhes as torturas sofridas:

> Lá, me derrubaram do cavalo e me empurraram com aquela arma com faca na ponta. [...] Só me chamavam de terrorista. Me amarraram. Vi outros policiais tirarem as roupas da minha amiga Helena. Amarraram o marido dela, o Antônio, no cabresto de um jegue. O Antônio virou as costas, a mulher dele pedindo socorro. Foi violentada. [...] Fui violentada também. Depois, com saco na cabeça e mãos para trás, fui levada para Marabá, onde fiquei 15 dias. Escarravam na comida e me davam para comer. Eu queria morrer logo. O capitão Cleto disse que eu não podia morrer ainda, tinha de conversar com eles. Me levaram presa para Belém. Passei 85 dias no total na prisão (ESTADÃO, 2010, p.16).

Outro conflito muito conhecido foi o de Cajueiro, também em São Geraldo do Araguaia. Um grupo de posseiros tinha ocupado, há alguns anos, áreas de "excessos" de castanhais naquela localidade e ali fixaram suas posses. O INCRA decidiu demarcar essas terras em 1979. Os posseiros que não aceitaram vender suas benfeitorias passaram a ser perseguidos por pistoleiros acompanhados de servidores do INCRA. As perseguições aos posseiros se estenderam nos anos seguintes. No dia 13 de agosto de 1981, um grupo de posseiros reagiu a uma investida de policiais federais, pistoleiros e servidores do GETAT[92]. Um pistoleiro foi morto, um delegado e um policial federal saíram feridos, além de dois funcionários do GETAT. Treze posseiros e dois padres franceses (Francisco Gouriou e Aristides Camio) foram presos pelo Exército e Polícia Federal. Os posseiros foram torturados e forçados a assinarem depoimentos responsabilizando os padres e o advogado Paulo Fonteles[93] pela ação. Todos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e condenados a vários anos de prisão.

> No dia 03 de abril de 1981, ajuntou a Polícia Federal o 2º BEC e gente do GETAT. Todos armados. [...] Acompanhavam essas autoridades muitos peões do Neif[94]. [...] Seguimos até a sede da fazenda do Neif Murad chamada Aldeia. [...] Me obrigaram a ficar nu e começaram a me espancar. Dando pisadas,

[91] Narraram os moradores de Perdidos que os militares espalharam na região que a camponesa Dina era irmã de Dinalva Teixeira, a Dina, guerrilheira assassinada pelo Exército em 1973.
[92] Em 1980 foi criado o GETAT que substituiu o INCRA nas ações na região do Bico do Papagaio (região de divisa do Pará, Maranhão e Tocantins).
[93] Paulo Fonteles foi advogado dos posseiros no sul e sudeste do Pará na década de 1970 e início da década de 1980. Era ligado ao PC do B, foi eleito deputado Estadual em 1982, em 1987 foi assassinado por pistoleiros a mando de latifundiários, em Ananindeua, próximo de Belém.
[94] Neif Murad, também conhecido como Turco, fazendeiro de São Paulo que usava da violência para expulsar os posseiros dos castanhais na região de Itaipavas, Baixo Araguaia.

> utilizando golpes de caratê em todo o canto. Me acertaram a barriga do lado direito que até hoje me prejudica. Procuravam quem é que mandava a gente matar. Procuravam aquilo e forçavam a gente a dizer que era o Pe Aristides e o Dr Paulo Fonteles. [...] eu mal conhecia o padre e o advogado. [...] Do dia 03 de abril de 1981, sexta-feira, às 11 horas da manhã até o dia 5 às 2 horas da tarde, nós passamos na sede, amarrados e nus. [...] Aí nós assinamos a acusação contra o padre e o advogado por medo (Depoimento de Raimundo Pereira dos Santos, em 23/12/1981, no Cartório de Araguaína/GO, arquivo CPT).

> Eu fui preso no dia 15 de agosto de 1981. Fui preso na minha posse. Chegaram 4 carros do GETAT, dentro tinha elementos da Polícia Federal, Ricardo sobrinho do José Almeida e seis pistoleiros deste fazendeiro. Lá em São Geraldo deram uma xícara de café para 9 homens. Nos colocaram em uma garagem pequena, onde ficamos os 9 arrochados, dormindo no chão. [...] Ficamos 3 dias sem tomar banho. No quarto dia deixaram a gente tomar banho. Aí me mandaram trazer para um quarto do GETAT para apanhar. Chegando lá me mandaram tirar a roupa. Fiquei pelado. Eram 5 soldados da Polícia Federal. [...] Apanhei uma meia hora e me mandaram para a garagem. Com essa foi a quarta vez que apanhei. (Depoimento de Alfredo Gomes da Silva, em 23/12/1981, no Cartório de Araguaína/GO, arquivo CPT).

Em meados da década de 1980, a violência contra a luta dos posseiros na região bateu todos os recordes (confira gráfico, p. 48). Com o fim da ditadura militar e a criação da União Democrática Ruralista (UDR) já na Nova República, o poder privado do latifúndio passou a comandar os assassinatos através do uso da pistolagem. Muitos policiais militares, civis e federais passaram a fazer parte dos bandos de pistoleiros que comandavam os assassinatos financiados pelos latifundiários. O anúncio de um Plano Nacional de Reforma Agrária em nível nacional e a migração de famílias sem-terra em função da implantação dos grandes projetos, impulsionaram as ocupações de terras na região. O recuo do Estado e a ofensiva da UDR provocou o assassinato em massa de trabalhadores rurais no sul e sudeste do estado. De acordo com dados da CPT apenas nos anos de 1985, 1986 e 1987 foram assassinados 193 trabalhadores e lideranças. Além do número elevado de posseiros e trabalhadores rurais sem-terra assassinados, chama a atenção, o número de chacinas ocorridas. De acordo com dados da CPT, de 1980 a 2015, ocorreram no sul e sudeste do Pará, 33 chacinas de posseiros, com 208 camponeses e lideranças assassinados por pistoleiros a mando de fazendeiros, sendo que, 15 dessas chacinas ocorreram nos anos de 1985 a 1987[95] que resultaram no assassinato de 106 trabalhadores (confira tabela 11, página 169).

[95] Esse período foi marcado pela atuação do pistoleiro conhecido como Sebastião da Teresona. Ele chefiava um grupo de pistoleiros que agia a serviço de fazendeiros da região, para expulsar e assassinar trabalhadores rurais em áreas de ocupação. Dezenas de trabalhadores foram assassinados pelo grupo de Teresona (Pereira 2013). As chacinas nas Fazendas Ubá e Surubim são exemplos da atuação violenta de Teresona.

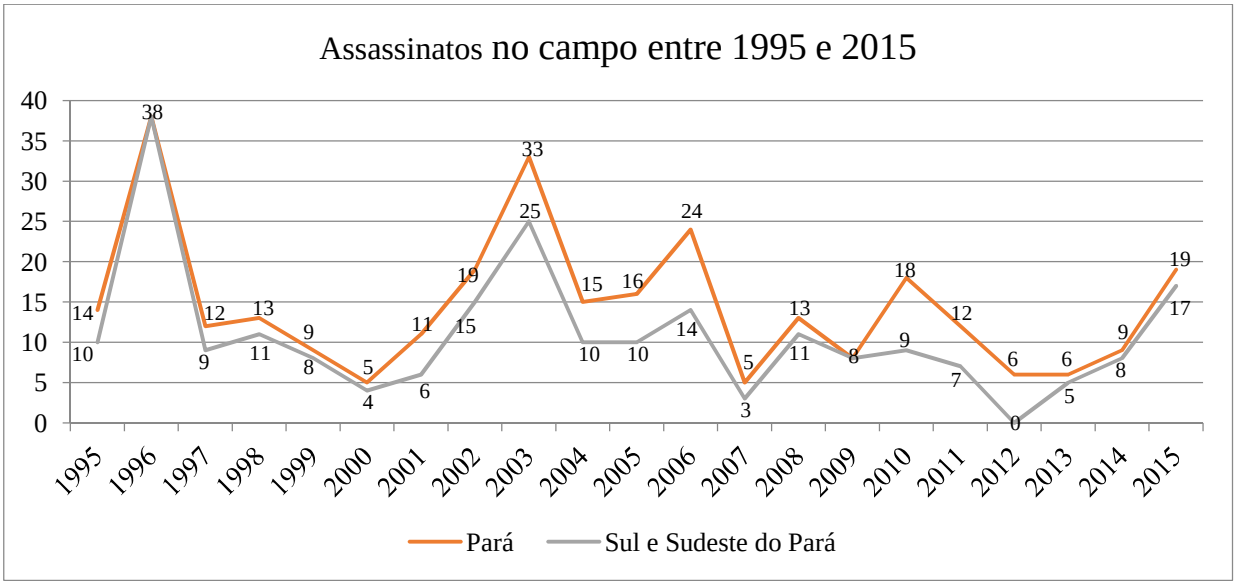
Conforme os registros da CPT, uma dessas chacinas ocorreu nas proximidades de Marabá no dia 27 de setembro de 1985, e ficou conhecida como "Chacina da fazenda Princesa". Alegando que os posseiros estariam ocupando parte de sua fazenda, o fazendeiro Marlon Lopes Pidde, contratou um grupo de pistoleiros com o objetivo de assassinar e expulsar as famílias da área. Cinco posseiros foram atraídos pelos acusados para sede da fazenda sob o pretexto de que lá havia uma juíza de direito os aguardando para tratarem da situação jurídica da área em litígio. Obviamente não havia nenhuma magistrada aguardando os trabalhadores. Quando as vítimas chegaram na casa sede, encontraram apenas Marlon Pidde e o grupo de pistoleiros. Os trabalhadores foram amarrados em árvores, torturados durante todo o dia, queimados ainda vivos e assassinados com vários tiros. Seus corpos presos uns aos outros com cordas e amarrados em pedras foram atirados no rio Itacaiunas. Os corpos só foram encontrados mais de uma semana após, devido as cordas terem arrebentadas e os corpos boiados.

> COMO UMA FESTA – “Estou há dezoito anos na polícia e nunca vi tanta selvageria” dizia na segunda-feira passada Manoel Cabral Borges da Costa, um dos sessenta policiais que chegaram à fazenda para resgatar os corpos dos posseiros, uma semana depois do Massacre. A tarefa exigiu uma excursão até o rio Itacaiúnas, que corta a fazenda. Atados uns aos outros, três cadáveres boiavam desfigurados. No fundo do rio estavam mais dois amarrados a pedras. [...] "Enquanto os homens ainda estavam vivos e amarrados, o pessoal do Marlon andava por aí dando gritos e tiros para o alto, como se estivessem em uma festa” disse à polícia Maura Miguel, mulher de um posseiro que escapou da chacina porque estava trabalhando em uma fazenda vizinha (VEJA, de 16 de outubro de 1985).

A década de 1990 foi marcada pelo Massacre de Eldorado dos Carajás. Uma violência extremada e direcionada ao MST que buscava se estruturar no sudeste paraense. Embora tenha tido a participação dos fazendeiros na ação, a violência foi organizada e praticada pelos próprios agentes do Estado contra os sem-terra. Conforme explicou Oliveira (2007) tratava-se de um tipo de violência que não vinha acontecendo de forma explícita no Brasil, ou seja, quem passou a matar os camponeses em luta pela terra, foram as forças policiais do Estado. Os Massacres de Corumbiara e de Eldorado foram exemplos dessa prática (OLIVEIRA, 2007, p.143). Após o Massacre de Eldorado, a violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais nos conflitos pela posse da terra no sul e sudeste do Pará, continuou com altos índices, com destaque para os períodos de Governo do PT (gráfico abaixo). No período, destacamos os assassinatos de: Onalício Barros e Valentim Serra, líderes do MST, assassinados em 26/03/1998, os sindicalistas

José Dutra da Costa, o Dezinho, assassinado no dia 21/11/2000 e José Pinheiro Lima, assassinado em 09/07/2001, a missionária Dorothy Stang,[96] assassinada em 12/02/2005 e os ambientalistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva, assassinados em 23/05/2011.

**Gráfico 06: Assassinatos no campo no Pará e regiões sul e sudeste de 1995 a 2015**




Fonte: CPT nacional, 2015. Organização: autor.

Nas três décadas e meia de registro de assassinatos no campo feito pela CPT no sul e sudeste do Pará, chamou a atenção, o grande número de assassinatos de lideranças no período. A violência dos latifundiários, além de ter como objetivo espalhar o medo, o terror (chacinas, queima de corpos, dilaceramentos, excesso de tiros, etc.), tinha também um caráter seletivo. Eliminavam-se as lideranças com o objetivo de desarticular as organizações dos posseiros e dos sem-terra ou suas redes de apoio. No período anterior à chegada do MST no Pará, as lideranças sindicais e os apoiadores da luta dos trabalhadores eram os principais alvos de pistoleiros e policiais a mando do latifúndio. Com a chegada do MST no final da década de 1980, lideranças do Movimento também passaram a serem perseguidas e mortas, embora, em número muito inferior às do Movimento Sindical, devido à forma de organização do MST que dificultavam a

[96] Dorothy foi assassinada em Anapu, município que está localizado entre as regiões sudeste e sudoeste do estado.

ação de pistoleiros[97]. De acordo com os dados da CPT, entre 1980 e 2014, foram assassinadas 27 lideranças entre sindicalistas, religiosos e advogados no sul e sudeste do Pará (confira tabela 12, página 170).

O elevado número de conflitos e mortes nos sul e sudeste do Pará, se insere no contexto de expansão do capital em direção à região Amazônica. Analisando os dados dos conflitos no campo, registrados pela CPT nos últimos 10 anos, percebe-se que, a violência é mais grave nos estados que se localizam às áreas de expansão do Agronegócio em direção à Amazônia. Os dados da CPT mostram que, de 2005 a 2015, dos 10.128 conflitos registrados em todo o Brasil 3.413 (33,69%) deles ocorreram em apenas cinco estados (Tocantins, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia), onde os efeitos da expansão são mais intensos. Da mesma forma, dos 327 assassinatos ocorridos no período, 201 (61,46%) deles ocorreram nesses estados. Em relação à prática do trabalho escravo não foi diferente, dos 51.771 trabalhadores nessa situação, 29.908 (57,76%) deles também se encontravam nesses estados, demonstrando a continuidade e o agravamento dos conflitos e da violência na fronteira de expansão do capital em direção à Amazônia. Para Martins (1989):

> A Amazônia tornou-se uma espécie de colônia do grande capital, fonte de ganhos especulativos decorrentes da elevação da renda fundiária produzida pela abertura de estradas e ampliação da infraestrutura econômica, pelo Governo. Também são ganhos que não decorrem diretamente da própria produção do setor, mas dos incentivos fiscais, mediante os quais o Governo transfere renda de outros setores para aqueles de base agrária (MARTINS, 1989, p.79).

O elevado número de assassinatos nesses cinco estados (61,46%), revelam a permanência da prática da pistolagem como *modus operandi* do latifúndio. Embora em todos os estados da federação tenham registrados crimes de pistolagem, é na Amazônia que predomina esse tipo de violência. Esse dado indica que a prática da pistolagem é uma característica das regiões de fronteira agrícola e em áreas de interesse direto do capital para sua expansão. Para Almeida (1991) "a generalização da violência na fronteira não é, pois, contingente, constituindo-se num dado de estrutura essencial a este tipo de desenvolvimento capitalista"(p.260).

[97] Conforme dados da CPT de Marabá, desde sua chegada ao Pará, o MST organizou nas regiões sul e sudeste, 22 acampamentos de famílias sem-terra, sendo assassinadas duas de suas lideranças (Onalício Barros e Valentim Serra).

## IV.2 - A impunidade.

Como sistematicamente, os Movimentos de representação dos trabalhadores e as entidades de defesa dos direitos humanos têm denunciado, a impunidade tem sido uma das causas da continuidade dos assassinatos no campo. Financiados por latifundiários, pistoleiros continuam a assassinar trabalhadores rurais sem-terra, indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, posseiros, assentados e lideranças que fazem a luta pelo direito ao acesso e à permanência na terra. Sem punição exemplar para os criminosos, a impunidade funciona como uma espécie de "licença para matar", ou seja, o pistoleiro, assalariado do crime, que comete um assassinato a mando de alguém e não é punido, não pensará duas vezes para aceitar outra empreitada criminosa. Da mesma forma, o fazendeiro que paga o pistoleiro para matar, sem punição, continuará usando da violência para eliminar quem contrariar seus interesses. A impunidade foi constatada não só por organismos locais e nacionais, mas também por organismos internacionais, como causa da violência.

> Analisando a questão da impunidade no Pará, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, com base em inspeções locais e evidências diversas, chegou à seguinte conclusão: "informações fidedignas chegadas à Comissão indicam que o Poder Judiciário do estado do Pará atua de modo a facilitar a impunidade e a continuidade do crime organizado no sul do estado" (sem grifos no original) (CIDH/OEA. Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil. Washington: Organização dos Estados Americanos, 1997, p.132).

Dentre os 36 municípios que compõem as regiões sul e sudeste do Pará, onde concentra a maioria absoluta dos crimes, apenas dez (Rio Maria, Redenção, Curionópolis, Parauapebas, Eldorado do Carajás, Rondon do Pará, Itupiranga, São João do Araguaia, Nova Ipixuna e Marabá), não possuem taxa de 100% de impunidade em relação aos assassinatos de trabalhadores rurais nos últimos quarenta e quatro anos (1971-2015). Um município como Xinguara, com 140 assassinatos de trabalhadores rurais nesse período, ainda não teve nenhum crime definitivamente julgado. Isso representa uma taxa de impunidade de 100%. Os municípios de Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu com mais de 50 assassinatos cada, no mesmo período, houve idêntica taxa de impunidade. Os dados revelaram uma espécie de banalização da violência na região. Para Peixoto (2013):

> A impunidade que vigora hoje no Pará tem elo com a repressão à Guerrilha, uma vez que se banalizou uma rotina de eventos brutais impostos aos camponeses, vistos e tratados pelos militares como ameaça comunista. A repressão maltratou a população local, destruiu roças, humilhou e torturou moradores no campo de concentração que foi a base militar de Xambioá. A Comissão da Anistia do Ministério de Justiça está agora tratando de reparar o dano cometido pelo Estado brasileiro. A repressão à Guerrilha, fazendo da tortura instrumento de coerção, estabeleceu a brutalidade contra o camponês como um padrão de conduta reproduzido por fazendeiros e grileiros, violência tolerada e em muitas circunstâncias apoiada pelo Estado (PEIXOTO, 2013, p.238).

De acordo com levantamento feito pelo departamento jurídico da CPT em seu banco de dados e no banco de dados da Ouvidoria Agrária Nacional, em 846 assassinatos de trabalhadores rurais ocorridos no período de 1980[98] a 2014 no estado do Pará, apenas 293 resultaram em um inquérito policial ou ação penal, muitos inclusive, já prescritos pelo decurso do tempo. Quer dizer, 65,36% dos assassinatos no campo no período sequer foram investigados. Os dados mostraram ainda que dos 293 assassinatos investigados, em apenas 62 (21,16%) deles os processos foram concluídos com o julgamento de algum responsável pelo crime. Sendo que, dos casos julgados, 14 mandantes foram condenados e 03 absolvidos, 29 executores e intermediários foram condenados e 148[99] absolvidos. Os dados comprovam a inoperância dos órgãos de segurança pública, do Ministério Público (responsáveis pelas investigações) e do Poder Judiciário (responsável pela condução das ações penais) em relação ao combate aos crimes no campo no Pará.

Os poucos casos em que os processos foram concluídos e algum responsável punido, são aqueles em que o fato teve uma repercussão, e o Estado brasileiro tenha sido cobrado por organizações nacionais e internacionais a dar uma resposta à sociedade. Mesmo nesses casos, o descaso da polícia em investigar os crimes e a demora na tramitação dos processos tem favorecido a manutenção da impunidade**.** Nas centenas de casos em que não se conseguiu dar visibilidade para o fato e provocar uma pressão sobre o Judiciário e o próprio Estado, os processos permanecem nas gavetas dos fóruns e os crimes acabam sendo prescritos e/ou acobertados pelo manto da impunidade.

[98] No período anterior à 1980 há poucos registros no banco de dados da CPT nacional e do Pará.
[99] Inclui os 142 policiais militares absolvidos no julgamento do massacre de Eldorado.

No caso do Massacre de Eldorado não foi diferente. Não se apurou o fato de os policiais que participaram da ação terem retirado suas identificações das fardas e de terem extraviado as cautelas (documento que relaciona o policial à arma utilizada para o crime). Ninguém foi investigado em razão de ter retirado os corpos da cena do crime sem a devida perícia no local. Não foi feita a reconstituição do crime. Os três médicos legistas do Instituto de Criminalística Renato Chaves, vinculado à secretaria de Segurança Pública do Estado, que analisaram os corpos dos sem-terras assassinados, concluíram não haver sinais de execução sumária nos corpos dos mortos ao afirmarem que os ferimentos eram típicos de situações de conflitos. "Examinamos os corpos em Marabá, 18 horas depois do conflito. Não podemos afirmar as condições da morte e não podemos acusar se houve execuções sumárias" (FOLHA DE SÃO PAULO, Edição de 8 de maio de 1996, p.07).

Além de afirmarem inexistir sinais de execução, não permitiram que o legista Nelson Massini[100] acompanhasse o exame dos corpos. Foi preciso a intervenção da Secretaria Especial de Direitos Humanos para que houvesse a liberação. Dois promotores que acompanharam os inquéritos civil e militar, que defendiam a investigação do alto escalão do Governo como responsável pelo massacre, foram afastados do caso. O então Procurador Geral de Justiça, Manoel Santino do Nascimento não investigou a responsabilidade criminal do Governador e de seus comandados. O Coronel PM João Paulo Vieira, nomeado para presidir o inquérito policial militar, isentou a cúpula do Governo de qualquer participação nos crimes.

No segundo mandato do Governador Almir Gabriel, Santino se tornou Secretário Especial de Governo e o Coronel PM João Paulo Vieira, foi promovido a chefe da Casa Civil do Governo do estado. O resultado é que o então Governador do estado, o Secretário e Segurança Pública e o Comandante da Polícia Militar que deram a ordem para desobstrução da pista não foram indiciados nos dois inquéritos instaurados para investigar as mortes. Os policiais militares acusados das mortes continuaram prestando serviço normalmente nas cidades da região do conflito e apenas os dois comandantes da operação foram condenados pelos 19 assassinatos. (Nota da CPT de Marabá, em 17/04/1997; CORREIO DO TOCANTINS, 18-24/04/1997, p.05).

[100] Médico legista da Universidade de Campinas, São Paulo.

De acordo com os registros da CPT, a certeza da impunidade era tão grande entre os policiais que, menos de dois anos após, 08 dos policiais militares que participaram do Massacre, se envolveram novamente no assassinato de duas lideranças do MST em Parauapebas, Onalício Barros "Fusquinha" e Valentim Serra, "Doutor". No final do ano de 1997, cerca de 250 famílias sem-terra organizadas pelo MST, montaram acampamento no interior da fazenda Goiás II, de propriedade do empresário do ramo de material de construção, Carlos Antônio da Costa. O MST reivindicava do INCRA a retomada de lotes do assentamento Carajás II, ilegalmente adquiridos pelo empresário. De posse de um mandando judicial de reintegração de posse expedido pela Comarca de Parauapebas, o grupo de fazendeiros se reuniu e, não esperou a liberação da polícia, prometida pelo Governo do estado para realizar o despejo das famílias. No dia 26 de março de 1998, os fazendeiros, liderados por Carlos Antônio da Costa, subornaram dois oficiais de justiça e 11 policiais militares e comandaram o despejo das famílias. De acordo com as testemunhas ouvidas no processo que apurou os fatos, na saída da fazenda, Carlinhos deu ordens para que um dos fazendeiros executasse as duas lideranças do MST na frente de todos os presentes. Passados, quase 20 anos, a ação penal ainda se arrasta na comarca de Parauapebas na fase de produção do provas, sem qualquer interesse do Ministério Público e do Poder Judiciário de concluir o processo. Ao que tudo indica, a prescrição beneficiará todos os criminosos.

Das 33 chacinas registradas pela CPT na região, que vitimou 208 trabalhadores apenas em 03 delas (Ubá, Princesa e Massacre de Eldorado) os processos foram concluídos e alguns dos responsáveis julgados. No caso da Fazenda Ubá, o júri aconteceu, 12/12/2006, mais de 21 anos após os crimes. Um único mandante, José Edmundo Ortiz Virgulino, foi condenado a 152 anos de prisão. Mas como já tinha mais de 70 anos foi beneficiado com a prisão domiciliar. Em relação à fazenda Princesa, o julgamento ocorreu 10/05/2014, quase 29 anos após as mortes. O mandante dos crimes, Marlon Lopes Pidde, foi condenado a 142 anos de prisão, está com prisão preventiva decretada mas não foi preso. Quanto ao Massacre de Eldorado, o julgamento ocorreu em maio e junho de 2002, mais de 06 anos após as mortes, no entanto, os dois únicos condenados, Coronel Mario Colares Pantoja (258 anos) e Major Oliveira (128 anos) só foram presos, 16 anos após os crimes devido à demora dos tribunais superiores em julgar os recursos dos condenados. Em todos os três casos, o Estado brasileiro foi processado perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em razão da demora injustificada na tramitação

dos processos e punição dos culpados. (Banco de dados da CPT nacional. Tabela de assassinatos no campo: 1964 a 2015.

Das 27 principais lideranças dos Movimentos Sociais da região assassinadas no período de 1980 a 2014, apenas 09 delas tiveram os processos concluídos e alguns dos responsáveis pelos crimes julgados. No caso da Irmã Adelaide Molinari, apenas o pistoleiro foi julgado e absolvido em 28/04/2004. O júri ocorreu 19 anos após o crime. Quanto ao sindicalista João Canuto, apenas os dois mandantes, Adilson Carvalho Laranjeira e Vantuir de Paula foram julgados em 29/05/2003 e ambos condenados a 19 anos e 06 meses de prisão, quase 18 anos após o crime. No caso do sindicalista Expedito Ribeiro, os três acusados (executor, intermediário e mandante) foram condenados em julgamento ocorrido em 06/06/2000, mais de 09 anos após o crime. Em relação ao sindicalista Euclides de Paula, apenas o pistoleiro foi condenado. Os mandantes foram beneficiados pela prescrição; No caso José Dutra da Costa, o executor e um mandante foram condenados, o último julgamento ocorreu em 29/04/2014, quase 14 anos depois. Um segundo acusado de ser mandante, Lourival de Sousa Costa e um acusado de ser intermediário, Domício de Sousa Neto, foram absolvidos em julgamento ocorrido em 2013; No caso Pedro Laurindo da Silva, apenas o executor foi julgado e condenado em 30/10/2013, mas continua em liberdade aguardando julgamento de recursos. Em relação ao casal de extrativistas José Claudio e Maria do Espírito Santo, em julgamento ocorrido em 05/04/2013 os dois executores Lindonjonson Silva e Alberto do Nascimento foram condenados a 42 e 43 anos respectivamente. O acusado de ser mandante, José Rodrigues Moreira foi absolvido. Em relação ao assassinato de João Canuto e José Dutra da Costa, o Estado brasileiro, foi processado perante a CIDH da OEA. (Banco de dados da CPT nacional. Tabela de assassinatos no campo: 1964 a 2015).

A respeito das demais 18 lideranças assassinadas, alguns casos já prescreveram como Raimundo Ferreira Lima (Gringo), do advogado Gabriel Pimenta, dos sindicalistas Arnaldo Delcídio e de Antônio Teles e vários outros estão prestes a serem atingido pela prescrição, como: Onalício Barros, Valentim Serra, Braz Antônio e outros.

**IV.3 - O Poder Judiciário.**

Exemplo de parcialidade dos órgãos de Segurança Pública e do Poder Judiciário são percebidos na maioria dos poucos processos que se originaram das centenas de assassinatos. O que se percebe que há uma intenção desde o início de se construir um resultado final: absolver os culpados. Em relação à atuação do Poder Judiciário, na maioria absoluta dos casos julgados, os registros apontam, além da demora injustificada na tramitação dos processos já demonstrada acima, o comportamento parcial de muitos magistrados que acabou interferindo no resultado final do julgamento dos acusados.

No caso do Massacre de Eldorado, o primeiro julgamento ocorrido em agosto de 1999, foi anulado em razão do comportamento tendencioso do Juiz Ronaldo Vale, que presidiu o Júri que absolveu os comandantes da operação. Durante a votação dos jurados na sala secreta, o magistrado apresentou dois quesitos contraditórios que confundiram os jurados na votação. No primeiro quesito o juiz perguntou: *"o réu Mario Colares Pantoja concorreu com os demais acusados para a prática das lesões nas vítimas?"*. Por 4 votos a 3 os jurados reconheceram que sim, condenando dessa forma os acusados, mas, o juiz inseriu um segundo quesito que confrontava com a resposta do primeiro e, para confundir ainda mais os jurados, o quesito foi redigido de forma negativa: *"as provas contidas nos autos são insuficientes para a condenação do réu Mário Colares Pantoja?"*. Por 4 votos a 3 os jurados disseram que sim (RENAP, 2003, p.43). Surgiu assim uma contradição: no primeiro os jurados afirmaram a participação dos acusados na prática das lesões que causaram as mortes dos sem-terras e no segundo afirmaram que havia insuficiência de provas para condenar os acusados. O juiz Ronaldo do Vale então concluiu pela absolvição dos acusados. Questionado pelas entidades de direitos humanos, o então presidente do TJPA, respondeu da seguinte forma:

> Aqui no Pará tem Justiça. Ou pensam que aqui o Judiciário usa "cocar" (indumentária indígena). O resultado do julgamento é democrático, pois foi realizado com Júri Popular. E o que seria democrático? A condenação de um dos réus? Mas, se a tese da defesa foi a negativa de autoria e insuficiência de provas. Gostaria que o nobre escriba venha até Belém e mostre para o Promotor da acusação onde é que há provas que o Coronel, O Major ou Capitão tenham atirado num sem-terra. Essa é a nossa lei. Quem fez (ou faz) as leis não é o desembargador ou os integrantes do Júri Popular (Nota da CPT Pará, 30/08/1999).

Obrigado a se afastar da condução do processo em razão da decisão do Tribunal de anular o julgamento, na sequência, dos 18 juízes criminais da capital, 17 deles se negaram a presidir o processo, alegando razões de "foro íntimo". O Tribunal nomeou então, a juíza Eva do Amaral, que já tinha se recusado, em junho de 2000, a presidir o julgamento do fazendeiro mandante do assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro de Sousa. Três dias antes do julgamento marcado para 18/06/2001, a juíza teve que se afastar do caso devido seu comportamento, declaradamente parcial, em favor dos militares. Ela determinou a retirada do processo da perícia feita pela UNICAMP na fita gravada no dia do massacre e indeferiu o depoimento do perito Ricardo Molina, autor do laudo pericial. A perícia era a principal prova da acusação contra os policiais (O LIBERAL 07/06/2001, p.06). Nomeado novo juiz, Roberto Moura, ele determinou que os 128 policiais militares fossem julgados numa única sessão. Como a acusação iria apresentar provas em uma única seção contras todos os acusados? Esse conjunto de fatores levou os advogados dos MST e da CPT que atuavam na assistência da acusação a abandonarem o processo sob forma de protesto. Dos 144 militares acusados que foram levados a julgamento, 142 deles foram absolvidos (O LIBERAL, 10/06/2001, p.05). A Procuradora da República, Maria Eliane Menezes que acompanhou o julgamento, representando o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, concluiu em relatório que o Juiz Roberto Moura "violou princípios constitucionais" porque:

> Impediu o regular exercício da acusação que não teve tempo hábil para promover perante os jurados a individualização da conduta de cada réu; impediu a busca da verdade real; impediu que cada um dos jurados pudesse ter a compreensão exata da conduta atribuída a cada réu e a defesa exercida por cada um, de modo a exercitar o dever de julgar no rito legal definido para o Tribunal do Júri. No Tribunal Popular, a compreensão dos fatos e das provas é feita para cada jurado de forma verbal e ao vivo durante cada sessão de julgamento, ao cabo da qual, segue-se incontinenti a decisão; propiciou a perda do controle da Sessão de Julgamento pelo presidente do Tribunal do Júri (CADERNO DA RENAP, 2003, p.55).

No caso José Dutra da Costa, assassinado em 21 de novembro de 2000, o fazendeiro e madeireiro Décio José Barroso Nunes, acusado de ser o mandante do crime, foi preso dias após o fato, mas foi beneficiado por uma decisão do então desembargador Otávio Marcelino Maciel, em 14 de dezembro do mesmo ano, um dia depois do pedido feito pela defesa do fazendeiro. Para favorecer o fazendeiro, o desembargador desrespeitou uma sistemática interna do tribunal de apenas decidir nesses casos após receber as informações do juízo que decretou a prisão. Maciel

decidiu, sem ouvir a juíza de Rondon do Pará, que decretou a prisão. Na fase das alegações finais do processo, a representante do Ministério Público requereu a impronuncia[101] do fazendeiro. O juiz local que presidia o processo acatou o pedido e impronunciou Décio Barroso. Os advogados da CPT conseguiram reverter a decisão no Tribunal de Justiça do estado, mas no julgamento realizado em 29/04/2014 todos os promotores criminais da capital, que atuam no tribunal do júri, se negaram a fazer a acusação. Foi preciso um promotor da área cível assumir o processo. Ao final do julgamento, a maioria dos jurados votaram pela condenação do fazendeiro, no entanto, o Juiz Raimundo Moisés Flecha, que presidia o julgamento, fixou a pena em apenas 12 anos de reclusão, contrariando o CPP que determinava a fixação de uma pena maior nos casos de homicídio qualificado. A pena do pistoleiro executor do crime foi fixada em 29 anos de prisão. Ao final do julgamento, o juiz ainda se dirigiu a um dos advogados da CPT em tom ameaçador:

> Eu pediria que o Dr. Fernando Prioste [...] conhecesse um pouco a região da Amazônia, conhecesse um pouco meu estado do Pará, para que quando fizesse as digressões de Vossa Excelência não ferisse brios, e não mostrasse desconhecimento do estado, seja a causa que for, com todo respeito data máxima vênia (CPT MARABÁ, 10/12/2014).

No caso Expedito Ribeiro, o mandante do crime, o fazendeiro goiano Jerônimo Alves Amorim, permaneceu com prisão preventiva decretada de 1994 a 1999. Embora tendo residência fixa em Goiânia e ter sido visto várias vezes circulando nos estados do Pará e Goiás, a polícia civil do Pará e Goiás nunca empreendeu qualquer esforço para prendê-lo. Foi preciso muita pressão, nacional e internacional, para forçar o governo a colocar a Polícia Federal no caso. Jerônimo foi então preso no balneário de Cancún, no México com falso documento de identidade, em maio de 1999. Após a prisão de Jerônimo, o processo trocou de juiz por três vezes. Seis dias antes do julgamento, a juíza Eva do Amaral, abandonou o processo alegando razões de "foro íntimo". Condenado pela tribunal do júri, o pecuarista cumpriu só um ano e meio da sua pena. Após a condenação de Jerônimo, o processo de execução da pena foi transferido ilegalmente para o Tribunal de Justiça de Goiás onde Jerônimo tinha sua família, apesar de responder a outro processo criminal no estado do Pará, o que impedia a transferência. A partir de 2001, ele cumpriu sua pena em prisão domiciliar na sua luxuosa residência de Goiânia e em dezembro de 2001 beneficiou-se de um escandaloso indulto (perdão judicial), por cumplicidade

[101] Sentença do juízo de primeiro grau nos processos do tribunal do júri. A pronúncia encaminha o acusado ao julgamento popular, a impronuncia o absolve desde logo da acusação.

do Tribunal de Justiça de Goiás (Nota do Comitê Rio Maria, da CPT de Xinguara e do STR de Rio Maria, 22/06/2010).

No caso do julgamento do mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, foi submetido ao tribunal do júri por 4 vezes. Como isso é possível? Levar uma mesma pessoa a julgamento, pela prática do mesmo crime, por quatro vezes consecutivas? Quando ocorreu o primeiro julgamento, Bida foi condenado a mais de 20 anos de prisão. No período, o Código de Processo Penal, previa a realização de um segundo julgamento quando a pena ultrapassasse a 20 anos. No segundo julgamento, Bida foi absolvido, mas o júri foi anulado por decisão do Tribunal de Justiça do Pará. No terceiro julgamento, Bida foi novamente condenado, mas o STF anulou o julgamento alegando que a o juiz do tribunal do júri, deu apenas 10 dias para que Defensoria Pública pudesse estudar o processo e fazer a defesa do acusado. Isso porque, os advogados de Bida tinham se negado a participar do júri para protelar o julgamento. No quarto julgamento Bida foi novamente condenado. Uma trapalhada que só beneficiou o fazendeiro acusado, pois, enquanto não se realizou novo júri, ele permaneceu em liberdade.

Em relação ao julgamento dos responsáveis pelo assassinato do casal de extrativista José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva, crime ocorrido em Nova Ipixuna, durante a fase de investigação das mortes, o juiz Murilo Lemos Simão, que presidia o processo, negou por duas vezes o pedido de decretação das prisões do mandante e executores. Foi preciso que os familiares e os movimentos sociais denunciassem o juiz à imprensa, aos organismos de direitos humanos e ao Tribunal de Justiça do Estado. Ao receber a denúncia, o Tribunal intimou o Juiz a responder em 24 horas. Frente à pressão da sociedade e a exigência do Tribunal é que o Juiz decidiu então decretar a prisão dos acusados. No julgamento ocorrido em 05/04/2013, os dois executores foram condenados, e o mandante foi absolvido. As declarações do Juiz na sentença final, deixou claro sua opinião sobre o duplo homicídio: "o comportamento das vítimas contribuiu de certa maneira para o crime [...] pois tentaram fazer justiça pelas próprias mãos, utilizando terceiros posseiros, sem-terras, para impedir José Rodrigues de ter a posse de um imóvel rural". Para os Movimentos Sociais, as declarações do Juiz, criminalizou as vítimas e legitimou a ação dos assassinos. Uma tentativa de manchar a história e a memória do casal

assassinado (CPT de Marabá. Nota dos Movimentos Sociais e Entidades sobre o júri de José Claudio e Maria, 06/04/2013).

O mesmo Juiz, Murilo Lemos Simão, no ano anterior, em 09/08/2012, absolveu, através de uma sentença de impronúncia, o fazendeiro Vicente Correia Neto, acusado de ser o mandante e os pistoleiros Valdenir Lima dos Santos e Diego Pereira Marinho acusados de serem os executores do crime que vitimou o sindicalista, Valdemar Oliveira Barbosa, conhecido como Piauí; crime ocorrido em Marabá em 25/08/2011.

**IV.4 - A Segurança Pública.**

Mesmo as condenações atingindo um número muito pequeno de executores, intermediários e mandantes dos crimes em relação ao total de assassinatos no campo no período estudado, a maioria dos condenados não tem cumprido suas penas atrás das grades. Não importa o tamanho da pena recebida, se não estiverem presos até o dia do julgamento, a Lei lhes garante o direito de recorrer das condenações em liberdade. O caso do fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, condenado a 30 anos de prisão como mandante do assassinato de Dorothy Stang, em júri ocorrido em 11/05/2010 é um exemplo. Ele continua em liberdade e não há previsão para o julgamento de todos os seus recursos, impetrados por sua defesa nas instâncias superiores.

O tempo que os tribunais superiores têm levado para julgar todos os recursos possíveis da defesa dos acusados é imprevisível. No caso do Massacre de Eldorado dos Carajás, a condenação do Coronel Mário Colares Pantoja e do Capitão José Maria Pereira de Oliveira, ocorreu em julgamento realizado em maio de 2002. O julgamento do último recurso da defesa dos condenados e a consequente decretação de suas prisões preventivas, só ocorreu em 07/05/2012, ou seja, 10 anos depois da condenação.

Após julgados os infindáveis recursos, a estratégia dos condenados tem sido: a fuga (caso dos fazendeiros Adilson Laranjeira e Vantuir Gonçalves, condenados como mandantes do assassinato do sindicalista João Canuto, em Rio Maria, em 1985); requerer a prisão domiciliar, alegando o aumento da idade e problemas de saúde, pedido feito pela defesa dos condenados

pelo Massacre de Eldorado dos Carajás. Benefício já concedido ao fazendeiro Edmundo Ortiz Virgulino, condenado a 152 anos de prisão, em júri ocorrido em 14/12/2006, como mandante da chacina de 08 trabalhadores rurais na fazenda Ubá, em São João do Araguaia, Pará, no ano de 1985.

Vencidos todos esses obstáculos, a prisão dos acusados e condenados não assegura que irão cumprir as penas. A corrupção da polícia e a conivência das autoridades responsáveis pela Segurança Pública no estado tem favorecido a fuga de inúmeros presos, acusados ou condenados, por crimes contra trabalhadores rurais. Conforme notas divulgadas pela CPT, o soldado PM José Ubiratan Matos Ubirajara, assassino dos irmãos José e Paulo Canuto, foi condenado a 50 anos de prisão em 28/04/94, teve sua fuga facilitada do centro de recuperação feminina de Belém, em 24/10/94; O sargento Edson Matos, também assassino dos irmãos Canuto, teve sua fuga facilitada do Quartel Central da Polícia Militar de Belém em 1992; Wanderley Borges de Mendonça, gerente da fazenda de Jerônimo, acusado de vários crimes, fugiu da delegacia de Xinguara no próprio carro da polícia civil em março de 1996; José Serafim Sales, pistoleiro que assassinou Expedito, condenado a 25 anos de prisão em 1994, teve fuga facilitada na penitenciária de Marabá em 14/03/2000 (DIÁRIO DO PARÁ, 16/03/2000, p.07); Jerônimo Amorim, condenado a 19 anos e 06 meses de prisão, teve sua pena perdoada pela Justiça de Goiás (indulto judicial) sob a alegação de ter problemas graves de saúde; Wellington de Jesus foi condenado a 29 anos de prisão em júri ocorrido em 12/04/2007, foi autorizado pelo juízo de execução em Belém, a passar o final do ano de 2007 em casa e nunca mais retornou. Lindonjonson Silva, condenado a 42 anos de prisão teve sua fuga facilitada da penitenciária Mariano Antunes de Marabá, no dia 10/11/2015 e se encontra foragido. Esses exemplos deixam claro, a conivência de policiais e autoridades do Estado com os latifundiários. Enquanto os assassinos são colocados nas ruas, as testemunhas e familiares da vítimas correm risco de vida sem ter qualquer proteção (CPT Xinguara. Nota do Comitê Rio Maria, CPT de Xinguara e STR de Rio Maria, em 22/06/2010).

Uma vez em liberdade, os órgãos de segurança pública do Estado não empreendem qualquer esforço para recapturar os fugitivos. No banco de dados da CPT de Marabá, há uma relação de 29 mandados de prisão expedidos pela Justiça contra executores e mandantes de

assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças no sul e sudeste do Pará. Não há informações de nenhuma investigação em curso para cumprir esses mandados (conferir tabela 13, página 171).

Os dados refletem a realidade em nível nacional. De acordo com os registros do banco de dados da CPT Nacional, dos 1.676 assassinatos, no período de 1985 a 2013, apenas 106 deles se chegou a uma conclusão da ação penal, resultando na condenação de 23 mandantes, sendo que, outros 14 foram absolvidos. Em apenas 8,38% dos casos, houve conclusão do processo penal e algum responsável submetido a julgamento.

> Sintetizando as informações disponíveis, podemos traçar algumas características da violência no campo: trata-se de uma violência difusa, de caráter social, político e simbólico, envolvendo tanto a violência social como a violência política. Neste caso, ela se exerce, frequentemente com alto grau de letalidade, contra alvos selecionados (contra as organizações dos camponeses e trabalhadores rurais) e seus agentes são membros da burguesia agrária, fazendeiros e comerciantes locais, mediante o recurso a "pistoleiros" e milícias organizadas. Também se registra a presença do aparelho repressivo estatal, comprovado pela frequente participação das polícias civis e militares. Enfim, a omissão de membros do Poder Judiciário reforça o caráter de impunidade. Como resultado, produz-se a carência do acesso ao Poder Judiciário para as populações camponesas e dos trabalhadores rurais, resultando em uma descrença na eficácia da Justiça para resolver conflitos ou mesmo para garantir direitos constitucionais, como o direito da função social da terra (TAVARES, DOS SANTOS, 2000, p.05).

Como bem sintetiza o professor Tavares dos Santos, a continuidade da violência no campo é resultado de um conjunto de fatores e que envolve diferentes responsabilidades dos agentes públicos. O uso desse meio tem como objetivo manter a concentração da terra favorecendo os interesses do capital e impedir o processo de organização para o acesso e a permanência na terra por parte dos trabalhadores rurais.

### IV.5 - A criminalização dos Movimentos Sociais.

Como o Estado brasileiro tem se negado a garantir o direito ao acesso à terra à aqueles que o reclamam, por estar historicamente comprometido com as oligarquias rurais, os Movimentos Sociais rurais, comunidades camponesas e indígenas têm chamado para si a responsabilidade de forçar o Governo a reconhecer esse direito. Isso tem sido feito através de muita luta e muito sangue. A estratégia dos Movimentos Sociais e das populações camponeses

tem sido a de promover a ocupação dos latifúndios improdutivos que não cumprem com a função social e que são de interesse do agronegócio, exigir a demarcação de terras indígenas, terras de quilombolas, ribeirinhos, demarcação de áreas de proteção ambiental e reservas extrativistas, como forma legítima de defesa de seus territórios e pressão, para forçar o Governo a cumprir com o que determina a Constituição Federal. Os avanços, no entanto, têm provocado uma reação violenta, principalmente, dos novos atores que, concentram as terras, têm grande poder econômico e fortes influências sobre os poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e do Ministério Público.

A violência não é só física, ela ocorre também de várias outras formas. Uma delas é a tentativa de deslegitimar as lutas dos camponeses, criminalizando suas iniciativas e seus Movimentos no processo de disputa pela posse da terra e na defesa de seus direitos. Nos últimos anos, em função da pressão da sociedade contra os Massacres e chacinas, ganhou força uma outra forma de violência contra os camponeses e seus Movimentos que continuam fazendo a luta pela terra. Trata-se da criminalização.

> Observa-se que com a evolução do processo de criminalização ocorreu uma diversificação daquele que funciona como agente opressor que deixou de ser apenas a polícia, com o uso da violência, por exemplo, pra passar a ser, como citado, a Mídia, a Universidade, o Poder Legislativo e o Judiciário (ULISSES, 2012, p.143).

Para Frigo e Filho (2010), a criminalização se dá através de um processo estruturado de violência física e simbólica, que adquire ares de violência institucional (pública e privada) na medida em que seus agentes se utilizam de suas prerrogativas e funções para atribuir uma natureza essencialmente criminosa às manifestações sociais organizadas, e, a partir daí, sob o argumento de manter a democracia e a ordem, reprimir tais manifestações.

> O domínio de forças conservadoras sobre espaços do aparelho de Estado permite que mecanismos variados sejam usados seletiva e simultaneamente contra os Movimentos Sociais, como prisões, inquéritos policiais, ações criminais, ameaças, Comissões Parlamentares de Inquérito, tomadas de contas, fiscalização "dirigidas" por órgãos de fiscalização e controle como o Tribunal de Contas da União-TCU e a Controladoria Geral da União-CGU. Há que se reconhecer, ainda, que isto se dá em articulação com um processo de desmoralização e satanização dos Movimentos Sociais, orquestrado por meios de comunicação, que priorizam as falas criminalizatórias e manipulam informações e fatos referentes às manifestações sociais, sem garantir-lhes um

> espaço, ou mesmo reconhecer-lhes como interlocutores da questão reportada (FRIGO & FILHO, 2010, p.4).

A criminalização tornou-se uma rotina na forma de ação do Estado que se intensificou a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de interromper as crescentes lutas dos Movimentos Sociais do campo, e desconstruir o direto dos trabalhadores à terra. Se articulou em várias frentes: ações diretas do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e da Imprensa.

> O Poder Judiciário tem decretado continuamente a prisão de trabalhadores envolvidos nas ocupações de terras, acusando-os de formação de bandos e quadrilhas. Com essas medidas o Estado tem criado uma nova forma de coerção: a judiciarização da luta pela reforma agrária. A luta pela terra, a violência dos proprietários fundiários e a parcialidade do Estado no conflito agrário, pela criminalização da questão agrária, indicam a continuidade do processo de dilaceramento da cidadania no campo, mas revelam também o vigor das lutas agrárias (TAVARES DOS SANTOS, 2000, p.07).

A trincheira principal de articulação das forças do latifúndio na estratégia de criminalização passa pela atuação do Poder Judiciário, tradicional aliado desse setor, do Ministério Público, das Polícias e da Imprensa. Na área cível, as garantias constitucionais ligadas aos direitos coletivos e a obrigatoriedade do cumprimento da função social da propriedade não são levadas em conta quando, em pauta, estão as ações possessórias. A Lei Maior é desconsiderada em nome da proteção ao direito absoluto de propriedade.

A criminalização é, justamente, transformar a luta dos Movimentos Sociais organizados por um direito, em prática de crime. Essa prática ocorre de forma mais intensa nas instâncias de primeiro grau do Poder Judiciário e do Ministério Público e é adotada, na maioria das vezes, desconsiderando completamente o estabelecido na Constituição e na legislação infraconstitucional, bem como, nas decisões de instâncias dos tribunais superiores.[102]

No Rio Grande do Sul, o Ministério Público, chegou a propor "ações judiciais para a 'dissolução do MST e declaração da sua ilegalidade', 'suspender marchas, colunas e outros

[102] "Movimento Popular visando implantar a reforma agrária não caracteriza crime contra o patrimônio. Configura direito coletivo, expressão da cidadania, visando a implantar programa constante da Constituição da República. A pressão popular é própria do Estado de Direito Democrático..." (STJ, 6ª Turma, HC 5.574/SP, Rel. Min. Juiz Vicente Cernicchiaro, DJU 18.08.1997, in RT 747/608).

deslocamentos'; 'investigar os integrantes de acampamentos e a direção do MST por prática de crime organizado; desativar os acampamentos'" (CDPPH, 2008, p.7). Também no Rio Grande do Sul, o Ministério Público Federal de Carazinho ingressou com ação criminal, aceita pela Justiça Federal, contra oito integrantes do MST pelo cometimento de delitos contra a "Segurança Nacional", com base na Lei de Segurança Nacional, de 1983 (SCALABRIN, 2008, p.01).

Incentivar o povo a se organizar e lutar por seus direitos é interpretado como fazer apologia ao crime. Em 2010, em Marabá, duas lideranças do MST, Charles Trocate e Maria Raimunda César, tiveram suas prisões decretadas por apoiarem famílias na ocupação da PA 150, na curva do "S", por ocasião do aniversário do Massacre de Eldorado dos Carajás. A polícia os acusou de estarem incitando os trabalhados a praticarem crimes (Processo nº 2010.2.000133-9. Comarca de Curionópolis).

Questionar ou não aceitar se submeter a ordem judicial é tido como desobediência e o judiciário tem condenado lideranças ao pagamento de multas pesadas para inviabilizar financeiramente a organização e as pessoas. Em 2008, lideranças do MST de Marabá e do Movimento dos Trabalhadores na Mineração - MTM de Parauapebas, foram condenadas ao pagamento de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), porque o Juiz Federal entendeu que os trabalhadores acampados à margem da ferrovia desobedeceram à ordem dada por ele de não ocuparem os trilhos. O argumento usado pelo Juiz para justificar a condenação foi devido eles serem lideranças. O Juiz, em sua decisão, assim afirmou: "os réus lideraram diversas pessoas na invasão da Estrada de Ferro e, por esta razão, devem responder pela totalidade dos danos causados e arcar com a multa imposta caso a turbação ocorresse" (Processo nº 2008.39.01.000264-6. Justiça Federal. Marabá). A conclusão do Juiz contraria, portanto, o próprio Código Civil que, nesses casos, estabelece que a multa é pessoal, ou seja, deveria sem imposta a cada um dos milhares de trabalhadores que participaram da mobilização.

Os relativos avanços conseguidos nas instâncias superiores do Judiciário não têm sido suficientes para barrar o processo de criminalização, em curso, contra os Movimentos Sociais do campo e da cidade. Isto devido o lugar social dos integrantes do Poder Judiciário e do papel histórico dessa instância de poder na manutenção dos privilégios das oligarquias rurais desse país.

Alguns fatores devem ser considerados para que se entenda esse excessivo conservadorismo do Judiciário brasileiro. Um aspecto é o histórico individualismo presente na prática da maioria dos magistrados, que se traduz pela convicção de que a parte precede o todo, ou seja, de que os direitos do indivíduo estão acima dos direitos da coletividade. O que prevalece é o mercado, onde as relações sociais e econômicas são travadas. Outro aspecto é o formalismo na visão de mundo, ou seja, o apego a um conjunto de ritos e procedimentos burocratizados e impessoais, não estando preparados técnica e doutrinariamente para compreender os aspectos subjetivos dos pleitos a eles submetidos. Enfrentam dificuldades para interpretar e aplicar novos conceitos de textos legais típicos da evolução das conquistas sociais, principalmente os que estabelecem direito coletivos. Somam-se a esses aspectos, as ligações históricas que sempre teve o Poder Judiciário com a classe dominante e o papel que o Órgão cumpre garantindo os interesses dos mais abastados em detrimento dos mais pobres.

Uma crítica bastante contundente, é feita ao Poder Judiciário por Boaventura de Sousa Santos, em artigo citado por Jacques Távora Alfonsin, no livro, *A Questão Agrária e a Justiça*: Segundo Jacques Távora Alfonsin (2000):

> Nesse contexto, Boaventura de Sousa Santos critica duramente a atuação do Judiciário nos chamados países periféricos, e soma sua voz aos muitos que clamam por uma presença mais eficaz das disposições constitucionais, no julgamento das ações que são submetidas ao seu julgamento.
> [...] A distância entre a Constituição e o direito ordinário é, nesses países, enorme e os tribunais têm sido tíbios em tentar encurtá-la. Os fatores desta tibieza são muitos e variam de país para país. Entre eles podemos contar sem qualquer ordem de precedência: o conservadorismo dos magistrados, incubados em Faculdades de Direito anquilosadas, dominadas por concepções retrógradas da relação entre direito e sociedade; o desempenho rotinizado assente na justiça retributiva, politicamente hostil à justiça distributiva e tecnicamente despreparada para ela; uma cultura jurídica 'cínica' que não leva a sério a garantia dos direitos, caldeada em largos períodos de convivência ou cumplicidade com maciças violações dos direitos constitucionalmente consagrados, inclinada a ver neles simples declarações programáticas mais ou menos utópicas; uma organização judiciária deficiente, com carência enorme tanto em recursos técnicos e materiais; um Poder Judiciário tutelado por um Poder Executivo, hostil à garantia dos direitos ou sem meios orçamentários para levar a cabo; a ausência de opinião pública forte e de Movimentos Sociais organizados para a defesa dos direitos; um direito processual civil hostil e antiquado (ALFONSIM, 2000, p. 220-221).

De fato, esse é um retrato fiel da atuação do Poder Judiciário brasileiro, com raras exceções. As ocupações de terras resultam de um grave problema social, oriundo da injusta distribuição de renda que provocou um crescente empobrecimento e marginalização da maioria da população brasileira. Não se trata de um simples conflito entre particulares. Portanto, tem que ser tratadas como questão social, objeto de políticas e não de polícia. Banidos do campo, sem-terras, sem emprego e sem moradia, é quase inevitável o destino dessa população: a morte, seja por fome, doenças ou bala, prostituição, alcoolismo ou drogas.

Vale considerar, enfim, que, apesar desses posicionamentos refletirem importantes setores do pensamento jurídico nacional, prevalece na mídia, de modo esmagador e quase unívoco, a ideia oposta, como se fosse unânime a opinião dos juristas em favor da tese da ilegalidade das ocupações de terras e da criminalização dos trabalhadores rurais.

Para Fernandes (2001), criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam. É condenar famílias sem-terra que lutam pela recriação de suas existências como trabalhadoras. É aceitar os interesses dos latifundiários e o processo de intensificação da concentração da terra. O processo de criminalização, tem causado prejuízos incalculáveis para a vida e a luta dos Movimentos Sociais camponeses. Trata-se de uma ofensiva das oligarquias brasileiras com o objetivo de frear a luta histórica dos trabalhadores pelo direito à terra. É uma das formas de violência do latifúndio e seus aliados na luta de classe que se estabeleceu no campo brasileiro.

Toda essa política de desconstrução dos direitos dos trabalhadores e de criminalização dos Movimentos e lideranças encontra fortes aliados nos grandes meios de comunicação. Na maioria dos estados, muitos dos que controlam o capital no campo são também proprietários das empresas de comunicação, portanto, divulgam apenas o que lhes interessam[103]. E quando não

[103] http://victorvianabuzios.blogspot.com.br/2012/08/quem-controla-midia-mais-uma.html. **11 famílias controlam as maiores empresas de comunicação e mídia do país.** Na esfera das telecomunicações três famílias são proprietárias dos três principais canais de Tv do País: Os Marinhos - Tv Globo- com 38,7%, os Macedo - Tv Record - com 16,2% e os Abravabel - SBT- com 13,4%. A família Marinho ainda controla rádios, jornais e revistas concorrendo com a Família Civita, que controla o Grupo Abril, ambos detêm 60% do mercado editorial. Os principais jornais brasileiros também são controlados por famílias - os Frias controlam a Folha de São Paulo - Os Mesquita, o Estado de São Paulo - no Sul a família Sidotske é dona do Grupo RBS e controla o maior jornal de circulação no Rio Grande do Sul, Zero Hora, além de Tvs, rádios e outros diários regionais. Famílias ligadas políticos tradicionais estão no comando de Grupos de Mídia em diferentes regiões, como os Magalhães na Bahia -

são proprietários exercem influências fortíssimas sobre as mesmas em razão do poder econômico e político que possuem.

No Brasil os principais meios de comunicação, de modo geral, se comportam mais como empresa de comunicação do que como imprensa de verdade. Publicam geralmente notícias de quem, de certa forma, as compram antecipadamente ou concordam ideologicamente, nesses casos, nem o princípio básico de ouvir os dois lados da notícia é respeitado. As informações são manipuladas para responder aos interesses dos que detêm o poder econômico.

Os Movimentos Sociais e as populações camponesas que fazem o enfrentamento com os setores do capital no campo enfrentam um processo violento de calúnia e difamação por parte dos meios de comunicação. O objetivo é sempre deslegitimar os direitos conquistados pelos trabalhadores, desconstruir suas lutas e isolá-los do conjunto da sociedade, fragilizar suas organizações e, dessa forma, garantir os interesses daqueles que controlam as terras e as riquezas.

Em síntese, podemos afirmar que, estamos frente a um cenário marcado por conflitos e violência constante no campo, resultando em violação de direitos humanos permanentes, com forte tendência de agravamento dessa situação frente à expansão do atual modelo de desenvolvimento, principalmente, em direção à Amazônia. A situação se mostra ainda mais preocupante na medida em que os Movimentos Sociais organizados passam por um processo de desaceleração das lutas e, consequentemente, da diminuição de sua capacidade de pressão para garantir seus direitos.

Mesmo frente às situações de violência e impunidade, nas últimas décadas, ocupar grandes propriedades privadas tem sido a principal ação da luta pela terra. Por meio das ocupações, os sem-terra espacializam a luta, conquistam a terra, territorializam o Movimento Camponês e impulsionam o expansão de uma cultura de resistência no campo.

---

Rede Bahia, Jornal O Estado da Bahia, Radio Bahia FM e TV Bahia. Os Sarney, no Maranhão - Grupo Mirante, Jornal, Rádio e TV Mirante. Os Collor de Melo, em Alagoas - Organização Arnon de Mello, jornais, rádios e TV Gazeta.

## CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar os impactos do Massacre de Eldorado dos Carajás, sobre a luta camponesa pela terra no sul e sudeste do Pará. A conclusão principal que se chega ao final desse trabalho é que, o acontecimento do Massacre não influenciou apenas a luta pela terra e pela reforma agrária na região onde o fato se deu, mas, teve forte repercussão nas lutas sociais no campo em nível nacional e até internacional.

Como vimos no curso da pesquisa, a forte repercussão do Massacre associada às lutas crescentes de ocupação de terras por todo o país, principalmente pelo MST, forçou Governo Federal, a adotar uma série de políticas públicas voltadas para o processo de implantação da reforma agrária. Uma das principais decisões de Governo à época, foi a criação do Ministério de Política Fundiária. O ministro Raul Jungmann, escolhido para o cargo, sempre repetia nas reuniões de negociações com os representantes dos Movimentos Sociais que, na verdade, era Ministro "dos 19 trabalhadores rurais assassinados na curva do S".

O dezessete de abril passou também a fazer parte do calendário de lutas de Movimentos rurais e urbanos do Brasil de outros países. Todos os anos nessa data, milhares de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil e no exterior vão às ruas para lembrar e fazer memória do fato ocorrido em Eldorado dos Carajás. Para os Movimentos Sociais, a data se tornou o "Dia Internacional de Luta Camponesa"[104]. Em razão do Massacre, o mês de abril também se tornou referência nas lutas do MST e de outros Movimentos em defesa da reforma agrária. Esse período foi escolhido por esses Movimentos para fazerem ocupações coletivas de dezenas de latifúndios em todo o país e exigirem o fim da impunidade em relação aos crimes praticados contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Essa ação ficou conhecida como "Abril Vermelho"[105].

A memória do Massacre de Eldorado, assim como de outros Massacres ocorridos no campo, permanece presente no universo de lutas camponesas e passou a fazer parte da história da

[104] Dia Internacional de Luta Camponesa mobiliza campo e cidades. Correio do Brasil. 17/05/2016.
[105] Entenda o que é o "Abril Vermelho". Massacre que deixou 21 mortos no Pará em 1996, deu origem a mobilizações anuais do MST. R7. 17/4/2013.

luta pela terra no Brasil, a exemplo do que ocorreu com o Movimento de Canudos, do Contestado e outros.

No sul e sudeste do Pará, regiões onde o ocorreu o massacre, os impactos que o fato causou sobre as lutas dos camponeses pela terra e pela reforma agrária foram de grandes proporções. Nepomuceno (2007) e Almeida (2006) são unânimes em afirmar que o acontecimento divide a história da luta pela terra na região em "antes" e "depois". O evento acabou sendo apropriado pelos Movimentos Sociais regionais e se transformado, em uma ferramenta de lutas de modo a beneficiar os trabalhadores sem-terra e com terra na região. O resultado da pesquisa confirma que não há exageros na afirmação dos autores, de fato, o Massacre contribuiu decisivamente com as mudanças ocorridas no processo de organização, luta e articulação dos Movimentos de luta pela terra do sul e sudeste do Pará.

No período anterior ao Massacre de Eldorado, a disputa pela terra nessas regiões foram hegemonizadas pelo Movimento dos posseiros. Até o início da década de 1980, essas lutas eram organizadas a partir de iniciativas próprias dos trabalhadores na forma de resistência nas áreas já conquistadas (contra ações violentas de grileiros ou detentores de títulos expedidos pelo poder público) e em iniciativas de ocupações de terras devolutas ou não por parte de migrantes sem-terra vindos de outros estados, movidos pela propaganda oficial. No contexto da repressão da ditadura militar, esses grupos foram vítimas da violência praticada por pistoleiros e policiais a mando dos supostos proprietários das terras e, em muitos casos, com a participação dos militares que usavam da tortura para tentar sufocar qualquer movimento de resistência camponesa na região, temendo serem remanescentes da Guerrilha do Araguaia.

Nesse período, devido às poucas organizações de representação dos trabalhadores se encontrarem sob a intervenção dos militares, os grupos de posseiros recorriam diretamente à Igreja Católica em busca de ajuda contra as violências sofridas. Como bem explicou Martins (1989:

> Basicamente, a Igreja se transformou num refúgio por dois motivos: de um lado, porque as vítimas e perseguidos não tinham e não têm outra alternativa. A justiça e a polícia locais têm estado sob controle dos grandes proprietários, não sendo raro que o juiz, o delegado, o comandante do destacamento e todos os outros funcionários públicos tenham sido nomeados pelo Governador por

> indicação de políticos apoiados e eleitos pela interferência dos grandes fazendeiros locais. Tem sido comum que um peão fugido, ameaçado de tortura e morte, ao recorrer à polícia local, acabe sendo entregue de volta ao capataz e aos pistoleiros da fazenda de onde escapara. A inutilidade desse socorro é também reconhecida pelos posseiros. De outro lado, porque a Igreja, a partir dos anos sessenta, tem sido a Igreja da opção preferencial pelos pobres e da pastoral social. A violência da expansão capitalista na Amazônia encontra pela frente uma Igreja vigilante e atenta aos direitos humanos, comprometida com os direitos dos pobres e oprimidos, voz dos que não têm voz. Uma Igreja comprometida com a dignidade do homem e consciente de que a libertação dos pobres passa pelo rompimento das cadeias que escravizam não só o seu trabalho, mas também a sua consciência (MARTINS, 1989, p.87).

A partir do início da década de 1980 com a implantação do Projeto Carajás, a construção da hidrelétrica de Tucuruí e a abertura do garimpo de Serra Pelada, acelerou-se o processo de migração de famílias pobres para a região, aumentando significativamente o número de famílias a procura de terra. A conquista dos sindicatos das mãos do militares, o fim da ditadura militar, o início da Nova República e a expectativa de uma reforma agrária, impulsionou a luta dos posseiros, provocando a ocupação de dezenas de latifúndios em todo o sul e sudeste do estado. Como bem explica Pereira (2013), os posseiros passaram a ocupar não só as terras públicas e devolutas, mas também, fazendas tituladas que, de acordo com a avaliação dos trabalhadores, eram improdutivas.

A contra ofensiva dos fazendeiros veio através da criação da UDR, organização que tinha como objetivo organizar a categoria e arrecadar fundos para "proteger" as propriedades e apoiar as campanhas eleitorais de candidatos ligados aos fazendeiros. A pressão do setor ruralista fez o Governo recuar em relação ao programa de reforma agrária e os trabalhadores ficaram à mercê da violência praticada pelo latifúndio através da ação de pistoleiros. Na década de 1980, o sul e sudeste do Pará registrou o maior número de assassinatos e chacinas de camponeses em toda sua história, conforme descrito no capítulo I desta pesquisa.

A violência contra os posseiros, embora fosse generalizada, tinha também um aspecto seletivo. Procuravam assassinar as lideranças dos trabalhadores com o objetivo de impedir o processo de ocupação dos latifúndios, desarticular suas organizações e suas possibilidade de lutas. Foi nesse contexto que dezenas de sindicalistas com atuação destacada foram assassinados na região além de seus apoiadores como advogados e religiosos.

No final da década de 1980, outro ator social do campo, o MST, decide abrir uma frente de atuação no sul do Pará. Após tentativas frustradas de se instalar em Conceição do Araguaia e Marabá, o Movimento acaba se territorializando no município de Parauapebas, onde consegue organizar um acampamento bem sucedido e conquistar seu primeiro assentamento na região. O MST chega num momento de crise do Movimento Sindical regional. Os assassinatos de muitas das lideranças sindicais, a ausência de uma estratégia de atuação mais coletiva e regionalizada, além das mudanças conjunturais da época, provocou uma diminuição no potencial de lutas dos do Movimento Sindical. Como bem explicou Assis (2014):

> A estrutura e organização sindical tradicional foram fundamentais para articular lutas localizadas, enfrentar a violência e resistir na terra, mas enfrentavam dificuldades de definir e articular lutas no espaço regional. Em meados dos anos noventa, as entidades sindicais do sudeste paraense aparentavam uma certa incapacidade de responder às demandas de seus filiados diante da nova conjuntura política e econômica do país (ASSIS, 2014, p.270).

A chegada do MST no sul do Pará, trazendo consigo novas formas de fazer a luta pela Reforma Agrária, causou atritos com a estrutura sindical e com o jeito dos posseiros fazerem a luta pela terra. Nos primeiros anos a convivência entre as duas experiências foi marcada pela desconfiança e pela impossibilidade de executarem ações conjuntas.

Após algumas tentativas frustradas, O MST acabou erguendo sua bandeira no município de Parauapebas, região de Carajás, onde os interesses do capital e de seus aliados estavam em processo acelerado de estruturação. O capital, através da CVRD iniciava o processo de exploração de minério de ferro na maior província mineral do planeta (província mineral de Carajás). Para proteger os interesses do capital sobre tamanha riqueza, o Estado criou um cinturão verde (Floresta Nacional de Carajás) no entorno das áreas de mina e entregou sob os cuidados de Empresa Mineradora. Além de seu exército de seguranças particulares a Empresa contava com os serviços do Batalhão da Polícia Militar de Parauapebas, mantido em boa parte, com os recursos da própria CVRD. No entorno da mina de Carajás, fazendeiros vindos de diferentes regiões do país, instalaram suas fazendas, de olho na valorização das terras com o avanços da exploração minerária. Esse conjunto de forças vão se articular para impedir a territorialização do MST na região.

É nesse contexto que foi articulado o Massacre de Eldorado dos Carajás. Como bem descrito no capítulo II desta pesquisa, o Massacre não foi um caso isolado, mas, resultado de uma articulação envolvendo os fazendeiros, a CVRD, o INCRA e o Governo do Estado. O ator escolhido pelas autoridades do Estado para solucionar o conflito foi a Polícia Militar. Como bem explica Nepomuceno (2007) "soldados, cabos, sargentos e oficiais, de uma força policial frequentemente corrompida, bastante mal paga, totalmente despreparada, acostumada muitas vezes a atuar a troco de tostões na defesa de interesses de fazendeiros, grileiros e ocupantes ilegais de terras" (p.17). Uma atuação marcada pelo uso de muita violência em ações conjuntas com pistoleiros, resultando em dezenas de assassinatos, ameaças, expulsões, espancamentos e outras formas de violência contra os trabalhadores rurais (posseiros) que lutavam pelo acesso à terra.

A violência empregada pela Polícia Militar contra os sem-terra na Curva do S, teve um componente a mais daquela violência utilizada contra os posseiros nas ocupações de terras coordenadas ou não pelo Movimento Sindical. A sanha desmedida da polícia em plena luz do dia, sob as lentes de câmeras e com centenas de testemunhas, tinha a intenção clara de mandar um recado ao MST, impor-lhe uma derrota e impedir sua territorialização no sudeste paraense. A experiência de luta pela terra do MST representava um perigo maior para os setores ligados ao capital na região de Carajás.

A violência desmedida além de não impor uma derrota ao MST provocou um amplo processo de solidariedade dos Movimentos Sociais da região e da sociedade em geral à causa defendida pelo MST: a reforma agrária. Como vimos no capítulo III desta dissertação, a luta pela terra e pela reforma agrária no sul e sudeste do Pará, adquiriu outros rumos no período posterior ao Massacre. A ausência de diálogo entre o MST e o Movimento Sindical foi superada, e as estratégias e práticas adotadas pelo MST para fazer a luta, passaram a ser incorporadas pelo Movimento Sindical. A criação da Regional Sudeste da FETAGRI em Marabá, logo após o Massacre, consolidou essa nova estratégia de luta no campo sindical.

> A ação de massa e a mobilização social, substituíram os expedientes que se tornaram corriqueiros na ação sindical. Abaixo-assinados, ofícios, dossiês e outros expedientes do gênero passaram a ser instrumentos secundários e complementares às grandes mobilizações. A mobilização e a ação de massa passaram a ser a referência da luta. [...] Deixaram de negociar pequenas solicitações baseadas em problemas isolados de cada STR pela negociação

> coletiva de cunho regional; abandonaram uma postura de medo frente às estruturas do Estado pela coragem do enfrentamento; trocaram a noção de luta individual das instituições por uma noção mais próxima de grandes Movimentos (ASSIS, 2014, p.271).

As mudanças não foram apenas de caráter estratégicos nas lutas, mas foi também de conceitos e identidades: "invadir" passou a ser "ocupar", "posseiro" passou a ser "sem-terra", bandeiras, cantos e palavras de ordens, passaram a ser parte do cotidiano das lutas. Agora, o espaço de luta e resistência não é mais no interior da floresta para dificultar a ação de pistoleiros e policiais, chama-se acampamento e a luta passa a ser em campo aberto. Com bem explicou Bernardo Mançano Fernandes (2004):

> A inversão do sentido da conflitualidade criou um novo fato e ganha as páginas dos jornais. Essa forma de organização espacial causa um impacto na paisagem, demonstrando que aquelas famílias querem mudar suas realidades. Agora, ninguém pode ignorar essas pessoas. Elas estão juntas reivindicando condições dignas de vida. Nem as estatísticas, nem os discursos políticos, nem as teorias poderão ignorá-las. [...] Os sem-terra querem conquistar os seus direitos em nome da democratização do acesso à terra (FERNANDES, 2004, p.46).

Os anos que se seguiram após o Massacre, foram marcados por um crescimento acentuado das ocupações de fazendas no sul e sudeste do Pará e por intensas lutas do MST e da FETAGRI, através da realização de grandes ações coletivas (acampamentos), na sede da Superintendência do INCRA de Marabá. Essas ações conjuntas, resultaram em muitas conquistas: desapropriações e arrecadações de terras, criação de novos assentamentos e implementação de políticas públicas para as famílias assentadas. Esses avanços se inseriam no contexto de expansão nacional do MST e da CONTAG e da pressão sobre o Governo FHC através da ocupação de terras e órgãos públicos. No segundo mandato de Fernando Henrique, um pacote de medidas criminalizantes foram adotadas pelo Governo visando impedir o avanço da reforma agrária e das lutas dos Movimentos Sociais, especialmente o MST. Por força de lei, os sem-terra foram forçados a ficarem do lado de fora da porteira dos latifúndios, sob pena, de impedimento da desapropriação do imóvel em caso de desobediência, além das sanções de natureza penal. Essas e outras medidas, causaram a diminuição das ocupações e da criação de novos assentamentos e impactaram a capacidade organizativa dos Movimentos.

Com a eleição do presidente Lula em 2002, os trabalhadores sem-terra viram novamente acender a esperança da realização de uma reforma agrária. Milhares de famílias sem-terra foram

para debaixo da lona preta em todo o Brasil à espera de um pedaço de terra. No entanto, a aliança feita pelo PT com os partidos ligados aos interesses do Agronegócio, liquidou com essa possibilidade. O PT se omitiu em implementar políticas que pudessem enfrentar o problemas da concentração da terra e optou em adotar medidas que ajudassem a favorecer a expansão do agronegócio e das grandes propriedades que produzem para exportação. O resultado é que, durante os Governos petistas, as grandes propriedades aumentaram sua área em 97,9 milhões de hectares[106]. Por outro lado, nos 08 anos do Governo de Lula, período que houve maior número de desapropriações de terras para reforma agrária na era PT, apenas 4.278,341 hectares foram retirados do controle do latifúndio e incorporado ao território camponês[107].

Por outro lado, os Movimentos Sociais de luta pela reforma agrária, abriram mão de fazer o enfrentamento com o governo sobre a questão agrária e agrícola, não conseguiram romper com o processo de cooptação de muitas de suas lideranças e com as influências do partido dentro de sua estrutura organizativa. Sem a pressão devida dos Movimentos Sociais, assistimos no campo, o recuo das conquistas dos trabalhadores e o avanço dos setores ligados ao Agronegócio.

No sul e sudeste do Pará, considerando o período anterior e posterior ao Massacre de Eldorado, através da luta pela terra, a FETAGRI, o MST, a FETRAF e outros movimentos, conseguiram incorporar ao território camponês cerca de 6 milhões de hectares entre assentamentos já criados pelo INCRA e áreas ocupadas. Mas, a conjuntura de políticas dos últimos anos tem interferido diretamente nessas conquistas. O que se percebe é um INCRA cada vez mais sucateado e instrumentalizado pelos partidos para fins eleitorais, o latifúndio recuperando espaços perdidos nos anos pós massacre e a violência contra os trabalhadores ganhando força nos últimos anos.

Os avanços registrados em relação à conquista da terra no sul e sudeste do Pará, não têm refletido no processo de construção da autonomia do Movimento camponês em relação aos interesses do capital. Devido à ausência de políticas públicas que fortaleça o processo de diversificação da produção e comercialização dos produtos, as famílias assentadas acabam ficando reféns das grandes propriedades através do processo de criação extensiva do gado ou da

[106] Evolução da estrutura fundiária/Brasil, 2003 - 2014. Cadastro Nacional do INCRA.
[107] Não temos dados dos 5 anos do Governo Dilma.

implantação de monocultivos. Como bem explicou Michelotti (2006), não se pode confundir conquista da terra com territorialização do campesinato.

> No entanto, é preciso ficar claro que a territorialização da luta pela terra não pode ser confundida com a territorialização do próprio campesinato. Pelo menos dois novos desafios são colocados à medida que os assentamentos são conquistados: um deles refere-se à possibilidade de estabilização relativa do campesinato nessas áreas frente às condições políticas e econômicas existentes; o outro refere-se a construção de uma autonomia relativa do campesinato perante o padrão de subordinação do território pelo capital que predomina no agrário brasileiro (MICHELOTTI, 2006, p.02).

Se faltou reforma agrária no campo, sobrou violência contra dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. No período pós Massacre a CPT registrou 191 assassinatos nas regiões sul e sudeste do estado. A demora em solucionar os conflitos deixou as famílias acampadas e suas lideranças expostas à violência de pistoleiros a serviço dos fazendeiros. Nos últimos anos, a violência não tem atingido apenas as famílias que lutam pela terra, mas também, as famílias e lideranças já assentadas. Setores ligados ao Agronegócio, à exploração de madeira, de minério e produção de carvão tem ingressado nos assentamentos promovendo a reconcentração fundiária e a destruição das florestas ainda existentes. Os que se opõe a esta investida acabam sendo vítimas dessa violência. O assassinato de casal de Extrativistas José Claudio e Maria do Espírito Santo no município de Nova Ipixuna em maio de 2011, foi um exemplo dessa realidade.

Além da violência física, ganhou força nos últimos anos a violência oriunda do processo de criminalização. Lideranças dos trabalhadores e seus apoiadores são vítimas, cada vez mais frequentes, de ações penais e civis em razão de liderarem lutas pela terra e mobilizações de pressão em defesa da reforma agrária.

Na conjuntura atual, os setores que comandam a expansão das frentes do capital no meio rural e sustentam o atual modelo de desenvolvimento para o campo, estão cada vez mais fortalecidas. Além de manterem em curso a política de desconstrução de direitos já conquistados, de perseguição e criminalização dos Movimentos Sociais e das populações camponesas, estão conseguindo impor na pauta do Congresso Nacional, inúmeros projetos que tem como objetivo, aumentar o controle e a concentração da terra, se apropriarem das riquezas do solo e subsolo, eliminar obstáculos que possam comprometer essa expansão e apropriação. Muitas são as

pressões do capital e, maioria delas, direcionadas para a Amazônia onde existem ainda muitas riquezas em água, terra, madeira, biodiversidade e minerais. A política dos sucessivos governantes, para a Amazônia, tem fortalecido, os grandes grupos econômicos e provocado a concentração da terra, a migração, o êxodo rural, o aumento dos conflitos e da violência e a degradação ambiental e das culturas de povos tradicionais e indígenas.

O respeito aos direitos humanos no campo, passa necessariamente, pelo enfrentamento à concentração da terra e das riquezas, à luta contra a violência e a impunidade e pela defesa de um outro modelo de desenvolvimento para o campo e para o país pautado não na racionalidade do capital, mas no respeito à dignidade da pessoa humana, à natureza e à cultura e aos modos de vida das populações camponesas e indígenas, sobretudo. Isso só é possível com o povo organizado e fazendo lutas.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros, revistas dissertações, teses e artigos.


AFONSO, José Batista Gonçalves. *Violação de Direitos Humanos no Campo*: um enfoque a partir da Amazônia. In: FIGUEIRA, Ricardo Resende; PRADO, Adônia Antunes (Orgs.). Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas. Cuiabá: EdUFMT, 2011, p. 201-219;

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. *Agrária*, nº 1, pp. 2-15, 2004;

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. *O intransitivo da transição.* O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LÉNA, Philippe & OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Org.). *Amazônia*: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991;

ALMEIDA, Rogério Henrique. *Araguaia-Tocantins*: fios de uma História camponesa. Rogerio Almeida. 2006;

ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. Editora CRV. Curitiba, Brasil, 2014;

BARATA, Ronaldo. *Inventário da Violência*. Crime e impunidade no campo paraense. Belém: Editora Cejup, 1995;

BARREIRA, César. *Crônica de um massacre anunciado*. Eldorado dos Carajás. São Paulo em Perspectiva, 1999;

BARROS, Maria Vitória Martins. *A zona castanheira do médio Tocantins e o Vale do Itacaiúnas:* reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Geografia da UFPA. 1992;

BAUER, W. M. & GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002;

BRASIL. CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (CDDPH). Relatório da comissão constituída pela Resolução nº 08/2008. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008;

CHINEM, Rivaldo. *Sentença*: padres e posseiros do Araguaia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983;

COSTA, F. de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. 2. ed. Belém: NAEA, 2013;

EMMI, Marilia Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais*. Belém: UFPA/NAEA, 1999;

EMMI, Marília Ferreira. Os Castanhais do Tocantins e a Indústria Extrativa do Pará até a década de 60, *PAPER* do NAEA nº 166, outubro de 2002.

FELICIANO, Carlos Alberto. A violência como base da formação territorial brasileira. (Universidade Federal de Sergipe) da Coleção Território e Questão Agrária, Expressão Popular. 2015;

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro*. Formação e territorialização do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 – 1999). Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1999;

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis. Vozes. 2000;

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*. V. 3, n.1, p.11-27, Jan/Jun 2003;

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Conflitualidade*. Ocupação como forma de acesso à terra. Texto apresentado em seminário no Lincoln Istitute of Land Policy e na Harvard University, em abril de 2004;

FERNANDES (org). A Questão Agrária e a Justiça. *Revista dos Tribunais*. São Paulo. 2000;

FIGUEIRA, Ricardo Resende. *A justiça do lobo*: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis. Editora Vozes, 1986;

ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sergio & FRIGO Darci. *A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais:* a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça? http://terradedireitos.org.br/2010/05/10/a-luta-por-direitos-e-a-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-a-qual-estado-de-direito-serve-o-sistema-de-justica/. Acessado em 20/07/2016.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *O posseiro da fronteira*: campesinato e sindicalismo no sudeste Paraense. Belém: UFPA/NAEA, 2001;

*Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Editora Anita, 1996.

HALL, Anthony L. *Amazônia:* desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Tradução: Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991;

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira*: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: ADUFPA, 2004a (Vol. I);

_____. *Cruzando a fronteira:* 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004b. (Vol. II);

IANNI, Octávio. *A luta pela terra:* história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978;

LUÍS, Osmar. Com os Guerrilheiros na Selva Amazônica. In: MOURA, Clovis; e Outros. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Editora Anita, 1996;

MAGALHÃES, S.B. *Direitos e projetos:* uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. In: MARTINS, J.S. et al (Orgs.). Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003;

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista Nera*, Presidente Prudente, Ano 11, nº 12, janeiro/junho, 2008, p.57-67;

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. A questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1991;

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite:* Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. Editora Hucitec. São Paulo, 1989;

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1984;

MEDEIROS, Leonilde Medeiros. Dimensões políticas da violência no campo**.** Rio de Janeiro. *Tempo*, 1996;

MEDEIROS, Leonilde Medeiros. A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, 2009, artigo;

MICHELOTTI, Fernando. Luta pela Terra e Assentamentos no sudeste do Pará. *Anais do 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 09 a 12 de setembro, Campina Grande - PB, Brasil;

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia:* os arquivos secretos da guerrilha. 2ª edição. São Paulo: Geração Editora, 2005;

MOURA, Clovis; e Outros. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Editora Anita, 1996;

NEPOMUCENO, Éric. *O Massacre:* Eldorado dos Carajás, uma história de impunidade. Planeta. São Paulo, 2007;

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A derrota dos camponeses pela não reforma agrária do MDA/INCRA no Governo LULA. *Anais do "Encontro Nacional dos Povos do Campo: por dignidade e justiça"* - Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo – Brasília-DF – 23 a 25 de julho de 2006;

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007;

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Reforma Agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território no Brasil. *Anais do XV Encontro de Geógrafos de América Latina*, Havana, Cuba, 06 a 10 de abril de 2015 (Versão atualizada 20/10/2015);

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula*. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida (Org.)."OS ANOS LULA: contribuições para um balanço crítico 2003-2010", Rio de janeiro: Garamond, 2010.p.287/328;

ONDENTTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista Gonçalves. De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social:* o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010;

PEIXOTO, Rodrigo. Memória, verdade e justiça. *Novos Cadernos NAEA*. Vol. 16 nº 02. p. 225-253. Dezembro de 2013;

PEREIRA, Airton dos Reis. *Luta pela terra no sul e sudeste do Pará:* migrações, conflitos e violência no campo. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós Graduação em História, 2013;

PETIT, Pere. *Chão de promessas*. Elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará, pós -1964. Belém. Paka-Tatu, 2003;

PICOLI, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006;

SCALABRIN, L. Gaspar. O crime de ser MST. *CLACSO*, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Argentina, ano IX, n. 24, 2008;

SILVA, DanielleWagner. *Entre a vila e o assentamento*: conexões que dinamizam a agricultura familiar na Amazônia. Dissertação (Mestrado Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Belém: Universidade do estado do Pará/ Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, 2011.

SOUZA, S.C. A entrevista como ferramenta de pesquisa. http://pesquisaqualiemcena.blogspot.com.br/2014/06/a-entrevista-como-ferramenta-de-pesquisa.html, s/t. Acessado em 03 de janeiro de 2015;

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente*: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005;

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente**.** *Conflitos agrários e violência no Brasil:* agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf. Acessado em 09/01/16;

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Dominação e modo de organização rural no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 34, fevereiro de 1992;

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A Cidadania Dilacerada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n.37, 1993;

TRECANNI, Girolamo Domenico. *Violência e Grilagem*: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA/ITERPA, 2001;

ULISSES, Laís Soares. Panorama da criminalização dos movimentos sociais no Brasil: suas diversas facetas e o emblemático caso da aplicação da Lei de Segurança Nacional no Rio Grande do sul. *Arquivo Jurídico*, v. 2, n. 2, jan./jun., 2012;

**Relatórios e cadernos**

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA**.** Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil. Washington: Organização dos Estados Americanos, 1997;

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. Conflitos no Campo, 1985 – 2015;

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT; MST; FETAGRI; CEPASP. Violação de direitos humanos no sul e sudeste do Pará. Marabá, março de 2013 (Dossiê);

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. Assassinatos no campo, estado do Pará (1964-2015). Marabá, 2015 (Lista atualizada em 2016);

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. Relação de fazendas ocupadas no sul e sudeste do Pará. Lista atualizada em 2015;

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. *Violência no campo*: A luta pela terra na Diocese de Marabá em 1998. Marabá, 1998;

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT & FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais no INCRA de Marabá. Marabá, período de 09 a 25 de novembro de 1997. (Dossiê);

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- CPT & FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais no de INCRA de Marabá. Marabá, período de 26 de abril 15 de maio de 1999. (Dossiê);

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT & FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais no de IINCRA de Marabá. Marabá, período de 16 a 28 de julho de 2000. (Dossiê);

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT & FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do INCRA de Marabá. Marabá, março de 2001. (Dossiê);

REDE NACIONAL DE ADVOGADAS E ADVOGADOS POPULARES – RENAP. *O Massacre de Eldorado dos Carajás*. Análise jurídica, Setor de Direitos Humanos do MST. 2003;

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT; MST; FETAGRI; CEPASP. Violação de direitos humanos no sul e sudeste do Pará. Marabá, março de 2013 (Dossiê);

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT Pará. Assassinatos no campo estado do Pará (1964-2010). Marabá, 2010 (Lista atualizada em 2011); CPT. Conflitos no Campo, Brasil. Goiânia, 1985-2011;

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implantação. Superintendência Regional Sul do Pará – SR (27), 18/08/2011;

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, 06/02/2015;

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Evolução da estrutura fundiária do Brasil, 2003 a 2014. Cadastro do INCRA, 2015;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário, 2006;

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). Brasília: Presidência da República/Biblioteca da Presidência da República, 1970;

**Processos e matérias de Jornais**

Os processos criminais e as matérias de jornais abaixo relacionadas fazem parte do arquivo da CPT de Marabá:

PROCESSO Nº 786/96, 1ª Vara do Tribunal do Júri, comarca da Capital, Belém, Pará;

PROCESSO nº 2008.39.01.000264-6. Justiça Federal. Marabá;

PROCESSO nº 2010.2.000133-9. Comarca de Curionópolis, Pará;

CAROS AMIGOS. O maior julgamento da história do Brasil, nº 05, novembro de 1999;

COMO uma festa. Rio de Janeiro. VEJA, 16/10/1985;

MISSÃO cumprida, ninguém viu nada. Porto Alegre. *Zero Hora*, 25/04/96;

AGRICULTORES reivindicam terras da CVRD. Belém. *O liberal*, 06/03/1995;

ALMIR GABRIEL inocentado pelo Ministério Público. Belém. *O liberal*, 24/09/1997;

ALMIR promete terras para 1.500 famílias. Belém. *O Liberal*, 08/03/1995;

ASSASSINADOS a sangue frio. Rio de Janeiro. *Jornal do Brasil*, 19/04/1996;

CAPITÃO PM é emboscado e morto durante uma vistoria em Fazenda. Marabá. *Correio do Tocantins*, 01-07/12/1995;

CERCO se fecha contra PM. Belém. *A Província do Pará*, 02/05/1996;

COM vários tiros pelo corpo, se fingiu de morto para escapar. Belém. *A Província do Pará*, 19/04/1996;

DESEMBARGADORES soltam os sete trabalhadores presos. Belém. *O Liberal*, 17/09/1991;

DESPEJADOS em Parauapebas ocupam instalações do INCRA em Marabá. Marabá. *Correio do Tocantins*, 08-14/07/1994;

EMPREGADOS da Macaxeira vestidos como PMS. Rio de Janeiro. *O Globo*, 27/04/1996;

EXECUÇÃO de sem-terra foi vingança. Três estavam na mira da PM. Rio de Janeiro. *Jornal do Brasil*, 20/04/96;

FAZENDEIROS podem ter financiado ação da PM. São Paulo. *Estadão*, 26/04/1996;

FAZENDEIROS financiaram o massacre, diz gerente. Belém. *O Liberal*, 12/06/1996;

FAZENDEIROS recriam UDR no sul do Pará. São Paulo. *Folha de São Paulo*, 22/02/1997;

PRODUTORES rurais ameaçam pegar em armas. Belém. *Diário do Pará*, 29/03/1996;

FITA revela bastidores. Belém. *O Liberal*, 04/05/1996;

FOME começa e a desesperar os sem-terra em Curionópolis. Marabá. *Correio do Tocantins*, 01-07/03/1996;

FOGE pistoleiro que matou Expedito. Belém. *Diário do Pará*, 16/03/2000;

FUNCIONÁRIOS da Macaxeira participaram do massacre. Belém. *O Liberal*, 26/04/1996;

IGREJA conta 32 mortos no Pará. Rio de Janeiro. *Jornal do Brasil*, 22/09/1996;

INCRA desmente compra da Macaxeira e anuncia Tuerê. Marabá. *Correio do Tocantins*, 17-23/11/1995;

INCRA garante o assentamento de centenas de famílias na fazenda Rio Branco. Marabá. *Opinião*, 09/11/1995;

INCRA tenta convencer as famílias a serem assentadas no Tuerê. Marabá. *Correio do Tocantins*, 03-09/05/1996;

JORNAL SEM TERRA, Caderno Especial. São Paulo, maio de 1996;

LEGISTA disse que PM matou a sangue frio. São Paulo. *Estadão*, 20/04/1996;

JUÍZA recusa laudo de perito no caso Eldorado. Belém. *O Liberal*, 07/06/2001;

MACAXEIRA não poderá ser desapropriada, anuncia executor do INCRA. Belém. *O Liberal*, 21/03/1996;

MARABÁ relembra a guerrilha. Belém. *O Liberal*, 19/06/1991;

MP investiga ocultação de cadáver no sul do Estado. Belém. *O Liberal*, 24/04/1996;

MST ocupa Macaxeira. Marabá. *Opinião*, 08/03/1996;

MST se afasta de julgamento de Carajás em protesto à Juíza. Belém. *O Liberal*, 10/06/2001;

O ATAQUE foi preparado com antecedência. Belém. *O Liberal*, 09/05/96);

GUERRAS desconhecidas do Brasil. São Paulo. *Estadão*, *Especial*, 19/12/2010;

O INCRA no fio da navalha. São Paulo. *Agência Repórter Brasil*, 21-01-2013;

P2 errou na avaliação. Porto Alegre. *Zero Hora*, 25/04/96;

PALHARES nega execução em Eldorado. Belém. *O Liberal*, 20/09/1996;

PF diz saber quem pagou pela chacina. São Paulo. *Folha de São Paulo*, 04/05/1996;

PM mantinha infiltrados em acampamento do MST. Belém. *A Província do Pará*, 01/06/1996;

PRODUTORES denunciam inércia do governo para conter as invasões. Marabá. *Correio do Tocantins,* 22-28/03/1996;

PRODUTORES rurais ameaçam confronto armado com os invasores de terras. Marabá. *Correio do Tocantins,* 02-08/06/1995;

PRODUTORES rurais ameaçam pegar em armas. Belém. *Diário do Pará*, 29/03/96;

PROFESSORAS prestam depoimento. Belém. *O Liberal*, 26/04/1996;

FINGIU de morto para sobreviver. Porto Alegre. *Zero Hora*, 25/04/96;

SEM alimentação há 4 semanas, necessitam de 2 mil cestas. Marabá. *Opinião*, 05/01/1996;

SEM TERRA de Parauapebas torturados por policiais. Belém. *O Liberal* 30/08/1991;

SEM TERRA iniciam saque e fazem discurso radical. Marabá. *Correio do Tocantins,* 12-18/04/1996;

SEM-TERRA invadem sede do INCRA visando agilizar Reforma Agrária. Marabá. *Correio do Tocantins*, 07-13/08/92;

SEM-TERRA querem solução do INCRA. Marabá. *Correio do Tocantins,* 24-30/07/1992;

TESTEMUNHAS apontaram o Major Oliveira como o responsável pelo tiro que matou Oziel. Brasília. *Correio Brasiliense*, 23/04/1996;

TESTEMUNHAS garantem que PM escondeu vários corpos. Belém. *O Liberal*, 23/04/1996;

TRABALHADORES rurais levantam acampamento. Marabá. *Opinião,* 29-31/07/2000;

"UM NOVO INCRA". São Paulo. *Estadão*, 05/01/2013;

VALE financia dois ônibus para o transporte dos PMs. Rio de Janeiro. *O Globo*, 25/04/1996.

**Fontes Orais**

Emmanuel Wambergue, o Mano. Ex-coordenador da CPT de Marabá e da Fundação Agrária do Tocantins e Araguaia - FATA. Entrevista concedida em 15/02/2016, em Marabá (PA);

Jorge Nery da Silva. Ex-coordenador estadual do MST e assentado no PA Palmares. Entrevista concedida em 20/03/2016, em Parauapebas (PA).

## ANEXOS

**Tabela 11: Chacinas de trabalhadores rurais no sul e sudeste do Pará (1980-2015).**

| QD | CHACINAS | LOCAL | DATA | Nº MORTOS | APURAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Faz. Espadilha | São Felix do Xingu | .../09/1980 | 17 | Sem punição |
| 2 | Castanhal Limão | São Geraldo/Xinguara | 12/08/1982 | 03 | Sem punição |
| 3 | Faz. Cristalino | Santana do Araguaia | 05/07/1983 | 03 | Sem punição |
| 4 | Faz. Rio da Prata | Santana do Araguaia | .../08/1983 | 08 | Sem punição |
| 5 | Cast. Pau Ferrado | São Geraldo/Xinguara | 23/06/1984 | 10 | Sem punição |
| 6 | Cast. Tabocão | São Geraldo/Xinguara | 02/06/1984 | 04 | Sem punição |
| 7 | Cast. Terra Nova | São Geraldo/Xinguara | 12/08/1984 | 04 | Sem punição |
| 8 | Cast. Fortaleza* | São Geraldo/Xinguara | 20/01/1985<br>03/12/1985 | 11 | Sem punição |
| 9 | Cast. Pau Ferrado | São Geraldo/Xinguara | 03/01/1985<br>13/04/1985 | 05 | Sem punição |
| 10 | Cast. Dois Irmãos | São Geraldo/Xinguara | 17/01/1985<br>.../06/1985 | 09 | Sem punição |
| 11 | Fazenda Ingá | Conceição Araguaia | Maio 1985 | 13 | Sem punição |
| 12 | Castanhal Surubim | Xinguara | Mai/jun. 1985 | 08 | Sem punição |
| 13 | Castanhal Ubá | São João do Araguaia | 13/06/1985<br>18/06/1985 | 08 | 01 condenado |
| 14 | Fazenda Princesa | Marabá | 28/09/1985 | 05 | 02 condenados |
| 15 | Fazenda Canadá | Xinguara | 29/10/1985<br>03/11/1985 | 04 | Sem punição |
| 16 | Faz. Abaeté | Marabá | 02/02/1986 | 04 | Sem punição |
| 17 | Faz. Acapu | Redenção | 19/03/1986 | 03 | Sem punição |
| 18 | Paraúnas | São Geraldo/Xinguara | 10/06/1986 | 10 | Sem punição |
| 19 | Fazenda Diadema | Xinguara | 03/04/1986 | 06 | Sem punição |
| 20 | Cast. Pau Preto | São Geraldo/Xinguara | 13/08/1987 | 03 | Sem Punição |
| 21 | Faz. Barreiro Preto | Xinguara | 03/09/1987 | 07 | Sem punição |
| 22 | Goianésia** | Goianésia do Pará | 28/10/1987 | 03 | Prescrição |
| 23 | Faz. Tancredo Neves | São Felix do Xingu | .../08/1993 | 06 | Sem punição |
| 24 | Faz. São Sebastião | Tucumã | 12/09/1993 | 04 | Sem punição |
| 25 | Faz. Pastoriza | São João do Araguaia | 06/08/1995 | 04 | Sem punição |
| 26 | Massacre - Eldorado | Eldorado do Carajás | 17/04/1996 | 19 | 02 condenados |
| 27 | Faz. Picadão | Água Azul do Norte | 11/03/1996 | 05 | Sem punição |
| 28 | Faz. Umuarama | Parauapebas | .../08/1996 | 03 | Sem punição |
| 29 | Faz. São Francisco | Eldorado do Carajás | 21/08/1996 | 03 | Sem punição |
| 30 | Faz. Santa Clara | Ourilândia do Norte | 13/01/1997 | 03 | Sem punição |
| 31 | Morada Nova*** | Marabá | 10/07/2001 | 03 | Sem punição |
| 32 | Faz. Abrolho Verde | Novo Repartimento | 31/03/2003 | 03 | Sem punição |
| 33 | Faz. Estiva**** | Conceição Araguaia | 17/02/2015 | 06 | Em tramitação |
| **Total** | | | | **208** | |

** Entre estes 1 mulher e 2 crianças. ** 2 adultos e 1 criança. *** 2 adultos e 1 menor de 15 anos. **** 2 adultos e 4 crianças.* Fonte: CPT Marabá. Violação de direitos humanos no sul e sudeste do Pará. Dossiê (2013). Atualização: autor.

**Tabela 12: Principais lideranças assassinadas no sul e sudeste do Pará (1980-2014).**

| Nº | NOME | FUNÇÃO | DATA | PUNIÇÃO DOS ACUSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Raimundo Ferreira Lima | Sindicalista | 06/1980 | Sem processo |
| 02 | Gabriel Sales Pimenta | Advogado | 18/06/1982 | Crime prescrito |
| 03 | Adelaide Molinari | Religiosa | 14/04/1985 | Pistoleiro julgado e absolvido |
| 04 | João Canuto de Oliveira | Sindicalista | 18/12/1985 | Dois mandantes condenados e foragidos |
| 05 | Braz Antônio Oliveira | Sindicalista | 03/04/1990 | Processo parado |
| 06 | Expedito Ribeiro de Sousa | Sindicalista | 02/02/1991 | Mandante, intermediário e pistoleiros condenados |
| 07 | Arnaldo Delcídio Ferreira | Sindicalista | 02/05/1993 | Processo parado |
| 08 | Antônio Teles Saraiva | Sindicalista | 02/10/1994 | Processo parado |
| 09 | Oziel Alves Pereira | Dirig. MST | 17/05/1996 | Dois mandantes condenados |
| 10 | Pedro Viana de Carvalho | Liderança | 04/03/1998 | Processo parado |
| 11 | Onalício Araújo Barros | Dirig. MST | 26/03/1998 | Processo parado |
| 12 | Valentim Serra | Dirig. MST | 26/03/1998 | Processo parado |
| 13 | Euclides F. Paula | Sindicalista | 20/05/1999 | Apenas o pistoleiro condenado |
| 14 | José Dutra da Costa | Sindicalista | 21/11/2000 | Mandante e pistoleiro condenado |
| 15 | José Pinheiro Lima | Sindicalista | 09/07/2001 | Processo tramitando |
| 16 | Miguel Freitas da Silva | Sindicalista | 01/09/2001 | Processo parado |
| 17 | Ezequiel M. Nascimento | Sindicalista | 29/01/2004 | Processo parado |
| 18 | Ribamar Francisco Santos | Sindicalista | 06/02/2004 | Processo parado |
| 19 | Soares da Costa Filho | Sindicalista | 15/02/2005 | Processo em tramitação |
| 20 | Antônio Matos Filho | Sindicalista | 08/06/2005 | Processo parado |
| 21 | Pedro Laurindo da Silva | Sindicalista | 17/11/2005 | Pistoleiro condenado |
| 22 | Geraldo José da Silva | Sindicalista | 02/08/2008 | Sem punição |
| 23 | Luiz Lopes Barros | Dirig. LCP | 12/06/2009 | Sem punição |
| 24 | Pedro Alcântara de Sousa | Liderança | 31/03/1010 | Pistoleiro condenado |
| 25 | José Cláudio R. da Silva | Extrativista | 24/05/2011 | Pistoleiros condenados |
| 26 | Maria do Espírito Santo | Extrativista | 24/05/2011 | Pistoleiros condenados |
| 27 | Jair Cleber dos Santos | Sindicalista | 17/09/2014 | Processo tramitando |

Fonte: Banco de dados da CPT de Marabá. Organização: autor.

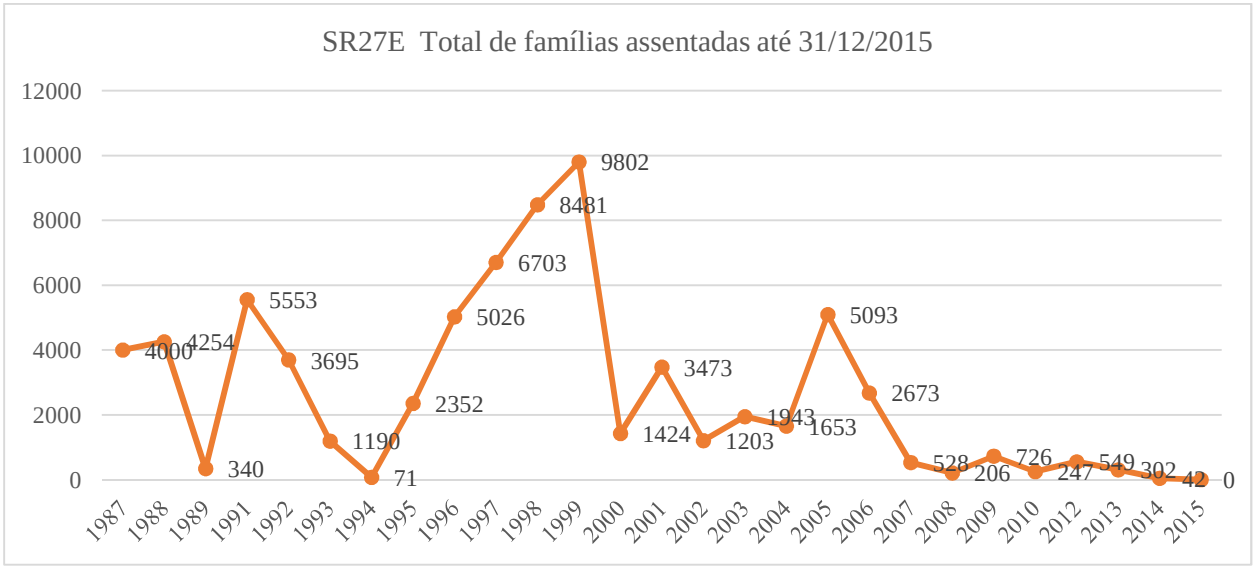
**Tabela 13: Lista de Mandantes e Pistoleiros com prisões preventivas decretadas e não capturados pela polícia.**

| NOME / MUNICÍPIO | HISTÓRICO |
|---|---|
| **RIO MARIA**<br><br>1. Valter Valente<br>2. José Herzog | Mandante e assassino do sindicalista **BELCHIOR MARTINS COSTA** em 02.03.82. |
| 3. Adilson Carvalho Laranjeira.<br>4. Vantuir Gonçalves. | Fazendeiros condenados a 19 anos e 6 meses de reclusão pelo assassinato do sindicalista **JOÃO CANUTO**. |
| 5. João Diniz filho<br>6. Sargento Edson Matos<br>7. José Ubiratan M. Ubirajara. | Assassinos dos irmãos **JOSÉ E PAULO CANUTO**, crime ocorrido em 22.04.1990. |
| 8. Aprígio Menezes | Assassino de **RONAN E BRAZ**, em 03.04.90. |
| **MARABÁ**<br><br>9. Marlon Lopes Pidde<br>10. Lourival Santos da Rocha. | Mandante e intermediário da chacina de 05 trabalhadores na da **FAZENDA PRINCESA**, em 1986. |
| 11. Orlando Dias da Silva. | Acusado de ser intermediário da Chacina onde foram vítimas: **JOSÉ PINHEIRO LIMA**, Cleonice Lima e Samuel Lima, assassinados em 09 de julho de 2001. |
| 12. Raimundo Nonato da Silva | Acusado do assassinato de **JOSÉ DO CARMO SILVA**, o DODÔ, na Fazenda Santa Rita, em março de 2003. |
| **SÃO JOÃO DO ARAGUAIA**<br><br>13. Raimundo Nonato de Sousa. | Um dos assassinos da **CHACINA DA FAZENDA UBÁ**, ocorrido em 1985. |
| 14. Expedito Alves dos Santos.<br>15. Reginaldo Gomes Cardoso. | Assassinos da chacina da **FAZENDA PASTORIZA**, ocorrido em 1996. |
| **XINGUARA**<br><br>16. Velho Luiz<br>17. Ademir Rodrigues<br>18. Geraldo Mendes | Assassinos de várias pessoas ligadas à ocupação da **FAZENDA NAZARÉ**, no ano de 1994. |
| 19. Wanderley Borges Mendonça | Acusado de ter articulado a morte de duas pessoas (pai e filho), por entender que as vítimas apoiavam à ocupação da Fazenda Nazaré, de propriedade de Gerônimo Amorim. |
| **OURILÂNDIA DO NORTE**<br><br>20. José Mariano Neto<br>21. João batista dos Santos | Assassinos de 03 trabalhadores rurais durante ocupação da **FAZENDA SANTA CLARA**, em 13.01.1997. |
| **RONDON DO PARÁ**<br><br>22. Wellington de Jesus Silva | Executor e Intermediários do assassinato do sindicalista **JOSÉ** |

| | |
|---|---|
| 23. Ygoismar Mariano<br>24. Rogério de Oliveira Dias | **DUTRA DA COSTA**, "Dezinho", no dia 21.11.2000. |
| **REDENÇÃO**<br><br>25. Osniel Coelho de Souza | Acusado do assassinato de dona Iraildes de Souza Maciel, em 28.06.03. |
| **ELDORADO DOS CARAJÁS**<br><br>26. Manoel Timóteo Filho – "MANU". | Pistoleiro acusado de ter assassinado o sindicalista **ARNALDO DELCÍDIO FERREIRA,** em 1993. |
| **NOVA IPIXUNA**<br><br>27. Lindonjonson Silva<br>28. José Rodrigues Moreira. | Executor e mandante do assassinato do casal de extrativistas **JOSÉ CLÁUDIO e MARIA DO ESPÍRITO SANTO,** em 23.05.2011 |
| **TOTAL: 28 FORAGIDOS** | |

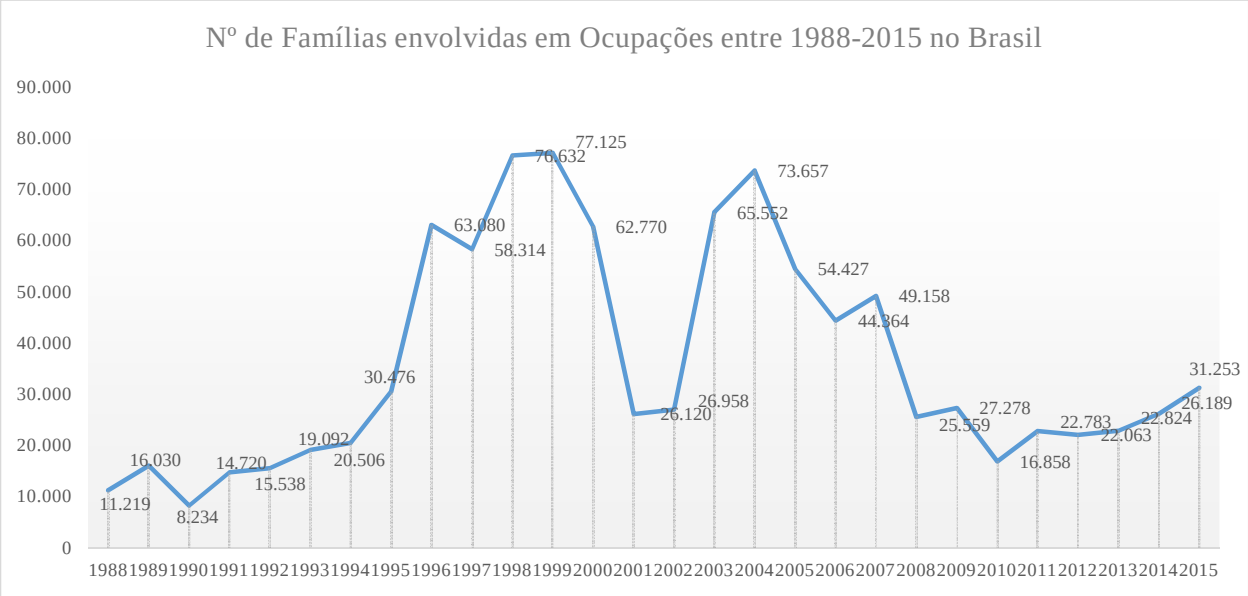
Fonte: Banco de dados da CPT de Marabá. Organização: autor.

**Gráfico 07: Total de famílias assentadas pelo INCRA Marabá até 2015**




Fonte: INCRA (2015). Organização: autor.

**Gráfico 08: Número de famílias em ocupações entre 1988 até 2015 no Brasil.**




Fonte: INCRA (2015). Organização: autor.

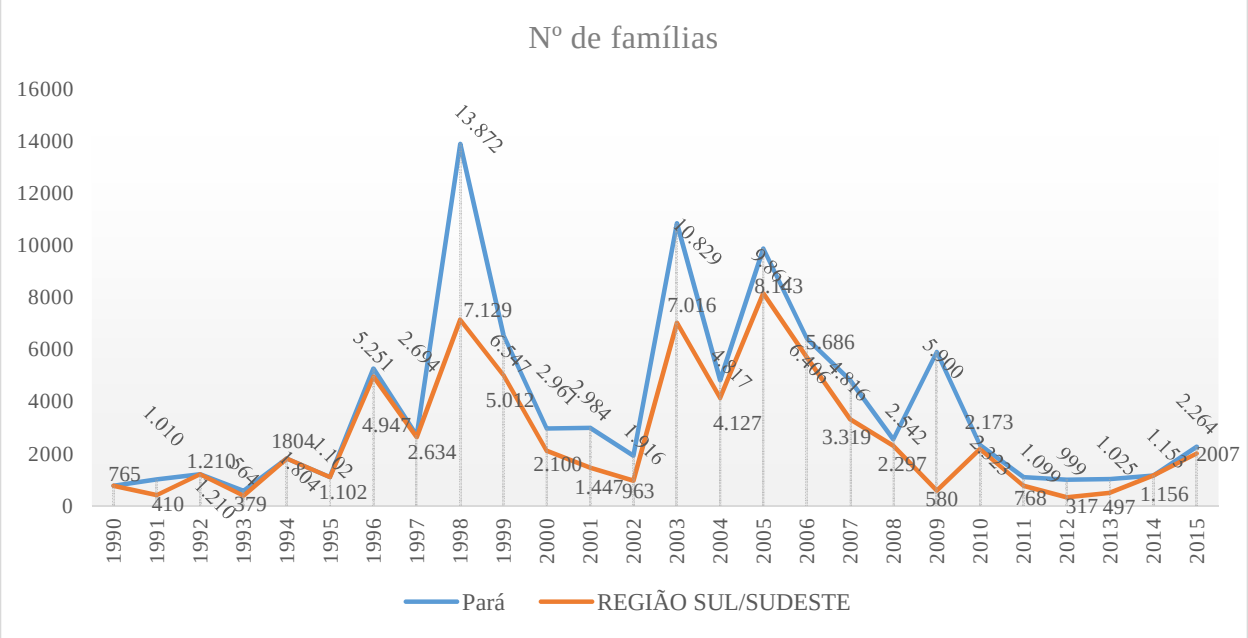



**Gráfico 09: Número de famílias em ocupações no Pará e regiões sul e sudeste**